CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
DOUTORADO EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS DE FEIRAS LIVRES

Andrea da Silva

Lajeado, dezembro de 2016

Andrea da Silva

SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS DE FEIRAS LIVRES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para obtenção do grau de Doutora em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientador: Prof. Dr. Claus Haetinger

Lajeado, dezembro de 2016

Andrea da Silva

SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS DE FEIRAS LIVRES

A Banca examinadora abaixo aprova a Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Doutora em Ambiente e Desenvolvimento, na área de concentração Espaço e Problemas Socioambientais.

Prof. Dr. Claus Haetinger – Orientador
Centro Universitário UNIVATES

Prof. Dr. Alexandre André Feil
Centro Universitário UNIVATES

Prof. Dr. Dusan Schreiber
Universidade FEEVALE

Prof. Dr. Marlon Dalmoro
Centro Universitário UNIVATES

Lajeado, dezembro de 2016

Dedico aos meus queridos pais Ervantil e Zenaide.

Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu guia maior.

Ao Professor Claus Haetinger, pela paciência, pelo estímulo e pela orientação. É, além de um incentivador e colaborador, sobretudo, um grande amigo.

A esta qualificada instituição UNIVATES, que me acolheu de braços abertos.

A todos os professores, pelos saberes e pela troca de experiências, e a toda equipe da secretaria do PPGAD pela atenção e pronto atendimento.

À Querida Colega Ana Hilda pelas conversas, pela disponibilidade, incentivo, auxílio e amizade.

A todos os meus colegas e amigos que conquistei ao longo do curso, grata pela amizade e coleguismo.

À CAPES, pela concessão da Taxa PROSUP, responsável pela concretização de meus estudos.

Aos feirantes, o meu reconhecimento ao trabalho que desenvolvem. Vocês, apesar das adversidades, dedicam-se ao que fazem com muito amor e com muita garra.

Aos consumidores, aos órgãos públicos e às demais entidades, agradeço pela participação e pela boa vontade com que colaboraram para este estudo.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, pelo apoio e incentivo para realização do meu curso de Doutorado.

A todos que, de alguma forma, me ajudaram nesta importante e inesquecível etapa de minha vida.

RESUMO

As feiras livres são importantes eventos que despontam aos agricultores familiares como um caminho de geração de renda, trabalho e reprodução social. Para os consumidores, as feiras são revestidas de sentidos e significados, além de representarem uma opção de encontro de alimentos diferenciados e saudáveis. Para o município, as feiras são canais de abastecimento, de segurança alimentar e de movimentação da economia local, além de serem espaços que compõem a história de um lugar, por demarcarem seu território e identidade. Dentro desse contexto, esta tese objetivou apontar ações que possibilitem a sustentabilidade dos empreendimentos gerenciados pelos feirantes. Assim, esta pesquisa se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: i) caracterizar os empreendimentos de feiras livres, sob os aspectos social, econômico e ambiental; ii) descrever o papel e as ações do poder público para a agricultura familiar e para as feiras livres; iii) relatar a percepção dos consumidores sobre a feira livre; iv) identificar as dificuldades e as potencialidades dos empreendimentos de feiras livres. Para isso, foram escolhidas as técnicas entrevistas, observação *in loco* e pesquisa documental na coleta de dados. Após a coleta, os dados foram submetidos a uma análise textual discursiva. A partir desta análise, encontrou-se como principais resultados a falta de infraestrutura, a falta de padronização e organização das feiras livres, a carência de apoio, a falta de conhecimento de gestão e dificuldades de acesso dos feirantes produtores aos programas da SMDR. Constatou-se ainda, a partir da análise, a falta de assistência técnica e de capacitação dos feirantes, o não cumprimento das normas de higiene-sanitárias e a desarticulação existente entre os feirantes. Com o intuito de reverter esse quadro, este estudo propõe um conjunto de ações dentre as quais se destacam: x) a readequação dos programas promovidos pela SMDR para que os feirantes possam alavancar sua produção; xx) a profissionalização dos feirantes, no intuito de fomentar o seu lado empreendedor; e xxx) um programa de fortalecimento das feiras livres, pautado em três eixos: infraestrutura, divulgação e formação. Tais medidas visam reconhecer a importância do trabalho empreendido pelos feirantes e revitalizar as feiras livres.

Palavras-Chave: Feira Livre. Sustentabilidade. Agricultura Familiar. Ciências Ambientais.

ABSTRACT

The fairs are important events that have risen to farmers as a way of generating income, work and social reproduction. For consumers, the fairs are coated senses and meanings, besides representing an option against differentiated and healthy food. For the city, the fairs are supply channels, food safety and handling of the local economy, and they are spaces that make up the history of a place for establishing their territory and identity. In this context, this thesis aimed to appoint actions that enable the sustainability of the projects managed by the stallholders. Thereby, this research unfolded in the following specific objectives: i) to characterize the developments of free trade under the social, economic and environmental aspects; ii) to describe the role and the actions of the government for family farms and for the fairs; iii) to report the perception of consumers about the open market; iv) to identify the difficulties and the potential of the projects of free markets. Therefore, interviews techniques, on-site observation and document research in data collection were chosen. After the data collection, the data were submitted to a discursive textual analysis. Based on this analysis, the main results found were the lack of infrastructure, the lack of standard and organization of the free trade fairs, the lack of support, the lack of management knowledge and difficulties for accessing the SMDR producers' programs. It was also found, from the analysis, the lack of technical assistance and training of the fairs, the non-compliance with hygiene-sanitary norms and the existing disarticulation among the fairs. In order to reverse this situation, this research proposes a number of actions, in particular: x) the readjustment of the programs promoted by SMDR, so that farmers can leverage their production; xx) the professionalization of the marketers, in order to foster their entrepreneurial side; and xxx) a three-axis free trade fair strengthening program: infrastructure, outreach and training. These measures aim to recognize the importance of the work undertaken by the marketers and revitalize the fairs.

Keywords: Open Street Market. Sustainability. Family Farming. Environmental Sciences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tripé da sustentabilidade 33

Figura 2 - Localização do município de Santa Maria no Estado RS 64

Figura 3 - Localização dos distritos no município de Santa Maria/RS 65

Figura 4 - Imagem da feira livre de Santa Maria/RS 83

Figura 5 - Imagem da feira livre de Santa Maria/RS 83

Figura 6 - Imagem da feira livre de Santa Maria/RS 84

Figura 7 - Imagem da feira livre de Santa Maria/RS 84

Figura 8 - Imagem da feira livre de Santa Maria/RS 85

Figura 9 - Imagem da feira livre de Santa Maria/RS 85

Figura 10 - Imagem da feira livre de Santa Maria/RS 86

Figura 11 - Selo de Origem - “Sabor do Coração” 88

Figura 12 - Material de divulgação dos eventos “Pátio Rural” 89

Figura 13 - Imagens da Feira dos Distritos 90

Figura 14 - Infraestrutura da feira livre 95

Figura 15 - Infraestrutura da feira livre 95

Figura 16 - Análise de SWOT 116

Figura 17 - Modelo de uma barraca de feira livre 128

Figura 18 - Barraca com saia 128

Figura 19 - Ações para reverter as fragilidades dos empreendimentos de feiras livres 135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caracterização dos feirantes de Santa Maria 78

Gráfico 2 - Dimensão social dos empreendimentos das feiras livres 111

Gráfico 3 - Dimensão econômica dos empreendimentos das feiras livres 112

Gráfico 4 - Dimensão ambiental dos empreendimentos das feiras livres 113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marcos históricos e a evolução do conceito de sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável 27

Quadro 2 - Diferenças entre a agricultura patronal e agricultura familiar 41

Quadro 3 - Programas de desenvolvimento rural de Santa Maria 49

Quadro 4 - Tipologia de cadeias curtas 57

Quadro 5 - Processo de seleção dos artigos 70

Quadro 6 - Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa 74

Quadro 7 - Ações do poder público à agricultura familiar e às feiras livres 93

Quadro 8 - Percepções dos consumidores sobre feiras livres 97

Quadro 9 - Proposta de análise dos empreendimentos de feiras livres 118

Quadro 10 - Potencialidades e fragilidades dos empreendimentos de feiras livres 119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Santa Maria 41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	*American Dietetic Association*
ADESM	Agência de Desenvolvimento de Santa Maria
AMVAP	Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP	Área de Preservação Permanente
BPA	Boas Práticas Agrícolas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCI	Câmara de Comércio Internacional
CDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CEPS	Centro de Economia Popular Solidária
CFC	Cloro – Flúor – Carbono
CI	Carteira de Identidade
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CO2	Dióxido de Carbono
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOESPERANÇA	Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos
COOPERCEDRO	Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares
ECOVIDA	Rede Ecovida de Agroecologia
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENAGRO	Escola Nacional de Gestão Agropecuária
FAO	*Food and Agriculture Organization*
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEICOOP	Feira Estadual do Cooperativismo
GRI	*Global Report Initiative*
Ha	Hectare (10.000 m^2)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISO	*International Organization for Standardization*
ITR	Imposto Territorial Rural

MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio de Ambiente
NFP	Nota Fiscal de Produtor
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OECD	*Organisation for Economic Cooperation and Development*
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUBR	Organização das Nações Unidas do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEATERS	Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Rio Grande do Sul
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	Programas de Regularização Ambiental
PROATERS	Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social no Estado do Rio Grande do Sul
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RS	Rio Grande do Sul

SDR	Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMDR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SWOT	*S-Strengths, W-Weaknesses, O-Opportunities, T-Treathes*
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIVATES	Centro Universitário de Lajeado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20

2 REFERENCIAL TEÓRICO 26

2.1 Sustentabilidade – um contexto geral 26

2.2 Agricultura familiar – conceitos, importância e políticas públicas 35

2.3 Feiras livres – surgimento, território, características e funções 53

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 62

3.1 Caracterização da pesquisa 62

3.2 Área de estudo 63

3.2.1 Feiras livres de Santa Maria 65

3.3 Coleta de dados 66

3.4 Análise de dados 72

3.5 Aspectos éticos 74

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 75

4.1 Feiras livres de Santa Maria/RS 75

4.2 Do poder público – ações para agricultura familiar e às feiras livres 86

4.3 Dos consumidores – percepções sobre a feira livre 93

4.4 Dos empreendimentos de feiras livres – os aspectos sociais, econômicos e ambientais 98

4.5 Dificuldades e potencialidades dos empreendimentos de feiras livres 114

4.6 Ações para sustentabilidade dos empreendimentos de feiras livres 120

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 137

REFERÊNCIAS 143

APÊNDICES 167

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre esclarecido 168

APÊNDICE B – Questões norteadoras para os feirantes 170

APÊNDICE C – Questões norteadoras para os representantes de órgãos públicos e entidades do segmento rural 174

APÊNDICE D – Questões norteadoras para os consumidores de feiras livres 175

APÊNDICE E – Aprovação do comitê de ética em pesquisa 176

1 INTRODUÇÃO

“Quem quer comprar / quem quer comprar / frutas fresquinhas / vindas do pomar // senhor Francisco / dona Maria / venham olhar / também tem sardinhas / tem truta vinda do mar // [...]” (AVNER, 2009).

Inicia-se a presente tese com os primeiros versos que compõem o poema “O Canto do Feirante”, de Úrsula Avner que, de uma rima a outra, mostra de maneira afável o trato com que este comerciante tem com o seu freguês e o modo como divulga o seu produto. Este sujeito carismático trata-se do feirante, que ocupa uma posição de destaque neste estudo, cujo tema é sustentabilidade dos empreendimentos de feiras livres.

As feiras livres são espaços revestidos de significados e de simbolismo, onde “as multiplicidades se manifestam e se complementam” (REIS; VIEIRA, 2011, p. 8). São ambientes configurados pelo forte aspecto social, onde as trocas, o ponto de encontro, as interações e as proximidades acontecem, e pelo aspecto econômico, onde o comércio e a produção local aparecem (MINNAERT, 2008; REIS; VIEIRA, 2011).

As feiras livres são lugares de identidade própria, de territorialidades, de tradições e de culturas enraizadas. São atividades que resistem ao tempo, desde o período da colonização portuguesa até os dias atuais, mantém a sua finalidade que é de suprir a demanda de abastecimento alimentar (PIERRI; VALENTE, 2010; PINTO; MORAES, 2011; SOUZA, 2015).

Há no Brasil, segundo o mapeamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 6.450 mil feiras, sendo que 5.119 são feiras livres e 1.331 são feiras agroecológicas ou com produção orgânica. Esse dado é resultante de uma pesquisa realizada, em agosto a novembro de 2014, junto a 1.628 municípios, além de 23 estados e do Distrito Federal (SNA, 2015).

Como pode-se observar, é forte a presença das feiras livres no país. Elas se revestem de importância, por serem locais onde o trabalho do homem do campo se faz presente, e pela sua capacidade de resistir o avanço das redes supermercadistas. Considerando que, essas redes apresentam uma infraestrutura física e tecnológica muito superior às feiras livres, além da "logística, segurança, formas de pagamento e horário amplo de atendimento" (FEIRAS, 2008, p. 1, texto digital)

A pujança das feiras livres e o papel que elas desempenham no cenário socioeconômico são virtudes que motivaram a realização deste estudo sobre a sustentabilidade dos empreendimentos das feiras livres de Santa Maria/RS.

De acordo com Bernardino (2015, p. 213), "a extinção das feiras representa o fim de um espaço de sobrevivência para os trabalhadores e produtores familiares e a redução de oportunidade de escolha dos consumidores". Desse modo, a feira livre pode ser um instrumento de desenvolvimento e prática de cidadania, um indicador de dinâmica econômica dos municípios, pois gera renda, consumo e dinamiza o comércio (COELHO, 2008).

A partir da citação acima se justifica o desenvolvimento desta investigação, à qual são acrescentadas mais duas premissas, expostas no decorrer desta redação, que reafirmam e justificam a realização deste estudo.

A premissa que se soma e justifica a realização desta tese é a exigência do consumidor e a sua valorização às feiras livres, espaços vistos, por este público, como um *lócus* em que se encontram produtos frescos, variados e de qualidade superior a de outros estabelecimentos (KINJO; IKEDA, 2005; MOREL et al., 2015).

Segundo Souza (2006), o perfil do consumidor está mudando, tornando-se cada vez mais criterioso na escolha de alimentos e, junto a isso, desenvolvendo

hábitos mais saudáveis, começando pela alimentação, como uma forma de prevenir doenças.

Na mesma direção, Gallina, Borsoi e Stanga (2012) também fazem referência a mudança de hábito do consumidor atual, uma vez que este consumidor busca o valor nutricional de frutas e hortaliças. As feiras livres, então, são espaços privilegiados e escolhidos por eles, como garantia da segurança alimentar e nutricional.

Da mesma forma, muitos são os fatores decisivos dos consumidores por feiras livres, sendo estes, vinculados tanto aos aspectos sociais como culturais, como também, a variedade, a qualidade dos produtos, a associação com a agricultura familiar e o sistema de cultivo são atributos determinantes que elegem as feiras livres como local de compra PASTRO; GOMES; GODOY, 2003; FOLLMANN; CIPRANDI, 2007; ROCHA et. al., 2010).

Para endossar, Nascimento et al. (2006) dizem que há um número crescente de consumidores brasileiros que estão preocupados com meio ambiente, bem-estar social, saúde e segurança alimentar, devido a isso, não se importam com o preço do produto, pois confiam em estar adquirindo alimentos naturais, isentos de agrotóxicos.

A outra premissa que se une à justificativa é que a produção de alimentos hortifrutigranjeiros não dá conta da demanda de consumo, um problema identificado no município de Santa Maria, RS, objeto de estudo desta tese. De acordo com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), a insuficiência produção primária local acarreta numa perda econômica significativa para município, um valor estimado de R$ 310,5 milhões por ano, pois as redes supermercadistas devem comprar produtos de estabelecimentos situados fora do município, o que comprova a necessidade de investimento do setor primário, sobretudo, da agricultura familiar (SANTA MARIA, SMDR, 2015).

É importante considerar ainda que, em Santa Maria, a agricultura familiar é desenvolvida nos distritos, situados no meio rural, possuem uma área territorial de 1.510,60 km^2, ocupando 85% da área do município, visto que o seu total é de 1.781,8 km^2 (FEE, 2015). Embora, o setor primário aparece na terceira posição de

atividade econômica do município, conforme a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM, 2015). A sua estrutura fundiária apresenta um número considerável de estabelecimentos rurais, conforme IBGE (2006) são 14.371 estabelecimentos, sendo que 79,37% destes pertencem à agricultura familiar.

Na visão de Nunes e Karnopp (2013), os produtos que vêm sendo comprados pelo município, não exigem alto investimento para o seu cultivo e nem escala de produção. A estrutura fundiária tem condições de abarcar essa produção se apresentando, portanto, como uma alternativa de desenvolvimento endógeno[1] para Santa Maria.

Todas essas premissas reforçam a necessidade de se adotar ações que possam permitir a continuidade das feiras livres, bem como, a produção desenvolvida pelos produtores-feirantes, pois a feira depende do produtor. E, a recíproca não deixa de ser verdadeira, visto que, para muitos feirantes a feira livre é o seu único ponto de venda de seus produtos (FELIN; MIORIN, 2006).

Nesse sentido, os autores Carvalho e David (2009) já alertavam que as feiras só permanecerão e resistirão se forem amparadas por políticas públicas voltadas à produção e à venda de produtos.

Tendo em vista a importância da feira livre para a economia local, para o sustento das famílias produtoras-feirantes, para o abastecimento alimentar e para o consumidor que confia na procedência e na qualidade do produto, fazendo-o com que vá à feira ao invés de outro local, que esta investigação ganha relevância.

Assim, a tese busca contribuir para a continuidade e para o fortalecimento dos empreendimentos das feiras livres e, para tanto, se propõe a responder à seguinte pergunta: Quais ações possibilitariam a sustentabilidade dos empreendimentos de feiras livres?

Para encontrar respostas a esta indagação, a tese objetiva “apontar ações que possibilitem a sustentabilidade dos empreendimentos gerenciados pelos feirantes”. E, para tal, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

[1] Segundo Barquero (2001, p. 39) “o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida”.

1. caracterizar os empreendimentos de feiras livres, sob os aspectos social, econômico e ambiental;

2. descrever o papel e as ações do poder público para a agricultura familiar e para as feiras livres;

3. relatar a percepção dos consumidores sobre a feira livre;

4. identificar as dificuldades e as potencialidades dos empreendimentos de feiras livres.

Para o alcance dos objetivos deste estudo, a investigação foi empreendida em duas etapas: pesquisa de campo e pesquisa documental.

Na pesquisa de campo elegeram-se as técnicas para levantamento de dados: entrevistas e observação *in loco*. As entrevistas transcorreram de outubro de 2015 a janeiro de 2016, foram gravadas e transcritas para sua análise. As entrevistas foram guiadas por um roteiro específico para cada tipo de entrevistado e aplicado a 32 feirantes, 25 consumidores, um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e dois representantes da EMATER Municipal, totalizando, portanto, 60 sujeitos entrevistados.

Por ser uma pesquisa de cunho qualitativo, o número de entrevistas respeitou uma amostragem intencional não probabilística, que, segundo Mattar (1996), a seleção da população da amostra depende, ao menos, do julgamento do pesquisador.

Em adição à pesquisa empírica, foi empreendida a técnica de observação, definida como uma etapa em que o pesquisador atua como espectador, ou seja, estabelece o contato com a comunidade/grupo/realidade sem integrá-la (CHEMIN, 2012). A observação foi um procedimento imprescindível para este estudo, pois contribuiu com a pesquisadora no sentido de averiguar as condições de trabalho dos feirantes, analisar os aspectos higiênico-sanitários, a apresentação e a qualidade dos produtos, como também, de verificar situações que pudessem vir a ocorrer, peculiares das feiras livres.

A segunda etapa do estudo refere-se à pesquisa documental, pela qual foram obtidos os dados secundários, por meio de documentos, relatórios, legislações, *folders*, folhetos, notícias de jornais, documentários e publicações acadêmicas. Estes dados complementaram os dados primários e ajudaram a pesquisadora na compreensão acerca da configuração das feiras livres. Em suma, colaborou para se ter uma visão global do objeto de estudo.

O tratamento de dados seguiu o método de Moraes e Galiazzi (2007), apud Andrade (2011, p. 56), que consiste na análise textual discursiva, que "pode ser realizada com textos já existentes ou com textos que serão produzidos por meio de entrevistas e observações – documentos produzidos, especificamente, para a pesquisa".

Todo o estudo está apresentado nesta tese, pelo qual se encontra estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução, que apresenta o tema, os objetivos, a justificativa e, em linhas gerais, a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo contempla o referencial teórico, subdividido em três seções: a primeira seção traz uma abordagem sobre a sustentabilidade, apresentando conceitos, dimensões e concepções a respeito do tema; a segunda seção aborda sobre a agricultura familiar, discorrendo sobre seu papel, políticas públicas e sua relevância para a economia brasileira; e a terceira seção trata sobre as feiras livres, sua história, características, funções e sua importância no cenário socioeconômico.

O terceiro capítulo versa sobre os procedimentos metodológicos, indicando os métodos e materiais utilizados para a realização da pesquisa. Enquanto que, a apresentação dos resultados e as devidas discussões estão expostos no quarto capítulo. E, por fim, as considerações finais estão descritas no quinto capítulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está subdividido em três seções apresentando uma base teórica sobre sustentabilidade, agricultura familiar e feiras livres. A primeira seção refere-se à sustentabilidade, abordando as principais definições, dimensões e concepções em torno desta temática. Já a segunda seção versa sobre a agricultura familiar, discorrendo sobre seu papel, políticas públicas e sua relevância no âmbito da economia brasileira. A terceira e última seção trata sobre as feiras livres, apresentando conceitos, dados históricos, características e importância no cenário socioeconômico.

2.1 Sustentabilidade – um contexto geral

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU), elaborou, em 1987, um documento denominado “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório Brundtland que apresenta o termo “desenvolvimento sustentável”, definido como: “[...] a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 9).

Segundo Dovers e Handmer (1992), o conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade são mal compreendidos e ditos como sinônimos. Para começar, o conceito de sustentabilidade é complexo e contínuo, se apresenta em “uma grande variedade de assuntos, de diversas áreas e com diferentes enquadramentos” (SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014, p. 11).

A sustentabilidade, segundo Horbach (2005) apud Sartori; Latronico; Campos (2014, p. 4-5) pode ser discutida sob três tipos de interesses (ou conflitos) sejam cumpridos (ou resolvidos), simultaneamente:

> (i) o interesse da geração atual em melhorar a suas reais condições de vida (sustentabilidade econômica), (ii) a busca de uma equalização das condições de vida entre ricos e pobres (sustentabilidade social) e (iii) os interesses das gerações futuras que não estão comprometidas pela satisfação das necessidades da geração atual (sustentabilidade ambiental) (SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014, p. 4-5).

Há autores que apresentam conceitos sobre sustentabilidade de diversas maneiras e de diferentes contextos, sublinha-se alguns destes, iniciando por Leonardo Boff, que no seu entendimento a sustentabilidade é

> toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais e físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (BOFF, 2012, p. 1).

Na visão de Barbosa (2008, p. 10), a sustentabilidade consiste em “encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável”.

O sentido dos termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram sendo construídos e modificados com o tempo, a significação dos termos é fruto de muitos debates, promovidos por diversos eventos. O Quadro 1, de ordem cronológica, apresenta os principais eventos e obras que foram importantes para a evolução dessas terminologias, também, apresenta os marcos históricos que denunciaram os males com o meio ambiente e com a sociedade.

Quadro 1 – Marcos históricos e a evolução do conceito de sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável

Set/1962	Publicação nos Estados Unidos de “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, que denuncia os malefícios dos agrotóxicos à saúde humana e à vida selvagem. O livro levou o governo norte-americano a banir o inseticida DDT em 1972.
Ago/1968	Paul Ehrlich lança nos Estados Unidos o polêmico livro “A Bomba Populacional”, que atribui os problemas ambientais ao crescimento demográfico.
Jun/1971	Relatório Founex preparado por um painel de especialistas em Founex, na Suíça, defende a integração das estratégias de desenvolvimento e meio ambiente.
Mar/1972	Publicação do Relatório do Clube de Roma (Limites do Crescimento). O relatório provoca controvérsia ao associar o crescimento econômico ao esgotamento dos recursos naturais. O conceito de Eco-desenvolvimento foi apresentado por Ignacy

	Sachs, considerado precursor do Desenvolvimento Sustentável.
Jun/1972	ONU realiza a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia.
1975	Elaboração do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-1975/79) que definiu prioridades para o controle da poluição industrial.
Mai/1976	Realizada em Vancouver, no Canadá, de 31 de maio a 11 de junho, a *Habitat* I foi a primeira conferência internacional a relacionar meio ambiente e assentamentos humanos.
1980	Surge a noção de Ecologia profunda, que coloca o homem como o componente de sistema ambiental complexo, holístico e unificado.
1983	A ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável, cujo relatório (*Our Common Future*) propunha limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação, preservação da biodiversidade e ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial a base de tecnologias adaptadas ecologicamente, controle da urbanização e integração campo e cidades menores e a satisfação das necessidades básicas.
Abr/1987	Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland) populariza a expressão Desenvolvimento Sustentável e lança as bases para a Rio-92.
Set/1987	Adoção do Protocolo de Montreal, que inicia o controle de CFC (Cloro – Flúor – Carbono) e outras substâncias químicas que danificam a camada de ozônio.
1991	A Câmara de Comércio Internacional (CCI) aprovou "Diretrizes Ambientais para a Indústria Mundial", definindo 16 compromissos de gestão ambiental a serem assumidos pelas empresas, conferindo à indústria responsabilidades econômicas e sociais nas ações que interferem com o meio ambiente. Essas diretrizes foram acatadas no Brasil, pelo Comitê Nacional da Câmara de Comércio Internacional, tendo-se criado a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.
Abr/1992	*Changing Course* é publicado pelo industrial suíço Stephan Schmidheiny, que fundou o *Business Council of Sustainable Development* em 1990 para preparar a participação do setor privado na Rio-92. O livro apresenta caminhos para a comunidade de negócios internalizar critérios de sustentabilidade socioambiental em suas operações.
Jun/1992	Também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 e Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento acontece na cidade do Rio de Janeiro. Na Eco-92 foi elaborada a Carta da Terra e a Agenda 21, que reflete o consenso global e compromisso político objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental.
Mar/1995	ONU organiza a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, na Dinamarca.
Set/1996	ISO 14001 é formalmente adotada como padrão voluntário internacional para sistemas de gestão ambiental corporativos.
1997	Discutido e negociado em Quioto no Japão, o Protocolo propõe um calendário pelo qual os países-membros teriam obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Em novembro de 2009, 187 países haviam aderido ao Protocolo.
Set/1999	Lançamento dos índices de sustentabilidade da Dow Jones, em Nova York, para medir o desempenho nas bolsas de valores de empresas com políticas de responsabilidade socioambiental.
Jul/2000	Lançamento do Pacto Global da ONU, iniciativa que reúne empresas comprometidas a alinhar operações e estratégias com dez princípios nas áreas de direitos humanos, condições de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.
Set/2000	Cúpula do Milênio promovida pela ONU em Nova York estabelece oito objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM) a serem alcançados até 2015, tais como

	diminuir pela metade a proporção de pessoas com fome e cuja renda diária é inferior a um dólar.
Abr/2002	*Global Report Initiative* (GRI) inicia suas atividades focadas em desenvolver padrões de relato de políticas e ações corporativas de sustentabilidade.
Ago/2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, aprova em Johanesburgo, na África do Sul, plano para implementar os compromissos da Rio-92.
Fev/2005	Adotado em dezembro de 1997, o Protocolo de Kyoto passa a vigorar, obrigando os países industrializados a cortar em 5% suas emissões de gases-estufa em relação aos níveis de 1990.
Dez/2009	A 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague, consolida o tema climático nas agendas pública, corporativa e da sociedade civil, mas decepciona pelo insucesso em fechar um acordo para diminuir as emissões após 2012.
Fev/2011	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lança Rumo à Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza.
Jun/2012	Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Fonte: Elaborado pela autora, com base na obra de Bacha, Santos e Schaun (2010) e de Zanchetta, Telles e Barretto (2011).

O Quadro 1 apresenta uma série de discussões que foram realizadas por diversos eventos em torno do desenvolvimento sustentável. Tais discussões tiveram, como ideia central em seus debates, as consequências do modelo desenvolvimentista e os abusos do homem com a natureza, resultando, ao final desses encontros, na criação de normas e diretrizes que objetivam ações de proteção e preservação do meio ambiente e qualidade de vida das pessoas.

Para Ayres (2008), a sustentabilidade está atrelada em como o homem se relaciona com a natureza. Entretanto, atingir a sustentabilidade não é uma tarefa simples, muitos são os desafios que dificultam o alcance dessa condição. Um estudo realizado a partir da leitura de 103 artigos, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES, organizado pelos autores Sartori, Latronico e Campos (2014, p. 9-10), conseguiu-se fazer uma compilação desses desafios, que se apresentam a seguir:

1. Implementar normas de proteção ambiental.
2. Capturar os impactos externos das atividades além do nível local.
3. Reconhecimento da sustentabilidade social.
4. Desenvolvimento humano.
5. Erradicação da pobreza.
6. Produção e consumo equilibrado.
7. Incentivo à educação.
8. Desenvolvimento e manutenção de recursos ambientais.
9. Eficiência na alocação de recursos.

> 10. Cooperação entre *stakeholders*, governos e sociedade civil.
> 11. Metodologias e indicadores de sustentabilidade de acesso público.
> 12. Uso de indicadores complementares nas avaliações.
> 13. Uso de abordagens holísticas.
> 14. Indicadores para a medição do consumo de recursos.
> 15. Sensibilização da população.
> 16. Usar um padrão de avaliação comparativa entre países.
> 17. Conciliar objetivos locais com os objetivos globais.
> 18. Pesquisas aplicadas e que trazem resultados práticos.
> 19. Equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade.
> 20. Indicadores de sustentabilidade dinâmicos.
> 21. Indicadores voltados para os sistemas empresariais e locais.
> 22. Participação pública no planejamento.
> 23. Participação da ciência e da tecnologia (SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014, p. 9-10).

Como se observa, está entre os desafios a produção, o desenvolvimento, a alocação e a manutenção de recursos naturais, necessitando haver um equilíbrio e combinação entre sociedade, economia e ambiente. Nessa mesma direção, os autores Melo e Cândido (2013, p. 5) fazem uma ressalva ao afirmar que a sustentabilidade deve

> [...] voltar a atenção para uma das áreas mais críticas do desenvolvimento, a agricultura, por se tratar de um setor essencial à sobrevivência humana, e cujas atividades, desde os primórdios da civilização, vêm causando alterações profundas nos ambientes naturais, gerando os mais diversos impactos ambientais, sociais e econômicos (MELO; CÂNDIDO, 2013, p. 5).

Peche Filho (2015, p.1) discorre sobre o código de conduta de boas práticas ambientais na agricultura, que “são atitudes e formas de gestão que compõem um código para orientação e redução dos efeitos negativos das atividades humanas sobre o ambiente”. Compreende-se, também, desse código, que as ações devem estar voltadas para a preservação e proteção ambiental e para o respeito a todas as formas de vida. Um modelo de gestão, segundo Peche Filho (2015, p. 1), baseado em boas práticas ambientais na agricultura tem, em suas atividades, algumas diretrizes como:

- Aumentar a capacidade de infiltração de água no solo.
- Aumentar a capacidade de captação de águas pluviais.
- Estruturar e aperfeiçoar a condução e dissipação do escorrimento superficial.
- Estabelecer condições para a permanente cobertura morta ou verde do solo.
- Proteger as funções ecossistêmicas das áreas de recarga de aquíferos.
- Recuperar, restaurar e habilitar as áreas ciliares e a reserva legal.
- Promover a proteção, o conhecimento e a convivência com os animais silvestres.
- Estabelecer formas de conectividade entre ecossistemas.
- Combater a poluição biológica e a extinção de espécies.

- Combater todas as outras formas de poluição.
- Praticar a reciclagem no manejo de resíduos sólidos.
- Promover a prevenção, a segurança e a saúde no trabalho.
- Promover o bem-estar animal.
- Buscar a soberania e a segurança alimentar.
- Caminhar em direção dos princípios da produção agroecológica.
- Servir de modelo e de ferramenta de aprendizagem para a comunidade (PECHE FILHO, 2015, p. 1).

Já Costa (1993) traz o que se denomina de agricultura sustentável, que implica a busca por maior eficiência dos sistemas de produção agrícola, procurando ser compatível e coerente com cada realidade ecológica. Para isso, os sistemas de produção, segundo Altieri (2000, p. 59-60), devem:

- reduzir o uso de energia e recursos e regular a entrada total de energia de modo que a relação entre saídas e entradas seja alta;
- reduzir as perdas de nutrientes detendo a lixiviação, o escorrimento e a erosão, melhorando a reciclagem de nutrientes com o uso de leguminosas, priorizando a adubação orgânica e compostos, e outros mecanismos eficientes de reciclagem;
- incentivar a produção local de cultivos adaptados ao meio natural e socioeconômico;
- sustentar um excedente líquido desejável, preservando os recursos naturais, isto é, minimizando a degradação do solo;
- reduzir custos e aumentar a eficiência e a viabilidade econômica das pequenas e médias unidades de produção agrícola, promovendo, assim, um sistema agrícola potencialmente resiliente (ALTIERI, 2000, p. 59-60).

No que trata sobre agricultura sustentável, a autora Carmo (2004) apresenta uma compilação de vários elementos, de diversas vertentes da agricultura não convencional, mas todas, em comum, mantêm “os princípios básicos que norteiam uma produção ecologicamente equilibrada, entre eles, a abolição de insumos químicos solúveis e a presença da biodiversidade dos agroecossistemas” (CARMO, 2004, p. 57).

Segundo Canuto (2004, p. 38) “o conceito de agricultura sustentável estabelece a distância de um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais”. Para o autor, a agricultura sustentável “contrapõe-se concretamente à degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional”, inclui também, “à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo”. Além destes, o autor menciona entre os impactos sociais, “a concentração e a distribuição de renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social” (CANUTO, 2004, p. 38).

No entendimento de Gliessman (2001), a agricultura sustentável é um processo que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica entre os diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações.

Uma agricultura sustentável, segundo Christen (1996), deverá ter os seguintes atributos: a) assegurar a equidade entre gerações; b) preservar a base de recursos da agricultura e evitar externalidades ambientais adversas; c) proteger a diversidade biológica; d) garantir a viabilidade econômica da agricultura, melhorando as oportunidades de emprego e preservando as comunidades rurais; e) produzir alimentos de qualidade adequada para a sociedade.

Assim, segundo Ehlers (1999, p. 103), vários objetivos poderão ser alcançados em termos de agricultura sustentável, entre eles estão: “a manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao ambiente; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais”.

Perante a isso, a “produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, à integração de atividades vegetais e animais, além de trabalhar em menores escalas” (CARMO, 1998, p. 231).

Há uma série de razões pelas quais a agricultura familiar possibilita melhores condições de sustentabilidade. De acordo com Almeida, Cordeiro e Petersen (1996), as principais razões se devem pelo fato de: i) ser uma forma de ocupação econômica; ii) busca atender as necessidades das famílias e manter o potencial produtivo da terra; iii) valoriza a diversidade, através da associação do policultivos com criações; iv) a unidade de produção familiar, seja pela sua extensão ou pela organização do trabalho, favorece maiores cuidados técnicos nas operações de manejo; v) a agricultura familiar possuem uma relação positiva com o território, pois valoriza as potencialidades próprias aos ecossistemas naturais em que está inserida; vi) e sob uma perspectiva ambiental, a agricultura familiar favorece uma

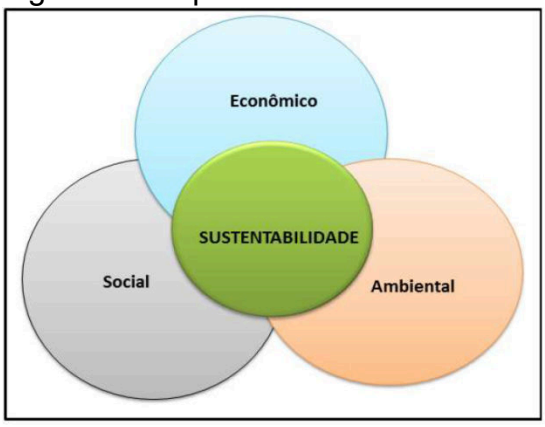
maior e mais equilibrada distribuição territorial das atividades de exploração do meio, pela melhor possibilidade de adaptação e circunscrição das mesmas a unidades ecológicas mais definidas e homogêneas.

Berté (2014) faz um alerta para que a agricultura familiar atinja a sustentabilidade, é necessário implementar políticas públicas voltadas para o fortalecimento deste tipo de agricultura. Do mesmo modo, as famílias devem estar estrategicamente organizadas, preferencialmente, por um tipo de ação coletiva, seja cooperativismo ou associativismo.

Nesse sentido, torna-se importante averiguar as unidades de produção familiar, o desempenho e a eficiência do sistema produtivo e seus reflexos na vida de seus produtores; medir a sustentabilidade, não só no aspecto econômico, mas também nos aspectos social e ambiental, como sugere o tripé da sustentabilidade.

O termo tripé da sustentabilidade (Figura 1), ou *Triple Bottom Line*, surgiu na década de 90, criado por John Elkington. Nesta teoria, a sustentabilidade está sustentada em três pilares ou três dimensões – social, econômica e ambiental (ELKINGTON, 1997; NORMAN; MACDONALD, 2003).

Figura 1 – Tripé da sustentabilidade



Fonte: Fonseca et al. (2014, p. 15) elaborado com base em Elkington (1997).

Os pilares ou dimensões do tripé da sustentabilidade, conforme Elkington (1997; 2012), podem ser assim entendidas:

- A dimensão social trata-se do capital humano de um empreendimento, comunidade, sociedade como um todo. Refere-se à educação, à saúde e às habilidades das pessoas.

- A dimensão econômica refere-se à capacidade de produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços. Essa dimensão enfatiza a viabilidade de uma organização prosperar economicamente de modo sustentável.
- A dimensão ambiental está relacionada ao capital natural. A organização deve preocupar-se em minimizar os impactos de suas atividades no meio ambiente e até mesmo adotar medidas para recompensar os possíveis danos causados na natureza.

Em acordo, os autores Ferreira et al. (2012) mencionam que para conceituar sustentabilidade deve-se considerar, no mínimo, três dimensões: econômica, ambiental e social. Há ainda, estudos que além das dimensões mencionadas, acrescentam outras, para compor o entendimento de sustentabilidade, que são: a cultural, a política e a institucional (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009).

De acordo com, o Ministério para o Desenvolvimento Internacional – DFID (2003) apud Barreto, Khan e Lima (2005), as dimensões de sustentabilidade podem ser definidas como: social, isto é, alcançada quando a exclusão social é minimizada e a igualdade social, maximizada. Em segundo lugar, como econômica quando as populações carentes alcançam e mantêm seu nível básico de bem-estar e, por fim, como ambiental, quando a produtividade dos recursos naturais que sustentam a vida é preservada ou ampliada para uso das gerações futuras.

Por conseguinte, Banerjee (2002) entende que o conceito de sustentabilidade pode ser a conciliação do crescimento econômico com a manutenção do meio ambiente, além de um foco na justiça social e no desenvolvimento humano. A sustentabilidade pode ainda ser entendida como uma distribuição e utilização equilibrada de recursos com um sistema de igualdade social.

Em consonância com a teoria de *triple bottom line,* a sustentabilidade econômica é a manutenção de capital natural, uma condição necessária para não haver decrescimento econômico (BARTELMUS, 2003). A sustentabilidade ambiental é definida, ainda, como a desmaterialização da atividade econômica, pois uma diminuição do processamento de material pode reduzir a pressão sobre os sistemas naturais e ampliar a prestação de serviços ambientais para a economia (BARTELMUS, 2003). Já, a sustentabilidade social, para o autor Lehtonen (2004),

refere-se à homogeneidade social, rendimentos justos e acesso a bens, serviços e emprego.

O desenvolvimento sustentável, segundo *Organization for Economic Cooperation and Development* (OECD, 1993), contempla três dimensões, a econômica, a social e a ambiental, apoiadas numa dimensão considerada transversal a todo este processo que é a dimensão institucional composta pelas formas de governo, legislação, organizações e sociedade civil, pois são considerados agentes aceleradores do processo de desenvolvimento.

No entendimento de Sachs (2004, p. 36), quando há “crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merece a denominação desenvolvimento”. Para “análise da sustentabilidade de uma determinada produção precisa, portanto, levar em conta pelo menos os fatores de ordem econômica, social e ambiental, procurando conciliar o desenvolvimento do meio econômico e social, mas respeitando sempre o meio ambiente” (ENDE et al., 2012, p. 50).

Entretanto, uma organização sustentável “busca alcançar seus objetivos atendendo simultaneamente os seguintes critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica” (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 69-70).

Dessa forma, sob este prisma, optou-se, para realização deste estudo, a sustentabilidade dos empreendimentos de feiras livres, trabalhar com as três dimensões da teoria *triple bottom line* de John Elkington.

Tendo em vista, à importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, e para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que a próxima seção dedica-se em discorrer sobre o tema agricultura familiar.

2.2 Agricultura familiar – conceitos, importância e políticas públicas

Segundo Santos e Cândido (2010, p. 4), o “modelo de crescimento econômico norteado pela globalização e pelos avanços tecnológicos, promoveram, por um lado, a elevação dos índices econômicos e, por outro lado, a contribuição decisiva para a degradação ambiental”.

Os principais impactos que esse modelo acarretou ao meio ambiente, de acordo com Cavalcanti (2003) apud Santos e Cândido (2010, p. 2), são:

> a contaminação de rios, as restrições no abastecimento de água, a proliferação de doenças, as elevadas concentrações de CO2 na atmosfera, o efeito estufa, o aumento do "buraco" na camada de ozônio, o empobrecimento do solo, a extinção das espécies devido à degradação de *hábitats*, as mudanças no clima, a elevação de temperatura dos mares, dentre outros malefícios (SANTOS; CÂNDIDO, 2010, p. 2).

Vale ressaltar que os reflexos desse modelo não se restringem somente à faixa ambiental, mas também ao campo social, econômico e cultural, provocando transformações na organização das cidades e do meio rural.

Com relação ao meio rural houve o que denomina Brandemburg (2010) de rural moderno, uma produção não mais voltada para a subsistência familiar, mas, também para atender o mercado. Segundo o autor, "a agricultura modifica seus métodos e em certa medida se industrializa, e o rural gradativamente é dotado de uma infraestrutura urbana" (BRANDEMBURG, 2010, p. 423).

A revolução verde impulsionou a modernização e industrialização da agricultura. Foi um processo que se iniciou na década de 60 e se caracterizou, fundamentalmente, pela "combinação de insumos químicos (fertilizantes, agrotóxicos), mecânicos (tratores e implementos) e biológicos (sementes geneticamente melhoradas)" com a idealização de um *upgrade* no sistema agrícola (ALBERGONI; PELAEZ, 2007, p. 34).

Conforme aborda Pereira Filho (1991, p. 56), a revolução verde conseguiu

> [...] elevar a produtividade e o rendimento econômico de algumas culturas, mas, ao mesmo tempo, aumentou a concentração das riquezas, agravou problemas sociais, elevou o consumo energético nos agroecossistemas, acelerou o processo de degradação ambiental e o aumento dos custos de produção (PEREIRA FILHO, 1991, p. 56).

Além dos índices de produtividade e crescimento econômico, este modelo teve, também, desdobramentos positivos como o eficiente sistema de treinamento, a assistência técnica, a extensão rural e o crédito agrícola (FALEIRO, 2012). Dessa maneira, ao proporcionar uma maior produtividade na produção agrícola, o sistema elevou significativamente seu grau de desempenho, conforme apresenta Marouelli (2003, p. 07):

> No que se refere ao aumento da produção total da agricultura, a Revolução Verde foi, na época, um sucesso. Entre 1950 e 1985, a produção mundial de cereais passou de 700 milhões para 1,8 bilhões de toneladas, uma taxa de crescimento anual de 2,7%. Neste período, a produção alimentar dobrou e a disponibilidade de alimentos por habitante aumentou 40%, parecendo que o problema da fome no mundo seria superado pelas novas descobertas (MAROUELLI, 2003, p. 07).

Portanto, a partir dessa modernização consegue-se uma maior produtividade por meio da "artificial conservação e fertilização do solo, da mecanização da lavoura, da seleção de sementes e de outros recursos" (TEIXEIRA, 2005, p. 23).

Gonçalves Neto (1997, p. 78) complementa que, para atingir o grau de produtividade, os agricultores tinham a seu favor uma "[...] política de créditos facilitados". Consequentemente, esta agricultura passou a ficar dependente do setor econômico-financeiro e industrial, impactando as condições ambientais e causando desequilíbrio social (BALSAN, 2006).

Neste aspecto socioeconômico, houve um aumento significativo do desemprego, do empobrecimento e do êxodo rural. A elevada concentração de terra e a desigualdade na distribuição de renda nos países em desenvolvimento acarretaram uma imensa exclusão social (MOREIRA, 2000).

Dentro desse contexto, um grande número de agricultores foi à decadência. Assim, grande parte da população rural veio a se favelizar nas periferias urbanas, fato que trouxe o aumento da pobreza rural, a elevação da violência para níveis altíssimos, o aumento da criminalidade e da destruição ambiental (VEIGA, 2000).

Todo esse cenário negativo, gerado pelo modelo desenvolvimentista, passou a ocupar o centro de discussões na Conferência de Estocolmo, promovida pela ONU, em 1972, na perspectiva de cessar a degradação ambiental, conscientizar para proteção e conservação dos recursos naturais e inclusão social (ZANCHETTA; TELLES; BARRETTO, 2011).

A partir de então, um novo modelo de desenvolvimento passou a ser desejado, expresso no Relatório de Brundtland, em 1987, um modelo que traz o conceito de Desenvolvimento Sustentável que, na sua essência, traduz como

> um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, do direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual

> e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (PORTAL ONUBR, 2014, p. 1, texto digital).

Outro importante marco foi a Agenda 21 que, definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (ZANCHETTA; TELLES; BARRETTO, 2011). A Agenda 21 é um documento que foi acordado e assinado por 179 países participantes da Rio 92 (BRASIL, MMA, 1992). Este documento é constituído de 40 capítulos, dentre eles, vale destacar o Capítulo 14 - Promoção do Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável que, no bojo de seu conteúdo, no item 14.2, apresenta:

> O principal objetivo do desenvolvimento rural e agrícola sustentável é aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar. Isso envolverá iniciativas na área da educação, o uso de incentivos econômicos e o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas, dessa forma assegurando uma oferta estável de alimentos nutricionalmente adequados, o acesso a essas ofertas por parte dos grupos vulneráveis, paralelamente à produção para os mercados; emprego e geração de renda para reduzir a pobreza; e o manejo dos recursos naturais juntamente com a proteção do meio ambiente (BRASIL, MMA, 1992, texto digital).

Em síntese, as diretrizes básicas do desenvolvimento rural sustentável são promover a segurança alimentar, gerar emprego e renda, conservar os recursos naturais e proteger o meio ambiente (SANTOS; PIASENTIN, 2010).

A agricultura, como qualquer outra atividade humana, para se manter sustentável deverá levar em consideração, simultaneamente, as dimensões “econômica”, “ambiental” e “social”, ou seja, impõe-se a combinação da eficácia econômica e da gestão racional do meio ambiente e do tecido social. Isto é, deve ser uma atividade economicamente viável, ecologicamente saudável e socialmente equitativa (ANGLADE, 1999).

Nessa perspectiva, a agricultura familiar é “redescoberta”, passando a ser vista como um eixo de desenvolvimento sustentável. A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (OLALDE, 2004).

A agricultura familiar, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), é considerada como “a pedra fundamental para o desenvolvimento social e econômico” (MELICZEK, 2003, p. 51).

Quanto à conceituação da “agricultura familiar”, muitos estudos apresentam esse termo de diferentes maneiras, conforme destaca Amador (2009): agricultura camponesa, agricultor camponês, agricultura familiar, agricultor familiar, pequena produção e também pequeno produtor rural.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, texto digital).

Na concepção de Wanderley (2001, p. 23), a “agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...]”.

Abramovay (1998, p.146) conceitua agricultura familiar como “aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

No entendimento de Silva (2012, p. 55), o conceito de agricultura familiar “[...] é resultado de esforços teóricos e práticos no intuito de organizar as dispersas compreensões e articular políticas públicas para o agricultor familiar brasileiro”.

Wanderley (1996), em sua obra, traz o termo “agricultor familiar camponês”, ou “agricultura camponesa”, que pode ser entendida como

> uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade

> econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1996, p. 3).

De acordo com Guilhoto et al. (2007, p. 13), a importância da agricultura familiar está fundamentalmente pelo “papel social na mitigação do êxodo rural e da desigualdade social do campo e das cidades, este setor deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza, não apenas para o setor agropecuário, mas para a própria economia do país”.

Em 2014, a FAO celebrou o ano internacional da agricultura familiar, com o lema “alimentar o mundo, cuidar da terra”. Esse reconhecimento objetivou pôr em evidência a agricultura familiar e os pequenos agricultores devido a sua contribuição no combate à fome e à pobreza, a promoção da segurança alimentar e cuidado com o meio ambiente. A FAO (2014, p. 1) referenciou, ainda, a agricultura familiar por

> preservar os alimentos tradicionais, contribuir para uma alimentação balanceada, proteger agrobiodiversidade e pelo uso sustentável dos recursos naturais. A agricultura familiar representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO – FAO, 2014, p. 1).

A agricultura familiar é uma das principais responsáveis pela manutenção do agricultor no campo e, por conseguinte, pela diminuição do êxodo rural, justamente por sua maior capacidade gerencial, pela sua flexibilidade e, sobretudo, por sua maior aptidão para a diversificação das culturas (OLIVEIRA, 2007).

Conforme Scolari (2007, p. 20), a agricultura familiar “pode desempenhar um importante papel, na conquista de nichos específicos de mercados, com geração de produtos de qualidade e criação de marcas diferenciadas, gerando renda e aumentando o nível de emprego e de renda no setor rural”.

Com o intuito de estabelecer um panorama geral da agricultura familiar brasileira, a Tabela 1 apresenta dados que informam a área e o número de estabelecimentos rurais pertencentes à agricultura familiar e a não familiar, do Brasil, do estado do Rio Grande do Sul e do município de Santa Maria.

Tabela 1 – Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar do Brasil, do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Santa Maria

	Agricultura Familiar		**Não Familiar**	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4.367.902	80.250.453,09	807.587	249.690.940,24
Rio Grande do Sul	378.546	6.171.622	62.921	14.027.867
Santa Maria	11.407	240.661,33	2.964	710.028,52

Fonte: IBGE (2006).

No Brasil, de acordo com o censo agropecuário do IBGE (2006), há 5.175.489 estabelecimentos rurais, sendo que, destes, 84,39% pertencem à agricultura familiar, enquanto que, 15,61% são estabelecimentos não familiares. No estado do Rio Grande do Sul predominam estabelecimentos familiares, apresentando um percentual de 85,74%. Já no município de Santa Maria, 79,37% dos estabelecimentos pertencem à agricultura familiar.

Com relação à área, no Brasil, ao verificar o censo do IBGE (2006), 75,68% de hectares pertencem a estabelecimentos rurais não familiares. No estado do Rio Grande do Sul, 69,44% de hectares são utilizados por estabelecimentos não familiares. No município de Santa Maria, o maior índice de hectares é de estabelecimentos não familiares, correspondendo ao percentual de 74,68%.

Dessa forma, pelos índices observados do IBGE (2006), pode-se inferir que a produção da agricultura patronal supera a agricultura familiar. Segundo Fernandes (2005), a agricultura patronal também pode ser entendida como agricultura capitalista, agricultura empresarial ou mesmo agronegócio. Essa agricultura patronal é responsável por uma produção em larga escala.

A fim de apresentar as diferenças entre agricultura patronal e agricultura familiar no Brasil, aborda-se, no Quadro 2, as seguintes características.

Quadro 2 – Diferenças entre a agricultura patronal e agricultura familiar

Agricultura Patronal	**Agricultura Familiar**
Mão de obra assalariada.	Predomina a mão de obra familiar.
Produção de grande e média escala.	Produção de pequena escala.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Suporte industrial.	Pouca intervenção industrial.

Ênfase nas práticas agrícolas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais.
Tecnologias dirigidas, eliminação de decisão de “terreno e de momento”.	Decisões imediatas adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Organizado com base nos estudos de Spanevello (2008) e Ristow (2015).

Na agricultura familiar, no Brasil, há multifuncionalidades que estão relacionadas a “funções de proteção do meio ambiente, até as funções socioeconômicas que envolvem o lazer, a cultura, a distribuição de emprego e renda” (SANTOS; ROCHA; COUTO, 2005, p. 4).

Em consonância com os autores supracitados, Carneiro e Maluf (2003) apontam quatro funções chaves da agricultura familiar, que são: 1) reprodução socioeconômica das famílias rurais; 2) características técnico-produtivas, promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade e sustentabilidade da atividade agrícola; 3) manutenção do tecido social e cultural associado a determinado território; 4) conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem rural.

Dentre essas características produtivas, a pluriatividade está presente na agricultura familiar, como forma de reprodução socioeconômica. A pluriatividade se apresenta como uma alternativa adicional de renda às famílias produtoras. Para Baumel e Basso (2004, p. 139) o desenvolvimento da agricultura familiar está atrelada a pluriatividade, pois

> se estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

Em suma, segundo Schneider (2009, p. 4), a pluriatividade é a “interação entre atividades agrícolas, atividades para-agrícolas e atividades não-agrícolas”, que podem assim ser definidas:

> Atividades agrícolas constituem-se em procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas.
> Atividades para-agrícolas formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados).

> Atividades não-agrícolas são atividades ligadas a outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços (SCHNEIDER, 2009, p. 4).

Segundo Zanini e Santos (2015, p. 134), no “Sul do Brasil, é cada vez mais perceptível a transformação de pequenas comunidades rurais em unidades de processamento de frutas, legumes, laticínios e agricultura orgânica”. Além disso, os autores elencam outras práticas que os pequenos agricultores exercem como meios alternativos de obtenção de renda, a saber:

> o turismo rural, isto é, a implantação de trilhas, pousadas, pequenos hotéis que oferecem aos turistas urbanos comidas típicas, a experiência de vida na zona rural, da colheita de frutas, fabricação de vinhos, passeios ecológicos, etc. Muitas vezes, o turismo rural possibilita a manutenção de propriedades agrícolas que não seriam viáveis apenas pela sua produção agropecuária, ao mesmo tempo em que produz uma revalorização e ressignificação da tradição destacando, sobretudo, a distintividade étnico-cultural desses camponeses de origem europeia (ZANINI; SANTOS, 2015, p. 134).

A pluriatividade é estimulada, de acordo com Schneider (2009), pelos seguintes fatores: (i) a própria modernização técnico-produtiva da agricultura; (ii) processos de terceirização e crescimento da prestação de serviços no meio rural; (iii) queda crescente e continuada das rendas agrícolas; (iv) mudanças nos mercados de trabalho; (v) políticas de desenvolvimento rural, que estimulam atividades não-agrícolas no meio rural tais como o turismo, as pequenas e médias indústrias, a preservação ambiental, entre outras; (vi) a pluriatividade, que passou a ser percebida como uma das estratégias fundamentais de reprodução da agricultura familiar e adaptação às transformações macroestruturais na agricultura.

Como forma de fortalecer a atuação dos agricultores familiares, muitos produtores buscam se organizar por meio de uma ação coletiva, que pode ser: parceria, *pool*, associativismo, cooperativismo (NANTES; SCARPELLI, 2012).

De acordo com Ramírez e Berdegué (2003), as ações coletivas objetivam: ter o acesso à outra dimensão de bem-estar material, a modificar as relações sociais e de poder existentes no interior de populações específicas, a influenciar as políticas públicas para ampliar as possibilidades de desenvolvimento e superar a exclusão, a desenvolver a capacidade dos indivíduos, a fortalecer as organizações e a aprofundar normas e valores como a solidariedade, reciprocidade e confiança, que contribuem para o bem comum.

Para Oliveira et al. (2010, p. 11), a ação coletiva possibilita aos agricultores familiares

> [...] adquirem maior poder de negociação no mercado e, assim, proporcionar ganhos de escala para os produtores como: redução dos preços dos insumos quando comprados em maior quantidade, vantagem na comercialização gerada pelo poder de venda associado ao alto volume de produtos em negociação, utilização de máquinas e equipamentos de forma compartilhada, possibilidade de assistência técnica mais presente, dentre outros benefícios, dependendo da forma de organização e dos objetivos do grupo (OLIVEIRA et al., 2010, p. 11).

Somado a isso, as organizações coletivas estão auxiliando os agricultores familiares a produzir sob as diretrizes de uma produção agroecológica, como é o caso das cooperativas de Santa Maria/RS, cita-se: a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (COOESPERANÇA) e a Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares (COOPERCEDRO) (PICOLOTTO; BREMM; SCHREINER, 2015).

Diante do exposto, sinaliza-se que, independente da forma de ação coletiva, esta se apresenta aos agricultores como uma estratégia que viabiliza o aumento de produção, a melhoria na sua estrutura laboral, bem como uma maior competitividade e reprodução social[2].

Para entender cada uma das formas de ação coletiva, faz-se necessário conceituá-las, a começar por parceria, entendida como: uma forma organizativa que não exige formalidade, mas que requer dos agentes envolvidos “iniciativa, liderança, empenho e visão empresarial para buscar o parceiro certo, ter confiança no projeto e estar disposta a dividir lucros, ou seja, o negócio precisa ser bom para todos” (NANTES; SCARPELLI, 2012, p. 647).

O *pool* são “associações de produtores que se unem para adquirir maior poder de negociação no mercado” (DRAGONE, 2003, p. 61). Assim, o *pool*, como também, as cooperativas e associações são ações que buscam “unir os produtores rurais para enfrentarem os desafios de inserção e permanência na cadeia produtiva,

[2] Para Pietrafesa (2000, p. 186) a reprodução social da agricultura familiar, do ponto de vista socioeconômico está, em certa medida, vinculada à sua capacidade de responder às demandas atuais de mercado, produtividade e elevação de renda. Mas, por outro lado, quando as famílias assumem essa postura, fazem o discurso de que estão buscando “melhores condições de vida” para seus membros e, nesse campo, a permanência dos jovens no meio rural e a elevação do poder de consumo são variáveis sempre presentes na composição do discurso.

e podem atuar de forma coordenada na compra de insumos, durante produção ou na comercialização" (OLIVEIRA et al., 2010, p. 11).

Já a cooperativa, pela Lei nº 5.764/71, descrito no seu artigo 4º, compreende em "sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados" (BRASIL, 1971).

A associação consiste num agrupamento de pessoas, dotadas de personalidade jurídica, que possuem objetivos e ideais comuns, sem a finalidade lucrativa (MELCHOR, 2000).

Define-se sindicato como uma "sociedade civil e sindical sem fins lucrativos, que tem por finalidade representar os direitos e interesses individuais e coletivos de determinada categoria de trabalho" (SENAR, 2011, p. 22).

Além das formas organizacionais de ação coletiva, há outras maneiras de fortalecer a agricultura familiar como situar o valor agregado de seus produtos, ou seja: é preciso considerar a territorialidade do local, onde os produtos são fabricados e o sabor diferenciado, resultante do processo produtivo artesanal (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2004).

Em adição, há outros caminhos para alavancar a agricultura familiar e promover qualidade de vida e inclusão social aos agricultores familiares, que são as políticas públicas e os programas governamentais.

Para aclarar, políticas públicas, na concepção de Teixeira (2002, p. 2), "são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado". Enquanto que programa "constitui uma sequência de ações estruturadas e sistêmicas no tempo de caráter orientador, coordenador, executor e avaliador, e que viabilizam o alcance de objetivos (finalísticos ou de apoio administrativo)" (KLERING; SCHRÖEDER, 2008, p. 147).

Algumas políticas públicas e programas voltados para agricultura familiar, propostos pelo governo federal, segundo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), devem ser destacados:

O **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)** – criado pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, é um programa de crédito destinado ao pequeno e médio agricultor que proporciona a estes o acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar (BRASIL, MDA, 2013). Entre as linhas de crédito, têm-se:

> • **Microcrédito Rural**: atende os agricultores de menor renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida;
> • **PRONAF Agroecologia**: financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;
> • **PRONAF Agroindústria**: financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
> • **PRONAF Cota-Parte**: financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento;
> • **PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares**: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros;
> • **PRONAF Custeio**: financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no PRONAF;
> • **PRONAF Eco**: investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidro energéticos, silvicultura e recuperação do solo;
> • **PRONAF Floresta**: financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
> • **PRONAF Investimento (Mais Alimentos)**: financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;
> • **PRONAF Jovem**: financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras com idade entre 16 e 29 anos. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais;
> • **PRONAF Mulher**: linha oferecida especialmente para as mulheres. Financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher. Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora;
> • **PRONAF Semiárido**: financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida (BRASIL, MDA, 2013, p. 11-13).

O **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** – instituído em 2003, teve suas diretrizes atualizadas pela Lei nº 12.512/2011. Esse programa permite que os órgãos públicos federais, estaduais e municipais adquirem alimentos diretamente dos produtores. “Garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar” (BRASIL, MDA, 2013, p. 21).

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** – “instituído pela Lei nº 11.947/2009, esse programa prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino” (BRASIL, MDA, 2013, p. 27).

O **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)** – o objetivo do programa é de “facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais. O PNCF financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação” (BRASIL, MDA, 2013, p. 31).

A **Garantia-Safra** – é um seguro concedido aos agricultores familiares, que perderam sua produção por causa de problemas climáticos. Este programa é “voltado aos produtores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por mês, desde que possuem Declaração de Aptidão ao PRONAF e tenham feito a adesão ao Garantia-Safra” (BRASIL, MDA, 2013, p. 63).

Do governo do estado do Rio Grande do Sul, em 2015, foi instituído o **Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa**, que visa fomentar projetos integrados na estruturação de unidades agroindustriais, agregar valor aos produtos agropecuários e incluir os agricultores familiares e camponeses nas cadeias produtivas regionais. De acordo com a diretriz do programa, os agricultores atuarão tanto na produção de base ecológica como no processamento e na comercialização de produtos (RIO GRANDE DO SUL, SDR, 2016).

Outra iniciativa do governo estadual é o **Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar**, instituído pelo Decreto nº 53.052, de 02 de junho de 2016, sob a coordenação da SDR e executado de forma integrada à Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Rio Grande do Sul (PEATERS)

e ao Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social no Estado do Rio Grande do Sul (PROATERS). O programa objetiva promover a gestão e a adequação socioeconômica e ambiental das propriedades rurais familiares. A intenção do programa é trabalhar de forma sistêmica, realizando o acompanhamento das atividades e promovendo a implantação de um sistema de gestão. Dessa forma, possibilita-se a geração de instrumentos e conhecimento para diagnosticar, projetar, monitorar e avaliar os sistemas de produção, com a abrangência de todas as atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiar (EMATER/RS, 2016). Entre as principais atividades que possam ser empreendidas pelo programa estão:

> - Implementar a inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os respectivos Programas de Regularização Ambiental (PRA) dos estabelecimentos assistidos pela EMATER/RS.
> - Implementar unidades de referência na produção de energias renováveis (por exemplo, solar, biogás e biomassa).
> - Desenvolver sistemas produtivos sustentáveis (por exemplo, silvipastoril, agrossilvipastoril e sistemas agroflorestais).
> - Implementar práticas de conservação do solo e água.
> - Melhorar as condições de conservação dos arredores da casa e das instalações, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente.
> - Estimular e implementar a produção de hortaliças, frutíferas e criações animais para autoconsumo e venda de excedentes.
> - Realizar intercâmbios para a troca de experiências entre os agricultores e técnicos envolvidos no trabalho.
> - Propor o redesenho dos estabelecimentos rurais familiares, quando for necessário, utilizando o sistema de planejamento a curto, médio e longo prazo, com base nos indicadores (EMATER/RS, 2016, p. 7).

Em Santa Maria/RS, registra-se como incentivos aos agricultores, principalmente, aos que se enquadram como familiares, o fundo rotativo e diversos programas que buscam impulsionar a produção primária e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais do município.

O Fundo Rotativo foi criado pela Lei Municipal nº 3.962, em 27 de março de 1996 (SANTA MARIA, 1996). Este fundo trata-se de um contrato de financiamento, que, de acordo com o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), está em torno de 12 salários mínimos, do ano base 2016. Para obter esse recurso, o produtor deverá apresentar um projeto que será avaliado por técnicos da SMDR/EMATER e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural do município. No artigo 10, da Lei 3.962/96, “o fundo rotativo financiará, prioritariamente, empreendimentos realizados através de associações, cooperativas e condomínios rurais de produtores rurais”. Na sequência da lei, no artigo 11, está

assim disposto: “aos contratos de financiamentos individuais somente serão elegíveis os produtores rurais com propriedades iguais ou menores que 04 (quatro) módulos rurais” (SANTA MARIA, 1996).

Outra medida adotada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, em parceria com o Escritório Municipal da EMATER, foi a implantação de programas, explicitados no Quadro 3, que objetivam estimular o aumento e a diversificação dos produtos agropecuários.

Quadro 3 – Programas de desenvolvimento rural de Santa Maria

PRÓ-AGROINDÚSTRIA	Descrição/objetivos: Este processo permitirá maior competitividade dos nossos produtos, de forma a atender à demanda já existente de produtos derivados de carnes, derivados de leites, produtos de frutas e hortaliças, bebidas, mel, produtos de panificação e massas frescas da culinária italiana nos mercados locais e regionais. Disponibilizar linhas de crédito para a implantação, ampliação, adequação, reestruturação e custeio de agroindústrias de agricultores familiares, criar mecanismos para facilitar o acesso dos agricultores familiares às linhas de crédito e, ainda, identificar, apoiar e divulgar iniciativas de incentivos estaduais e municipais para agroindústrias.
PRÓ-CALCÁRIO	Descrição/objetivos: Viabilizar a correção da acidez do solo e, através desta, a melhoria do nível de fertilidade dos solos do município, contribuindo para melhoria da situação econômica dos pequenos produtores rurais.
PRÓ-CRIA	Descrição/objetivos: Disponibilizar aos produtores rurais, inscritos no Pró-Leite, acesso ao Programa de Inseminação Artificial, promovendo o melhoramento genético de seu rebanho, trazendo aumento da produção leiteira do município.
PRÓ-FLORES	Descrição/objetivos: O projeto busca integrar esforços de todos os segmentos interessados em estimular o aumento da floricultura, com vistas ao mercado local.
PRÓ-FLORESTA	Descrição/objetivos: incentivar a produção florestal em propriedades rurais de Santa Maria, bem como em propriedades rurais autossuficientes em produtos madeiráveis, entre outros. O programa possibilita o produtor rural saber fazer uso ou manejo da terra, nos quais se consorciam espécies arbóreas com cultivos agrícolas e que promovem benefícios econômicos e ecológicos.
PRÓ-FRANGO	Descrição/objetivos: Auxiliar o Produtor Rural, avicultor ou não, na implantação da produção de frangos e ou ovos coloniais, agregando

	renda à atividade rural.
PRÓ-FRUTAS	Descrição/objetivos: Destina-se a ampliar a participação da fruticultura na matriz produtiva do município, para suprir comércio local e melhorar a renda dos produtores rurais locais.
PRÓ-HORTA	Descrição/objetivos: Visa a ampliar a produção da olericultura na matriz produtiva do município, para suprir comércio local e melhorar a renda dos produtores rurais locais.
PRÓ-LEITE	Descrição/objetivos: Reestruturar a pequena propriedade rural produtora de leite, de forma a viabilizar sua permanência no mercado, em regime familiar de exploração. Cada produtor deverá ter metas mínimas as quais serão elencadas pelos técnicos do programa, com apoio ainda de cooperativas e indústrias do setor.
PRÓ-MEL	Descrição/objetivos: Promover o desenvolvimento técnico e econômico da apicultura santa-mariense e aumentar sua competitividade, baseado na produção, produtividade e qualidade, através da criação dos parques agro apícolas familiares.
PRÓ-OLIVEIRA	Descrição/objetivos: O projeto busca estimular a produção de oliveiras, visto que a região de Santa Maria apresenta potencial para o desenvolvimento desta cultura, devido às condições propícias de solo e clima.
PRÓ-OVINO	Descrição/objetivos: Possibilitar a ampliação do mercado ovinocultor do município e implementar a criação através de incentivos e instrumentos capazes de alavancar esse mercado em nossa cidade.
PRÓ-PEIXE	Descrição/objetivos: O programa consiste em ampliar e incentivar a criação de peixes por produtores rurais em pequenos açudes, com fins comerciais. Identificar e classificar os produtores de peixe já existentes no município, estabelecendo critérios e normatizando a atividade no município.
REDES	Descrição/objetivos: O programa visa aproximar o pequeno produtor rural dos supermercadistas. Neste programa, os produtores rurais fornecerão produtos agrícolas de qualidade e com frequência de entrega. Os supermercados garantirão a compra dos produtos e pagará preço de mercado, a prefeitura dará assistência técnica aos produtores sendo um facilitador deste processo.

Fonte: SANTA MARIA, SMDR (2015).

Os programas foram criados pela Lei Municipal nº 5.612, de 05 de janeiro de 2012, que têm como objetivos descritos no seu artigo 3º:

> I. capacitar os produtores rurais nas atividades específicas de cada programa;
> II. melhorar a qualidade de vida da família rural;
> III. incentivar a permanência do jovem no meio rural;
> IV. desenvolver o espírito associativo entre os produtores;
> V. gerar emprego e renda;
> VI. incrementar e aumentar a produção agropecuária;
> VII. abastecer o mercado local e regional com produtos da agropecuária;
> VIII. melhorar a fertilidade do solo;
> IX. promover o uso adequado do solo;
> X. incentivar a implantação de pastagens perenes e anuais;
> XI. promover a melhoria na genética e na sanidade animal do rebanho leiteiro (SANTA MARIA, 2012, p.1-2).

Assim como o fundo rotativo, o ingresso para qualquer um dos programas será, prioritariamente, para produtores com propriedades iguais ou menores que 04 (quatro) módulos rurais e, mesmo que informalmente, devem pertencer a uma associação ou cooperativa. Em contrapartida, os produtores deverão participar de cursos de capacitação e de excursões técnicas às propriedades modelos (SANTA MARIA, SMDR, 2015).

Certamente, as políticas públicas e os programas de governo das três esferas buscam a sustentabilidade da agricultura familiar, assim como incentivar uma agricultura sustentável.

Nesse contexto, Oliveira et al. (2015, p. 1) afirmam que a agricultura familiar é “tratada como um segmento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável, pelo fato de oferecer emprego e renda, de preservar os recursos naturais e de oferecer produtos mais saudáveis tanto para o consumo interno como local”.

Com relação aos canais de comercialização, Scolari (2007, p. 32) destaca que a agricultura familiar, desde que “tecnificada, com rastreabilidade, certificação e marcas pode desempenhar importante papel e conquistar fatias do mercado nacional e internacional”.

Compreende-se canal de comercialização “o caminho percorrido pela mercadoria desde o produtor até o consumidor final” (HOFFMANN. et al.;1992, p. 153). Dentre os principais canais cita-se: a) venda direta ao consumidor; b) integração vertical; c) vendas para o setor de distribuição; d) mercados institucionais (PIERRI; VALENTE, 2010). De acordo com os autores Pierri e Valente (2010), cada canal pode ser entendido como:

a) Vendas diretas: a venda se dá sem intermediários. O produto é entregue pelo produtor para o consumidor final. Exemplos: entregas em domicílio, tele entregas, feiras livres, feiras especializadas, eventos comerciais promocionais, loja, balcão ou quiosque do produtor, vendas na propriedade;
b) Integração vertical: venda de produtos como matéria-prima para beneficiamento pelo comprador (os principais produtos no Brasil são leite, fumo, tomate, suínos e aves);
c) Vendas para distribuição: o produtor vende para um agente intermediário que irá distribuir o produto no comércio de atacado e/ou varejo. Exemplos: atacadistas, varejistas, distribuidores, restaurantes, lojas especializadas de agricultura orgânica e produtos naturais, supermercados e hipermercados, exportação;
d) Mercados institucionais: um exemplo são os mercados criados pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os mecanismos de comercialização adotados pelos produtores familiares, em relação com os canais de distribuição, segundo Azevedo e Faulin (2005), podem ser o mercado *spot*, o contrato formal, o contrato informal e as parcerias, que pode ser compreendidos como:

i. Mercado *spot* – ocorre a transferência física do produto e é utilizado para coordenar as transações entre produtores familiares e sacolões, varejões, quitandas, atravessadores e na venda direta ao consumidor final. O preço, a quantidade, a qualidade, o pagamento e a entrega do produto são definidos em um único momento.
ii. Contratos formais – utilizados para reduzir incertezas e especificarem regularidade, volume e preços. Geralmente são utilizados por empresas de refeições coletivas.
iii. Contratos informais – são utilizados nas transações dos produtores com pequenos e médios supermercados, sacolões e varejões, quitandas, empresas de refeições coletivas, atravessadores e atacadistas. A entrega, a quantidade e a qualidade do produto são determinadas e supõem uma relação constante que possa justificar a confiança.

iv. Parcerias – estabelecidas entre produtores familiares e atravessadores com uma relação de confiança entre as partes.

Dos principais canais de distribuição de produtos, provenientes da agricultura familiar, são as feiras livres, devido ao estreitamento de suas relações com o consumidor (COLLA et al., 2007). Somado a isso, as feiras livres têm ganhado destaque por possibilitar, aos agricultores familiares, uma melhor rentabilidade (COLLA et al., 2007).

Devido à importância das feiras livres para a agricultura familiar, a próxima seção traz uma abordagem sobre conceitos, dados históricos e relevância socioeconômica das feiras.

2.3 Feiras livres – surgimento, território, características e funções

A origem da palavra “feira” vem do latim *feriae*, que significa “dia de festa”. No simbolismo litúrgico era um dia de “celebrar o Senhor”, o dia em que os fiéis e peregrinos se dirigiam aos templos, levando consigo oferendas, que podiam ser animais, pratos culinários, roupas e outros objetos. Com o passar dos tempos, o comércio se sobrepôs ao ato religioso, o que levou os comerciantes a aproveitarem o dia festivo para expor e vender suas mercadorias (SILVA, 2014).

Quanto à origem das feiras livres é difícil precisar sua data, entretanto, segundo Mott (1975) apud Azevedo; Queiroz (2013), as feiras já existem desde a época da Mesopotâmia, no Egito Antigo, na Grécia Antiga, e na Roma Antiga. A consolidação das feiras acontece durante a Idade Média, a partir do século XI, na Europa. O Renascimento Comercial e Urbano impulsionam a prática das feiras livres, um marco caracterizado pela aceleração do processo de urbanização e pela ascensão comercial. Neste período, surgem os burgos, ou seja, cidades que passaram a comportar um elevado número de pessoas vindas de várias regiões, principalmente, da África e da Ásia. Essas pessoas tinham interesse em matérias-primas, alimentos, tecidos e artesanatos. Os produtos ficavam expostos em tendas, todas juntas, em um determinado local, configurando o que hoje se conhece por feiras (FERNANDES, 2016).

No Brasil, as feiras livres são decorrentes da colonização portuguesa e surgem por volta do século XVII com a finalidade de suprir a “necessidade de abastecimento alimentar e da comercialização do excedente produzido no campo” (PINTO; MORAES, 2011, p. 2).

As primeiras evidências de feiras livres no Brasil “remontam ao ano de 1548, quando o rei de Portugal, D. João III, preocupado em evitar o êxodo rural na colônia, instituiu um dia de feira nas cidades” (MENEZES, 2005, p. 9).

Segundo Mott (1975) apud Azevedo; Queiroz (2013), o primeiro registro oficial de feira livre no Brasil foi em 1732, a feira de Capoame, localizada no Recôncavo Baiano. A partir de então, as feiras se estenderam não só por todo o nordeste brasileiro, como também, para outras regiões do país.

No Brasil, a feira livre se caracteriza como um mercado ao ar livre, organizado pelo poder público municipal, priorizando o abastecimento alimentar, onde são vendidos alimentos e produtos básicos (MASCARENHAS; DOLZANI, 2008).

Chapman (1987) apud Bernardino (2015, p. 44) apresenta as seguintes características das feiras:

> - quanto à origem podem ser naturais (surgiram espontaneamente) ou planejadas (criadas ou organizadas pelo poder público ou privado);
> - quanto ao acesso podem ser públicas (entrada livre e gratuita) ou privadas (acesso controlado e pago);
> - quanto à finalidade podem ser feiras de revenda (onde os compradores adquirem produtos para revenda) ou feiras de negócio para consumo final (onde os compradores são empresas que adquirem produtos para serem consumidos pelas próprias empresas) e de retalho (onde o comprador é o consumidor final);
> - quanto ao tempo (periodicidade) podem ser diárias, semanais, mensais ou anuais;
> - quanto ao espaço (amplitude geográfica) podem ser feiras locais (os frequentadores moram no entorno da feira); feiras regionais (apresentam frequentadores de outras cidades da mesorregião onde se encontra); feiras nacionais (apresentam frequentadores de vários lugares do país); feiras internacionais (apresentam frequentadores estrangeiros);
> - quanto ao público alvo podem ser feiras de público específico (ex.: feiras de profissões, feiras de antiguidades) e de interesse geral dirigidas a interesses mais genéricos (ex.: feiras da casa ao jardim, feiras populares de rua) (BERNARDINO, 2015, p. 44).

Quanto à conceituação de feira livre, pode ser configurada conforme sua conotação, que pode inclinar-se tanto para o econômico como para o social. Como

apresenta Mota et al. (2012, p. 4), a “feira livre é um espaço polissêmico, em que vidas se cruzam, convivem e experimentam um cotidiano de diversidades”. Para Menezes (2005, p. 41) a feira é

> um lugar onde trafegam lado a lado pobres e ricos, velhos e jovens, mendigos e vendedores de santinhos. Ela é composta de uma caoticidade de traços, cores, sons, sotaques, roupas, cheiros, volumes, movimentos, enfim uma representação fiel dos signos da cidade antiga e moderna, todos dispostos em seu território articulado (MENEZES, 2005, p. 41).

Na visão de Nora e Dutra (2015, p. 52), as feiras são entendidas como um “espaço de interação entre feirantes e fregueses, que possibilita a aproximação e a troca de saberes entre a cidade e o meio rural”. Para Silva et al. (2014), feiras livres são ambientes que proporcionam o elo entre meio rural e urbano e funcionam como ponto de encontro e de movimentação de pessoas, de valorização e expressão da cultura local.

As feiras livres são espaços privilegiados de socialização, mas também de resgate cultural. As feiras “carregam uma identidade com o território, apresentam uma verdadeira tradição regional que guardam traços marcantes da cidade, desempenhando importantes funções sociais e culturais” (CARVALHO, 2016, p. 1).

Ainda sob a ótica do âmbito social, pode-se realizar uma leitura das feiras livres acerca de território, que, por sua vez, é “um espaço definido e delimitado por relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 111). Já, para Haesbaert (2006, p. 78), o conceito de território se estabelece pelas “relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço”. Na compreensão de Silva e Sato (2010, p. 266),

> [...] o território está intrinsecamente ligado à construção das identidades dos sujeitos. O território é, assim, um elemento preponderante na construção das identidades, sendo a base das práticas sociais, das representações e das significações” (SILVA; SATO, 2010, p. 266).

Dessa maneira, Almeida (2009, p. 33) auxilia no entendimento mais amplo sobre o território instituído pelas feiras livres, observando que

> [...] no caso da feira, fica evidente: há o território dos fregueses que realizam regularmente suas compras, como suprimento para a semana vindoura, escolhendo os melhores e mais acessíveis gêneros; dos feirantes já estabelecidos em barracas e o daqueles que chegam de improviso, inscrevendo uma nova tessitura territorial e, também um novo jeito de fazer a feira, com promoções e performances para atrair fregueses, minimizando o ‘poder’ de feirantes já estabelecidos em barracas (ALMEIDA, 2009, p. 33).

Diante disso, o território pode ser compreendido, na visão de Andrade (1995), como uma “gestão de uma determinada área”. Ainda o mesmo autor coloca que, “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (ANDRADE, 1995, p. 20).

Sob um viés econômico, no ponto de vista de Carvalho (2016, texto digital), as feiras livres podem trazer aos municípios muitos benefícios, dentre eles se destacam:

- a valorização da identidade regional, da tradição e da cultura;
- a geração de trabalho, de ocupação e de renda;
- a dinamização da economia dos pequenos municípios;
- a promoção da segurança alimentar e nutricional sustentável;
- o abastecimento regular de alimentos de qualidade, adaptado aos hábitos culturais da população local;
- o fortalecimento do associativismo e promoção da gestão coletiva (CARVALHO, 2016, texto digital).

As feiras livres, quanto a sua forma de comercialização, situam-se como cadeias curtas de abastecimento. Esse enquadramento se dá pela proximidade que há entre produtores e consumidores (SCARABELOT; SCHNEIDER, 2012).

O termo “curta” da expressão “cadeia curta de abastecimento” não está vinculada à distância geográfica, mas sim, com a aproximação existente entre produção e consumo (MARSDEN, 2004). A cadeia curta “possui a capacidade de ressocializar ou [...] reespacializar um determinado alimento, permitindo ao consumidor associar juízos de valor com base no seu próprio conhecimento, experiência ou imaginário percebido”. (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; MARSDEN, 2004, p. 425).

Por outro ângulo, a relação direta entre o feirante e o consumidor possibilita a diminuição dos custos da comercialização, fazendo com que as feiras se coloquem como canais potencialmente mais eficientes. Além disso, elas favorecem uma aproximação e a troca de saberes entre os agricultores-agricultores e agricultores-consumidores ((GODOY; SACCO DOS ANJOS, 2007) apud (COELHO, 2008)).

Conforme Marsden, Banks e Bristow (2000), há três tipos de cadeias curtas: face a face, proximidade espacial e espacialmente estendida. As cadeias face a face (*face-to-face*) se caracterizam quando o consumidor adquire o produto direto do

produtor. Já as cadeias de proximidade espacial (*spatial proximity*) acontecem quando os produtos produzidos e comercializados estão associados a um saber tradicional e os consumidores estão cientes da natureza local do produto. Finalmente, as cadeias espacialmente estendidas (*spatially extended*) ocorrem quando os valores e informações das localidades de produção são traduzidos aos consumidores que estão distantes do local de produção.

Há diferentes mecanismos que permitem a compreensão das cadeias curtas, sendo estes ligados pelo tempo e espaço, como colocam Renting, Marsden e Banks (2003), no quadro a seguir:

Quadro 4 – Tipologia de cadeias curtas

Face-a-Face	**Proximidade Espacial**	**Espacialmente Estendidas**
1. Colheita pelo próprio consumidor 2. Comercializado pelo agricultor na propriedade da agricultura 3. Entrega em domicílio 4. Entrega pelo correio 5. Lojas de produtos vindos 6. Venda à beira da estrada 7. Venda pela internet	1. Articulação com o espaço 2. Abastecimento de instituições (cantinas e escolas) 3. Comunidade de apoio à agricultura 4. Cooperativas consumidoras 5. Eventos especiais e feiras (articulação no tempo) 6. Grupos de lojas de produtos vindos da agricultura 7. Lojas locais, restaurantes e empresas de turismo 8. Marca regional 9. Rotas Temáticas – turismo rural 10. Varejistas especializados (ex. comidas especiais, lojas dietéticas)	1. Código de produção 2. Efeito de reputação 3. Rótulo de certificação

Fonte: Adaptado por Renting, Marsden e Banks (2003)

As cadeias curtas de abastecimento podem ser explicitadas sob a ótica da teoria de Milton Santos (1979), que faz uma abordagem sobre a organização da economia, incluindo essas cadeias na sua concepção. No seu entendimento, a economia pode ser subdividida em dois circuitos – circuito superior e circuito inferior.

O circuito superior compreende uma economia moderna, organizações que usufruem de tecnologia de ponta e que movimentam grandes volumes de produtos e serviços. As indústrias de exportação, o comércio, os grandes atacadistas, empresas multinacionais são representantes desse circuito (GODOY, 2005).

O circuito inferior refere-se à exclusão de altas tecnologias, caracteriza-se por atividades de pequena escala, de pequenos lucros em relação ao volume de negócios e de empregos, geralmente não exigem qualificação profissional (SANTOS, 1979).

As feiras livres situam-se no circuito inferior, que, conforme a compreensão de Coelho e Pereira (2011), à luz da teoria de Santos, possui uma relação com as atividades de fabricação, comércio e serviços que operam em função das demandas locais, das necessidades do próprio lugar, sobretudo, abastecimento.

No tocante ao processo de produção de alimentos, as feiras livres podem ser convencionais ou ecológicas. O autor Godoy (2005) esclarece que a diferença entre elas está basicamente ligada ao sistema de cultivo. As feiras convencionais são assim denominadas devido ao fato dos produtos comercializados serem gerados “processo de produção que demanda o uso de insumos convencionais”, que incluem “adubos químicos, inseticidas, fungicidas e outros insumos” (GODOY, 2005, p. 102). Enquanto que as feiras ecológicas comercializam “produtos oriundos do sistema agrícola de base ecológica”, sem aplicação de insumos químicos (GODOY, 2005, p. 16).

Independentemente da caracterização das feiras, convencional ou ecológica, as feiras livres se apresentam para a agricultura familiar como um excelente canal de comercialização. Para Coutinho et al. (2006, p. 5), a feira é “um espaço para comercialização da pequena produção rural”; ainda, os autores asseveram que, “é uma relevante atividade que promove o desenvolvimento econômico e social”.

Por um lado, as feiras livres oferecem ao pequeno agricultor familiar a oportunidade de adquirir sua independência econômica. Por outro, funcionam como possibilidade de obter alimentos de qualidade, oriundos da produção familiar (BRASIL, MDS, 2007).

Sob a ótica de muitos consumidores, são nas feiras livres que se encontram alimentos saudáveis e naturais provindos de uma produção isenta de agrotóxico. Nesse contexto, as feiras livres podem dar sua devida contribuição, pois o consumidor está cada vez mais preocupado em ter vida “mais saudável”, o que tende a consumir mais frutas, legumes e verduras (COLLA et al., 2007).

Em relação ao valor agregado, Buainain (2006) postula que o consumidor, ao adquirir alimentos *in natura*, busca por alimentos com características organolépticas, funcionais, de conveniência e tecnológicas. Podendo ser assim definidas:

> Características organolépticas: são aquelas que “podem ser percebidas pelos sentidos humanos como a cor, o brilho, o paladar, o odor e a textura” (MODESTO; CORTEZ, 2012, p. 17).
>
> Características funcionais: são alimentos benéficos para a saúde que incluem: alimentos integrais, fortificados, enriquecidos ou restaurados (ADA, 1999).
>
> Características de conveniência dos alimentos: são as que “definem as necessidades de atendimento das conveniências do consumidor”. Entre essas características têm-se a “entrega dos produtos em tempo, espaço e forma conforme o tipo de consumidor: dona-de-casa; restaurantes, hotéis, cafeterias, hospitais, restaurantes de empresas” (SOUZA, 2005, p. 37).
>
> Características tecnológicas: dos “produtos agropecuários são os que melhoram a qualidade e o preço dos alimentos, tais como redução do desperdício, do custo, do tempo de distribuição, do nível de contaminação pela melhoria da higiene”; o autor continua citando a “melhoria da qualidade da matéria prima (especialização), do manejo da cultura e da vida de prateleira” (SOUZA, 2005, p. 38).

Mesmo na produção de larga escala de alimentos, segundo Santos (2016, p. 1), “o mundo despertou para a necessidade de produzir alimentos “limpos”, ampliando o conceito de qualidade, que inclui também a segurança de se adquirir e consumir um alimento sem contaminantes químicos, físicos e microbiológicos”.

Em relação às iniciativas voltadas para as feiras livres, destacam-se algumas ações promovidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério de Desenvolvimento Agrário e de outras Entidades, que desenvolveram programas e projetos que contribuíram para o fortalecimento e qualidade destas feiras.

O primeiro destaque é a iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que lançou, em 2007, a cartilha “Feiras Livres da Agricultura

Familiar – Roteiro de Implantação" que presta uma orientação sobre como instalar uma feira livre, descrevendo parâmetros que compõem a sua estrutura, cita-se: barracas, instalações de energia elétrica e hidrossanitárias, coleta de lixo, sinalização e áreas de circulação (BRASIL, MDS, 2007).

Outra ação a ser destacada é a do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que realizou, em 2008, um processo seletivo de projetos para implantação de feiras livres e mercados populares direcionados aos municípios integrantes dos Territórios da Cidadania[3]. Nesta iniciativa, destinaram-se recursos para implantação e modernização de feiras livres e mercados populares que comercializam produtos dos pequenos produtores dos municípios da Região Nordeste (BRASIL, MDS, 2008).

Em 2011, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial com o Instituto Kairós[4] lançaram a cartilha "Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras" que apresenta informações de como organizar uma feira livre, discorrendo sobre diretrizes para o funcionamento, tipos de produtos, infraestrutura, logística, viabilidade econômica, comunicação e atividades que envolva formação e cultura (INSTITUTO KAIRÓS, BADUE; GOMES, 2011).

Vale destacar, também, uma experiência articulada entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) com as Prefeituras do estado do Rio Grande do Norte. Trata-se do Programa de Modernização de Feiras Livres e Mercados Populares, iniciado em 2006, cuja diretriz é fortalecer e organizar melhor os espaços onde essas feiras se estruturam. O objetivo do Programa também é melhorar a qualidade de vida dos feirantes e consumidores, elevar o padrão

[3] É uma política pública federal que visa acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais nos territórios, inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Foi criada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no ano de 2008, com atuação integrada entre os diversos órgãos federais voltados à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações (BENSO; ALLEBRANDT, 2013, p. 1).

[4] O Instituto Kairós é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2000, que tem como foco de ação a informação, sensibilização e conscientização da sociedade brasileira para o consumo responsável, por meio de ações que vão desde a produção e difusão de conhecimentos na área, até a atuação direta em projetos educacionais nesta temática. Estimula as práticas de: economia solidária, comércio justo e solidário, agroecologia, segurança alimentar e nutricional e temas afins (INSTITUTO KAIRÓS; BADUE; GOMES, 2011, p. 47).

higiênico-sanitário desses locais e, sobretudo, observar o feirante sob a condição de empreendedor, dotando-o de instrumentos que permitam melhor gerir seus negócios. Neste programa são oferecidas consultorias e uma formação para feirantes e proprietários de bancas de mercados, objetivando geração e manutenção de emprego e renda (ALMEIDA, 2009).

Para a região do Sul, especificamente no Rio Grande do Sul, em 2013, foi implementado o Projeto Feira Modelo da Reforma Agrária, de autoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do estado, que padronizou e equipou as bancas das feiras livres. Para isso, cada feirante recebeu um *kit* composto por duas mesas de madeira, lona, balança digital, avental, etiqueta para expor os preços, embalagens, 10 caixas para transportar produtos, boné, placa de identificação do assentamento e faixa de identificação (INCRA, 2013).

Assim como estas ações, muitas outras podem ser destacadas e servir de inspiração para a implementação de projetos futuros, em especial, no município de Santa Maria. Vale sublinhar que as feiras livres são importantes canais para a segurança alimentar e se revelam ao consumidor como opções de encontro de um produto diferenciado e de qualidade, revestido de significado sociocultural, decorrente de uma produção empreendida pela força de trabalho familiar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, o intuito é apresentar o percurso metodológico desta pesquisa, indicando os métodos e materiais utilizados, visando atingir os objetivos e responder à problemática principal da pesquisa.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa se caracteriza, quanto a sua natureza**,** como aplicada, pois, conforme Appolinário (2004, p. 152,) é um tipo de pesquisa que busca “resolver problemas ou necessidades concretas e imediatas”.

No que se refere à abordagem do problema situa-se como qualitativa, pois segundo Triviños (1987) trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Conforme Godoy (1995, p. 21), na pesquisa qualitativa, “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”.

Em relação aos seus objetivos, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Para Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Já a pesquisa descritiva, objetiva descrever os fatos e fenômenos e estudar de forma aprofundada uma determinada realidade (TRIVIÑOS, 2008). Nesta

mesma linha, Duarte (2012, p. 1) coloca que, a pesquisa descritiva busca descrever “as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência”.

Quanto ao método, a pesquisa se identifica como indutivo que, conforme Gil (2007), procede à observação do particular para o geral. De acordo com Bergamim e Hempe (2011), esse método se caracteriza pelas seguintes etapas básicas: a observação e o registro de todos os fatos, a análise e a classificação dos fatos, a derivação indutiva de uma generalização a partir dos fatos e a contrastação/verificação.

3.2 Área de Estudo

Para o desenvolvimento de um estudo sobre sustentabilidade dos empreendimentos de feiras livres, escolheu-se o município de Santa Maria/RS. A razão dessa escolha deve-se ao fato de Santa Maria ser a cidade de origem da pesquisadora e por ser o “maior polo econômico da região central do RS” (CANCELIER; CONCEIÇÃO; PRADO, 2015, p. 98).

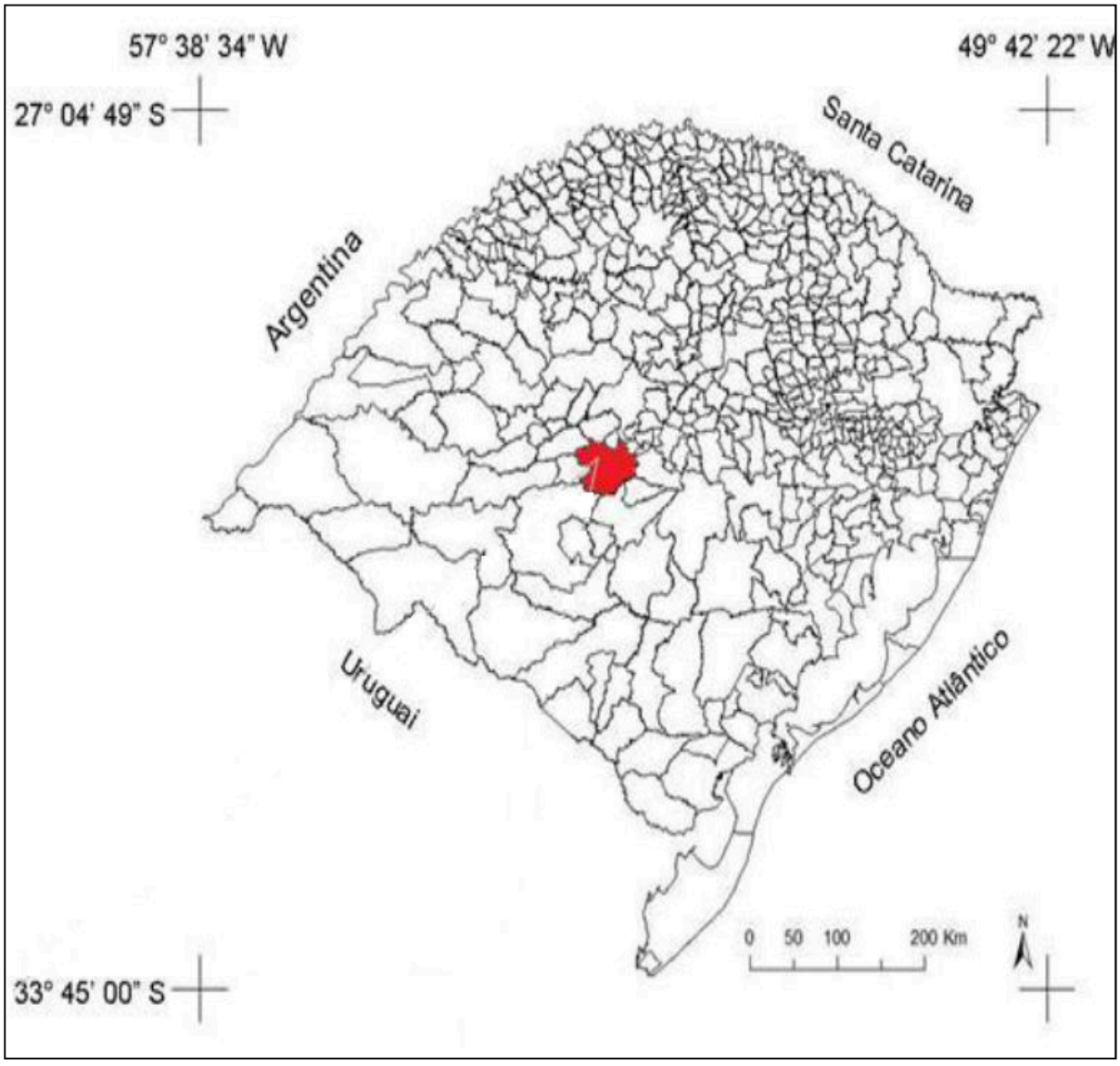
O município de Santa Maria está localizado na Região Central do Rio Grande do Sul, conforme ilustra a Figura 2 (NETTO, 2014). Segundo dados do IBGE (2010), possui uma população de 261.031 habitantes, sendo que 248.347 vivem no meio urbano e 12.684 no meio rural.

O município possui 41 bairros e nove distritos (FIGURA 3) que são: Arroio do Só, Arroio Grande, Boca do Monte, Pains, Palma, Passo do Verde, Santa Flora, Santo Antão e São Valentim (CANCELIER; CONCEIÇÃO; PRADO, 2015).

A expectativa de vida está estimada em 75,89 anos de idade. Quanto ao índice de desenvolvimento socioeconômico (2010), o município de Santa Maria apresenta um índice de 0,747 e ocupa a sétima posição do *ranking* entre os municípios do Estado do Rio Grande do Sul com mais de 100 mil habitantes. O Produto Interno Bruto (2010) do município é de R$ 4.103.230.000,00, segundo a Fundação de Economia e Estatística (ADESM, 2015).

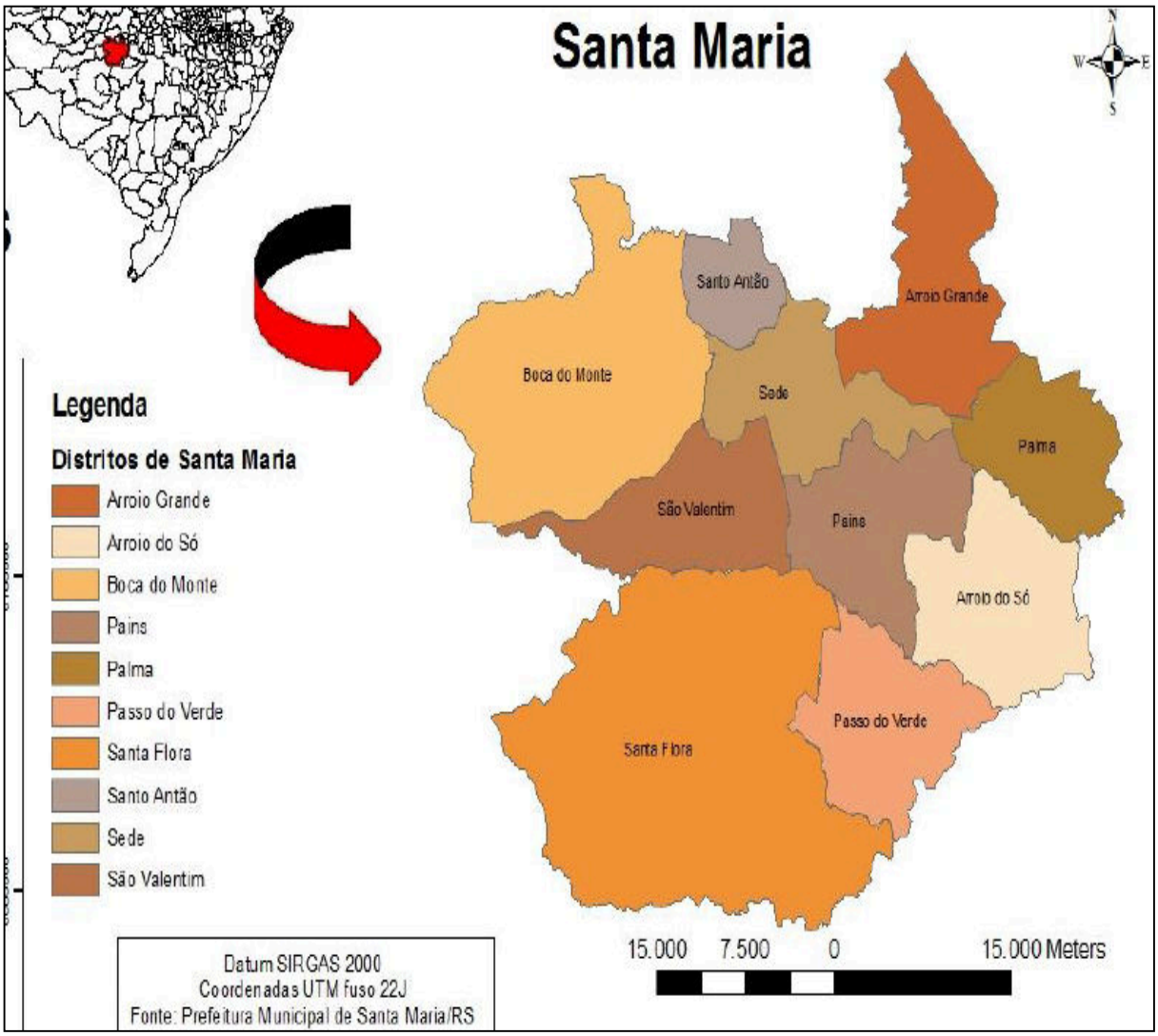
De acordo com o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano do município, ano base de 2013, é de 0,784, um índice considerado alto, visto que esse resultado se encontra na faixa de classificação estipulada pela PNUD, que determina IDH alto quando for de 0,700 a 0,799. Assim, o município de Santa Maria ocupa a 9º posição do Estado do Rio Grande do Sul, dentre os 497 municípios gaúchos, e o 99º do Brasil dentre os 5.565 municípios brasileiros avaliados (ADESM, 2015).

Figura 2 – Localização do município de Santa Maria no Estado RS



Fonte: Netto (2014, p. 17).

Figura 3 – Localização dos distritos no município de Santa Maria/RS



Fonte: Cancelier, Conceição e Prado (2015, p. 98).

3.2.1 Feiras Livres de Santa Maria

De acordo com a relação apresentada, em 2016, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), há 14 feiras livres no município. Ao realizar a pesquisa de campo, observou-se que três feiras se realizam esporadicamente e duas feiras não ocorrem mais. No entanto, nove feiras livres são realizadas com periodicidade semanal, sendo este o critério determinante pela escolha destas para desenvolver a presente pesquisa.

As feiras livres escolhidas são caracterizadas como feiras convencionais, ou seja, são comercializados produtos gerados a partir da agricultura convencional, muito embora, também podem ser encontrados produtos oriundos da agricultura de base ecológica (GODOY, 2005).

As feiras livres de Santa Maria ocorrem em cinco bairros e juntas totalizam 67 bancas. Importante registrar que há uma rotatividade de feirantes nas feiras, ou seja, a maioria deles participa de mais de uma feira, pois cada feira tem dias predefinidos, diferenciados, escalonados em seis dias da semana (segunda-feira a sábado). Isso é regulamentado pelo órgão público municipal, o que possibilita ao feirante comercializar seus produtos em mais de uma feira livre. A partir disso, estima-se um universo de 51 feirantes.

3.3 Coleta de Dados

A coleta de dados está subdividida em duas etapas: pesquisa documental e pesquisa de campo.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo, foram selecionadas, como técnicas de coleta de dados, as entrevistas e observação *in loco*. A pesquisa de campo é uma etapa essencial, pois segundo Gil (2008), procura o aprofundamento de uma realidade específica. Dentro desse contexto, a investigação teve o propósito de aprofundar um estudo sobre sustentabilidade social, econômica e ambiental dos empreendimentos de feiras livres, visando apontar ações que possam dar sustentação a esta cadeia de abastecimento alimentar.

Para isso, foram realizadas entrevistas, do tipo semiestruturadas, esses instrumentos são utilizados em “investigação social, seja para a coleta de dados ou para auxílio de um diagnóstico ou para o tratamento de um problema social” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 195). Entrevista semiestruturada é um recurso, que conta com “um roteiro que pode ser modificado ao longo da entrevista com a inserção de algumas perguntas” (DAL-FARRA, 2015, p. 35).

Antes de o participante conceder a entrevista, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), conforme exposto no Apêndice

A. Com o termo, o participante da pesquisa pode ter acesso ao tema do trabalho, aos objetivos, métodos, riscos e benefícios da realização do estudo. Após estar ciente e de acordo com o termo e com as informações prestadas, o participante assinou o documento e concedeu a entrevista, sendo assegurado o sigilo de sua identidade.

As entrevistas transcorreram de outubro de 2015 a janeiro de 2016, foram gravadas e transcritas para a realização da análise. As entrevistas foram guiadas por um roteiro específico para cada tipo de sujeito entrevistado, que no caso foram, os feirantes, os consumidores e representantes de órgãos/entidades ligados ao setor rural (APÊNDICES B, C e D). Esses roteiros foram compostos por questões abertas e por questões fechadas, em especial o roteiro dos feirantes, conteve questionamentos que foram determinados, segundo o estudo da autora Silva (2015). As entrevistas foram realizadas a 32 feirantes, a 25 consumidores, a um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e a dois representantes da EMATER Municipal, totalizando, portanto, 60 sujeitos entrevistados.

Por ser uma pesquisa qualitativa, o número de entrevistas respeitou uma amostragem intencional não probabilística, que, segundo Mattar (1996, p. 132), “é aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra, depende ao menos, em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo”.

Para este estudo, primeiramente, foi realizada a entrevista com o representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a fim de identificar a atuação desse órgão como também as políticas públicas direcionadas para agricultura familiar e para as feiras livres do município. Conforme estabelecido entre pesquisador e o pesquisado, a identidade do informante não será revelada, e, portanto, não será possível qualificá-lo. Todavia, elencou-se algumas características consideradas necessárias a esta pesquisa.

O representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural é um profissional que possui curso superior completo, atua há mais de dez anos na Prefeitura, acompanha o desenvolvimento da produção primária do município, bem

como a execução de todos os programas e projetos promovidos pela SMDR. O entrevistado também presta assessoria aos produtores rurais e, por indicação dos colegas da SMDR, o respectivo informante foi designado para participar dessa pesquisa devido a sua experiência, ao seu conhecimento e às atividades que desempenha e, também, principalmente, por saber como funcionam as feiras livres e como estão estruturadas nessa cidade.

Posteriormente, dois técnicos da EMATER Municipal subsidiaram a pesquisa, informando sobre o trabalho que desenvolvem junto a SMDR. Eles são responsáveis pela assistência técnica prestada aos produtores familiares e assistidos pelos programas municipais, tal assistência tem o objetivo de priorizar o crescimento e a qualidade da produção primária do município. Da mesma forma, esses técnicos não terão suas identidades reveladas neste estudo, porém, pode-se informar que os dois técnicos são extensionistas rurais e possuem curso superior completo, sendo que um deles está atuando na EMATER há dois anos e o outro técnico atua há mais de 12 anos. Suas atividades se concentram em organizar dias de campo/intercâmbio, ministrar reuniões, palestras, cursos e oficinas e prestar assistência técnica aos agricultores. Esses técnicos foram escolhidos para participar desta pesquisa devido ao conhecimento que possuem sobre a realidade rural do município, e por junto com a SMDR, atuarem na construção de programas e projetos desenvolvidos por esta secretaria. Até o momento, os técnicos da EMATER fazem o acompanhamento e supervisão dessas ações.

Após a entrevista com os técnicos, seguiram-se as entrevistas com os consumidores, escolhidos aleatoriamente, para saber deste público sua percepção com relação às feiras livres. Foram 25 entrevistados, embora a pesquisadora tenha feito uma abordagem superior a esse número, não se obteve êxito, pela recusa das pessoas em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), não passando apenas de conversas informais. De qualquer forma, a pesquisa não foi prejudicada por se tratar de um estudo qualitativo; as narrativas dos consumidores apresentaram uma repetição de falas, uma homogeneidade de informações, inclusive os da conversa informal, não havendo informações divergentes, por isso, pode-se considerar satisfatória essa coleta de dados, chegando ao que se nomeia de método da exaustão (MINAYO, 2003).

Após a conclusão dessa etapa de entrevistas, iniciou-se a entrevista com os feirantes. De um universo de 51 feirantes, 32 aceitaram participar da pesquisa. Esses sujeitos são considerados os mais importantes para este estudo, pois são as “peças chave” no desenrolar da pesquisa. Afinal, esses feirantes são capazes de descrever, com propriedade, sua atividade, a gestão, as práticas de produção, o mercado e o ambiente em que estão inseridos. Além disso, os sujeitos abordam, de forma singular, suas dificuldades e seus desafios, além de apontar sugestões de melhoria no contexto das feiras livres.

Os questionamentos dirigidos aos feirantes foram pautados em três dimensões e os indicadores que basearam estas questões para cada dimensão foram definidos a partir da pesquisa realizada por Silva (2015). Essa pesquisa, fruto do trabalho de mestrado de Silva (2015), identificou na literatura indicadores propostos e/ou aplicados, assim como, as dimensões mais utilizadas para averiguar a sustentabilidade na agricultura familiar brasileira.

Essa pesquisa empreendida por Silva (2015) foi realizada em periódicos de estrato Qualis/Capes A1 à B5, da área Planejamento Urbano e Regional/Demografia, que resultou em 999 periódicos. Deste total de periódicos, foram excluídos os periódicos internacionais, então, restaram 653 periódicos nacionais. Essa seleção ocorreu, pois

> Como a prioridade da pesquisa é compreender a sustentabilidade dos agroecossistemas[5] de agricultores familiares com base no cenário brasileiro e acredita-se que as publicações com este escopo concentram-se em periódicos nacionais, por isso fez-se a opção de exclusão dos periódicos internacionais da lista da CAPES (SILVA, 2015, p. 45).

Para elucidar, conforme Silva (2015), o processo de seleção dos artigos passou por quatro etapas demonstradas no Quadro 5. Sendo a primeira etapa, a seleção de artigos por meio de palavras-chave, que foram as seguintes: avaliação e sustentabilidade; avaliação e sustentável; mensuração e sustentabilidade; mensuração e sustentável; indicadores e sustentabilidade; indicadores e sustentável; índices e sustentabilidade; e finalmente, índices e sustentável; o que resultou em 667 artigos. Na segunda etapa, verificou-se quais os títulos de artigos estavam alinhados com o tema sustentabilidade no meio rural, que após a leitura e

[5] Agroecossistema, conforme Gliessman (2001), é um local de produção agrícola ou uma unidade agrícola.

exclusões restaram 228 artigos. Posteriormente, realizou-se a leitura dos resumos dos 228 artigos, restando 90 artigos. E, por final, foi realizada a leitura, na íntegra, de cada artigo, e dos que tratavam da sustentabilidade da agricultura familiar foram 21 artigos.

Quadro 5 – Processo de seleção dos artigos



Fonte: Silva (2015, p. 47).

Em síntese, com base nos 21 artigos analisados, Silva (2015) identificou 103 indicadores de sustentabilidade, que são: i) dimensão social (35 indicadores agrupados em 15 categorias); ii) dimensão ambiental (45 indicadores agrupados em 11 categorias); e iii) dimensão econômica (23 indicadores agrupados em 7 categorias). Para atingir esses resultados, os dados foram sistematizados da seguinte maneira, considerou como categoria “valor agregado aos produtos" e apresentou como indicador "utilização de marca própria ou certificação” e se existe “outra forma de agregação de valor"; outro exemplo, como categoria "controles financeiros” e apresentou como indicadores “controle de renda, custos e lucro das atividades ” e assim por diante.

A fim de aclarar, um indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade, tendo como principal característica poder sintetizar um conjunto complexo de informações (MITCHELL, 1996).

De acordo com Verona (2008), os indicadores têm como função gerar dados para avaliação da sustentabilidade, como também, fornecer informações para a construção de políticas e estratégias.

Conforme Marzall e Almeida (2000) apud Silva (2015, p. 16), “a quantidade de indicadores e os fatores prioritários devem ser determinados pelas particularidades do sistema avaliado”. Sendo assim, dos indicadores elencados pela autora supracitada, os que mais se adequam a este estudo e, portanto, adaptados para esta tese foram assim contemplados, nomeados e sintetizados:

- Na dimensão social: assistência técnica, capacitação, organização produtiva, programas de governo, qualidade de vida e sucessão familiar.

- Na dimensão econômica: controle financeiro, custeio de produção, destino dos alimentos, diversificação de produtos, fonte de renda, mão de obra, procedência dos alimentos e posse da terra.

- Na dimensão ambiental: área de preservação permanente, coleta seletiva, condições higiênico-sanitárias, gestão de resíduos, reserva legal, sistema de cultivo e supervisão/acompanhamento da prefeitura, vigilância sanitária e outro órgão nas feiras e no local de produção.

Na oportunidade das visitas às feiras, a técnica de observação foi empreendida, definida como uma etapa em que a autora atua como espectadora, ou seja, estabelece o contato com a comunidade/grupo/realidade sem integrá-la (CHEMIN, 2012). A observação foi um procedimento imprescindível para este estudo, pois contribuiu com a autora, no sentido de analisar as condições de trabalho dos feirantes, os aspectos higiênico-sanitários, a apresentação e a qualidade dos produtos. A autora pode, também, averiguar situações que pudessem vir a ocorrer, peculiares das feiras livres.

A observação ocorreu em nove feiras livres e para tal utilizou-se um diário de campo que serviu como um instrumento que auxiliou a autora a fazer registros do cotidiano dos feirantes e do que acontece nas feiras. Segundo Neves (2006, p. 8),

os diários de campo são instrumentos da etnografia[6], onde “são anotados, da forma mais minuciosa possível, os acontecimentos ocorridos em campo, assim como as impressões subjetivas decorridas destes acontecimentos”.

Durante a etapa da observação, como complemento, a autora fez uso de uma câmera fotográfica, pois entende-se que as fotos são informações que ilustram o cenário das feiras e são importantes fontes de dados que contribuem para que a autora faça análise da realidade das feiras livres. Conforme Guran (1992, p. 15), a “fotografia é uma extensão da nossa capacidade de olhar, e se constitui em uma técnica de representação da realidade que, pelo seu rigor e particularismo, se expressa através de uma linguagem própria e inconfundível”.

A outra etapa do estudo é a pesquisa documental. Na concepção de Godoy (1995, p. 21) esse tipo pesquisa consiste no “exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares”. A pesquisa documental é muito parecida com a pesquisa bibliográfica. No entanto, a diferença está na natureza das fontes, pois essa forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Além de analisar os documentos de “primeira mão” existem também aqueles já processados, mas que podem receber outras interpretações, como, por exemplo, relatórios de empresas (GIL, 2008).

Os dados secundários deste estudo foram conseguidos por meio de análise documental constituída de documentos, relatórios, legislações, *folders*, folhetos, notícias de jornais, *site* na *internet*, revistas, documentários e publicações acadêmicas. Esses dados complementaram os dados primários e ajudaram a pesquisadora a ter uma visão global do objeto de estudo.

3.4 Análise de Dados

A análise de dados qualitativos se realiza sob o método de Moraes e Galiazzi (2007) que consiste na análise textual discursiva. Na citação de Andrade (2011, p.

[6] Para Lima et al. (1996, p. 27) a etnografia “é uma metodologia propícia para descobrir a maneira de viver e as experiências das pessoas - a sua visão do mundo, os sentimentos, ritos, padrões, significados, atitudes, comportamentos e ações”.

56), “essa análise pode ser realizada com textos já existentes ou com textos que serão produzidos por meio de entrevistas e observações – documentos produzidos, especificamente, para a pesquisa”. Para o desenvolvimento da análise textual discursiva, essa metodologia envolveu três fases:

1ª) Unitarização – trata-se de um processo de desmontagem dos textos. Nesta etapa, conforme Moraes e Galiazzi (2006, p. 123), o pesquisador irá “interpretar e isolar ideias elementares de sentido sobre os temas investigados. Constitui leitura cuidadosa de vozes de outros sujeitos, processo no qual o pesquisador não pode deixar de assumir suas interpretações”. Ainda os autores (2006, p. 123-124) dizem que “na unitarização os textos submetidos à análise são recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a partir das capacidades interpretativas do pesquisador”.

2ª) Categorização – segundo Moraes (2003, p. 197) é um “processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial de análise, levando ao agrupamento de elementos semelhantes”.

3ª) Produção de Metatexto – refere-se ao processo de auto-organização. Essa etapa “constitui um conjunto de argumentos descritivo-interpretativos capaz de expressar a compreensão atingida pelo pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado, sempre a partir do *corpus*[7] de análise” (MORAES, 2003, p. 202). Na descrição de Moraes e Galiazzi (2007, p. 94), o metatexto pode ser entendido como “expressão por meio da linguagem das principais ideias emergentes das análises e apresentação dos argumentos construídos pelo pesquisador em sua investigação, capaz de comunicar a outros as novas compreensões atingidas”.

Os dados quantitativos resultantes da pesquisa de campo foram tabulados e organizados com auxílio do Software Office Excel® versão 2013[8] da Microsoft®.

---

[7] Refere-se num conjunto de documentos. “O *corpus* da análise textual, sua matéria-prima, é constituído essencialmente de produções textuais” (MORAES, 2003, p. 194).

[8] ©2016 Microsoft. Disponível em: <http://office.microsoft.com/pt-br/default.aspx>. Acesso em: jul. 2016.

3.5 Aspectos Éticos

Como o estudo envolve seres humanos, por questões éticas, a proposta de pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UNIVATES e foi aprovada, conforme o parecer de número 1.254.417 (APÊNDICE E).

Em síntese, o Quadro 6 aborda todas as etapas, recursos e materiais adotados no estudo.

Quadro 6 – Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa

<table>
<tr><td colspan="5">CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA</td></tr>
<tr><td colspan="2">Natureza</td><td>Abordagem</td><td>Objetivos</td><td>Método</td></tr>
<tr><td colspan="2">Aplicada</td><td>Qualitativa</td><td>Exploratória
Descritiva</td><td>Indutivo</td></tr>
<tr><td colspan="5">COLETA DE DADOS</td></tr>
<tr><td colspan="3">DADOS PRIMÁRIOS</td><td colspan="2">DADOS SECUNDÁRIOS</td></tr>
<tr><td colspan="2">Entrevistas</td><td>Observação</td><td colspan="2">Documental</td></tr>
<tr><td>Feirantes</td><td>32 entrevistados</td><td rowspan="4">Diário de Campo
(09 feiras livres)</td><td colspan="2" rowspan="4">Documentos, relatórios, legislações, folders, folhetos, notícias de jornais, site na internet, revistas, documentários e publicações acadêmicas</td></tr>
<tr><td>Consumidores</td><td>25 entrevistados</td></tr>
<tr><td>EMATER</td><td>02 entrevistados</td></tr>
<tr><td>SMDR</td><td>01 entrevistado</td></tr>
<tr><td colspan="5">AVALIAÇÃO DE DADOS</td></tr>
<tr><td colspan="5">Análise Textual Discursiva</td></tr>
<tr><td colspan="5">RESULTADO FINAL</td></tr>
<tr><td colspan="5">Ações → Sustentabilidade dos Empreendimentos de Feiras Livres</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para atender os objetivos desta tese, este capítulo encontra-se estruturado em seis partes: a primeira apresenta um panorama do funcionamento e organização das feiras livres de Santa Maria/RS. Da segunda até a quinta parte são apresentados os resultados e análises dos mesmos referentes aos objetivos específicos. A última parte, atinente ao objetivo geral deste estudo, que trata das ações que podem possibilitar a sustentabilidade dos empreendimentos de feiras livres do município.

4.1 Feiras livres de Santa Maria/RS

Como ponto de partida, necessita-se tecer algumas considerações sobre o surgimento das feiras livres em Santa Maria/RS. Há informações desencontradas com relação ao seu tempo de existência. Para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR), elas existem há 25 anos. No entanto, a primeira regulamentação foi com a Lei Municipal nº 2.049, de 19 de junho de 1979, que regulamenta o comércio e o funcionamento das feiras livres e vendedores ambulantes autônomos (SANTA MARIA, 1979).

Essa lei foi revogada pela Lei Municipal Complementar de nº 50, de 11 de outubro de 2007, que passou a regulamentar o comércio de hortifrutigranjeiros fixo, móvel e das feiras livres nas vias públicas do município de Santa Maria, vigorando até os dias atuais (SANTA MARIA, 2007).

As mudanças são notáveis de uma lei de regulamentação para outra, para fazer um comparativo, foi organizada a análise em cinco categorias, que são: (i) tipos de produtos; (ii) horário de funcionamento; (iii) modo de comercialização; (iv) padronização, higiene e limpeza local; e (v) implicações do descumprimento da lei.

Pela Lei nº 2.049/1979, poderiam ser vendidos, nas feiras, carnes e peixes, além dos produtos hortifrutigranjeiros. Na mesma lei, discriminava-se o horário de funcionamento das feiras livres, sendo observado que há uma alteração no início das atividades, distinguido por temporada (meses de clima frio e meses de clima quente). No tópico modo de comercialização, estabelecia-se o quanto de espaço deveria haver entre as barracas, outra exigência era a justificativa de falta do feirante ou de seu auxiliar, quando se ausentasse da feira. Também se tinha, caso não houvesse o número suficiente de barracas, a comunicação da extinção da feira, porém, não informava o número mínimo de barracas por feira. Cabe assinalar, que no item padronização, higiene e limpeza do local, havia uma obrigatoriedade no uso de uniforme padrão por parte dos feirantes, mas não se sabe o modelo/cores e quem custeava essa vestimenta. No parâmetro descumprimento da Lei nº 2.049/1979, o dispositivo tratava esse item de maneira genérica, apenas mencionando haver sanções disciplinares, quando houvesse desobediência desse instrumento.

Ao analisar a Lei de nº 50/2007, ao contrário da legislação anterior, as carnes não são permitidas para venda e o horário de funcionamento não é discriminado. Na questão higiene, há uma obrigatoriedade na colocação de recipientes coletores de lixo e a responsabilidade do feirante pela limpeza e conservação do local-sede da feira. Por fim, no que tange ao descumprimento da lei, essa legislação informa as implicações que os feirantes poderão sofrer e cita os tipos de penalidades, só não especifica em quais situações se enquadram cada uma delas.

Neste estudo empírico, pode-se averiguar a realidade das feiras livres e constata-se que há um descumprimento da Lei nº 50/2007 no item venda de produtos: observou-se a venda de carnes. Além desses, outros produtos são comercializados, porém dentro do que prevê a lei, tais como: legumes, frutas, verduras, brotos, compostas, geleias, doces, conservas, panificados, massas, farinhas, salgados, docinhos, rapaduras, melado, açúcar mascavo, vinhos, sucos,

licor, cachaça, embutidos frescais e maturados, defumados, ovos, mel, doce de leite, flores, plantas medicinais, mudas, sementes e artesanato.

Sobre os feirantes, o estudo revelou que 69% dos 32 entrevistados são do sexo masculino, enquanto que 31% são do sexo feminino.

Em relação à idade, 50% dos feirantes se enquadram na faixa etária de 31 a 50 anos, 44% estão entre 51 a 70 anos e 6% possuem mais de 71 anos de idade.

No que se refere à escolaridade dos feirantes, 69% não terminaram o Ensino Fundamental, 16% não completaram o Ensino Médio, 6% possuem o Ensino Médio completo e 9% têm um Curso Superior.

A respeito da procedência, verificou-se que 65% dos feirantes residem em algum distrito do município de Santa Maria, 31% moram em um bairro da cidade e 4% são de cidades circunvizinhas.

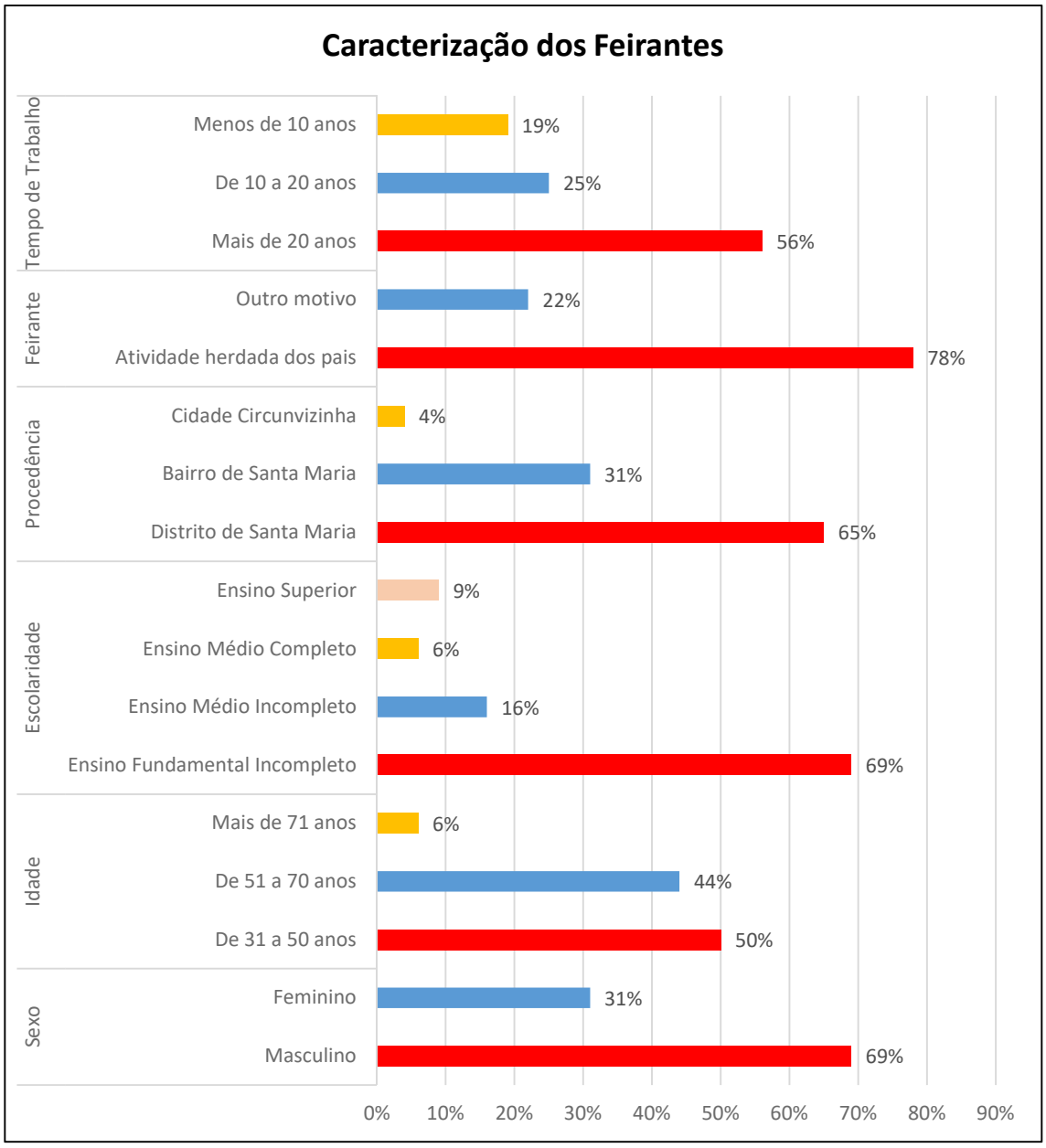
A profissão feirante, para 78% dos entrevistados, é uma ocupação profissional herdada de seus pais, uma vez que desde muito jovens os acompanhavam nas atividades da feira e os auxiliavam na produção. Já para 22% dos entrevistados, ser feirante foi uma escolha atrelada a outro motivo. Para alguns deles, foi para complementar a renda familiar e, para outros, foi por falta de emprego.

Quanto ao tempo de trabalho, 56% dos feirantes atuam há mais de 20 anos, dentro deste percentual, encontram-se 28% que estão há mais de 40 anos nas feiras. Os que estão na atividade de 10 a 20 anos correspondem a 25% e os que atuam há menos de 10 anos são 19% dos feirantes.

Como se pode perceber, o perfil dos feirantes pode ser configurado como um grupo de trabalhadores, predominantemente do sexo masculino, com Ensino Fundamental incompleto, de faixa etária heterogênea, com mais de 20 anos de atuação, oriundos de um dos nove distritos de Santa Maria. Para eles, ser feirante foi uma atividade herdada naturalmente.

Para melhor visualizar os dados referentes aos feirantes, o Gráfico 1 sintetiza essas informações.

Gráfico 1 – Caracterização dos feirantes de Santa Maria



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A preparação dos feirantes para as feiras livres inicia-se muito cedo, por volta das 4 horas da manhã, para que às 7 horas a banca esteja organizada e pronta à espera dos clientes. As atividades encerram-se às 11h 30min, com exceção da feira do bairro Camobi, cujo término é às 14 horas.

A feira de Camobi, comparada às demais, apresenta o maior número de circulação de pessoas, apesar de ter menor número de bancas, se colocada ao lado da feira da Rua Professor Teixeira. Esse fato ocorre, tanto às quartas-feiras, quanto aos sábados, nesse dia a feira apresenta um fluxo superior de pessoas.

Outro detalhe observado nas feiras, em particular aos sábados, é o maior volume de jovens e casais que vão às feiras tomando chimarrão, acompanhados de seus filhos ou de algum animal de estimação (cão ou gato). Observou-se também que há consumidores que levam seu carrinho de compras e carregam suas próprias sacolas, ao perguntar o porquê de tal prática, as respostas mais frequentes foram: *"pelo espaço que tem suas sacolas, por abrigar mais produtos, por sua sacola ser mais forte do que a fornecida pelo feirante"* e teve os que destacaram: por *"consciência ambiental"*.

Da relação feirante e cliente, nota-se, em muitos casos, uma proximidade, diálogos fraternos, um cumprimento cordial e amigo, pois o feirante se dirige ao seu freguês pelo nome ou apelido e, de igual maneira, o freguês para com o feirante. Dentro desse campo social, além do bom atendimento e cordialidade, outras razões fazem com que os consumidores vão à feira, podendo ser conferido em alguns relatos feitos durante as entrevistas[9] que seguem:

> *(C. 2) adoro a feira, lembra e remete muito à minha infância. É um ambiente aconchegante.*
>
> *(C. 4) é ótimo o atendimento.*
>
> *(C. 5) é uma forma de incentivar a produção de pequenos agricultores, é importante movimentar este comércio.*
>
> *(C. 9) vou também para dar um incentivo à agricultura familiar, devemos investir no pessoal da zona rural.*
>
> *(C. 10) tem um casal muito querido, adoro o atendimento, a seriedade; havia um dia esquecido umas compras, eles guardaram e na outra semana me entregaram.*
>
> *(C. 15) já são meus amigos.*

Entre os feirantes, percebeu-se uma cumplicidade e uma convivência harmoniosa, mesmo se o colega feirante estiver vendendo os mesmos tipos de produtos, não há uma concorrência acirrada. Entre eles, tem-se uma concepção de que há espaço para todos, embora não haja uma articulação no aspecto organizacional, em outras palavras, "cada um por si". Na relação dos feirantes com os órgãos públicos, houve muitas queixas por parte dos feirantes, pela falta de

[9] Como não será revelada a identidade dos sujeitos, o método adotado para fazer referência aos entrevistados foi por meio de letras seguidas de números. Desta forma, usou-se letra "C", de Consumidor, "E", de EMATER; e "F", de Feirante. Para exemplificar, o modo de apresentação: (F.1, F.2, F.3....).

atenção, de apoio e de presença, há um distanciamento do Poder Público e da EMATER.

No momento em que o feirante não está atendendo, muitos foram vistos escutando rádio, tomando mate, fazendo um lanche, lendo um jornal, arrumando a disposição dos produtos, conversando com o colega ao lado ou observando o movimento das pessoas. Vale destacar que os feirantes não fazem qualquer tipo de abordagem aos clientes, não são ouvidos gritos e nem chamamentos, revelando-se uma postura “introspectiva”, de igual maneira, a da feira analisada por Cielo e Zanini (2015, p. 115).

Os feirantes ainda fazem uso de antigas balanças de pesagem. Pode-se averiguar que a única forma de pagamento é o dinheiro em espécie. Há somente um feirante que permite pagamento por meio de cartão de crédito. Segundo o seu relato, com a “maquininha” suas vendas aumentaram e, consequentemente, o seu lucro.

Outro aspecto observado é a falta de indicação de preços junto aos produtos, fazendo com que os feirantes, a todo o momento, informem o respectivo valor. Apresentam-se etiquetas de preços somente nos produtos agroindustriais, como as compotas e os embalados.

Quanto à quantidade de feirantes, de acordo com a SMDR e com os próprios feirantes, houve, nas últimas duas décadas, uma gradativa redução no número de feirantes, especificamente com os que atuam no “mercado de rua”. Isso se deve não só a questões particulares, mas também à busca dos próprios feirantes por alternativas mercadológicas, no interesse de elevar seu poder de comercialização e de produção de seus produtos.

Entre as alternativas escolhidas por esses feirantes, estão a associação ou a cooperativa, que apresentam uma estrutura funcional organizada e prestam apoio e suporte técnico aos feirantes que nelas ingressam.

Como exemplo, há os que aderiram ao Feirão Colonial, que de acordo com o Portal Esperança/Cooesperança (2016), este empreendimento iniciou em 1992, e acontece nas manhãs de sábado, no Centro de Referência de Economia Solidária

Dom Ivo Lorscheiter, localizado na Rua Heitor Campos, do Bairro Nossa Senhora Medianeira. Segundo Oliveira (2015) este Centro de Referência conta com quatro pavilhões, identificados pela atividade desenvolvida e pelo tipo de produto, que se apresenta: 1. Pavilhão da Agroindústria; 2. Pavilhão da Área de Alimentação; 3. Pavilhão do Artesanato; e 4. Pavilhão do Hortifrutigranjeiro.

O feirão colonial integra a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (COOESPERANÇA), vinculada ao Projeto Esperança, que atua sob o princípio da Economia Solidária, pautada na cooperação, autogestão e solidariedade (PORTAL ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2016). A “agricultura familiar agroecológica” aparece como um dos eixos deste projeto, que “trabalha junto aos agricultores familiares associados, formas alternativas de produção, enfatizando técnicas de plantio e manejo sustentáveis” (CASSOL et. al., 2012, p. 8).

Pesquisas apontam, segundo relatos de produtores, muitos pontos positivos, a partir do momento que passaram a integrar esse projeto:

> [...] o aumento de convívio social, devido a encontros e reuniões realizadas, aumento da produção, facilidade de venda dos produtos, aumento da renda mensal, lazer, segurança, alternativas de produção, maior aceitação dos produtos e a conquista de novas amizades, estas são as principais melhorias citadas (CASSOL et al., 2012, p. 12). Um ponto que merece destaque é a valorização do conhecimento por parte dos agricultores associados ao projeto, pois estes demonstram interesse em aprofundar seus conhecimentos e valorizam muito as reuniões dos associados do grupo para a realização dos estudos referentes às formas de produção ecológicas e demais assuntos (LOPES; WIZNIEWSKY, 2008, p. 441)

Além do Feirão Colonial, há outros pontos de venda de comercialização direta de produtos, que fazem parte do Projeto Esperança/COOESPERANÇA, alguns deles são: a) Centro de Economia Popular Solidária (CEPS); b) Arte da Inclusão; e c) Loja: Produção e Arte Esperança. Em adição a estes, os feirantes têm oportunidades de participar de eventos, como, por exemplo, a Feira Internacional de Economia Solidária dos Países do Mercosul, a Feira Estadual do Cooperativismo (FEICOOP), a Feira Nacional de Economia Solidária e o Seminário Latino-Americano de Economia Solidária (PORTAL ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2016).

Há também feirantes da Cooperativa Terra Santa, que participam de uma feira organizada por 15 produtores que comercializam seus produtos coloniais e

artesanais, aos domingos, nos períodos manhã e tarde, no *Monet Plaza Shopping*, situado na Avenida Fernando Ferrari (JACQUES, 2016).

Outro estabelecimento no qual se encontram os feirantes da Cooperativa Terra Santa é o *Shopping* Independência, localizado em frente à Praça Saldanha Marinho. Seu funcionamento é de segunda-feira a sábado, dos turnos manhã até a noite, e no domingo e feriados, com horários diferenciados. Nesse *shopping*, vendem-se produtos de gênero alimentício, vindos da colônia e de agroindústrias familiares, também produtos não agrícolas, oriundos do que antes faziam parte do camelódromo. Este espaço constitui um prédio de três andares, sendo que os dois primeiros, somados, abrigam em torno de 208 estandes e, no terceiro, fica a área de alimentação, com aproximadamente 15 lojas (JACQUES, 2011).

Dentre as motivações da desvinculação dos feirantes da feira de rua, segundo os entrevistados, encontra-se como principal motivo a infraestrutura, pois a partir do ingresso em uma associação ou cooperativa, os feirantes passam a usufruir de um local fixo, limpo, coberto, espaçoso, com banheiros, energia elétrica, água potável e um espaço reservado para guardar materiais e equipamentos. Outro motivo para desvincular-se é a união existente entre os feirantes. Uma vez estabelecida essa relação, os feirantes passam a ter capacitação e assistência técnica e, com isso, um aumento na qualidade dos produtos e mais profissionalismo em suas ações comerciais.

A seguir, serão expostas as imagens das feiras livres do município de Santa Maria/RS. As feiras ocorrem na beira da calçada de rua, praças e avenidas. A Figura 4 ilustra uma feira que se realiza em uma das avenidas do município, nela pode-se observar as lonas que cobrem as bancas e os carros estacionados dos clientes.

Figura 4 – Imagem da feira livre de Santa Maria/RS



Fonte: Pesquisa da autora (2015).

A Figura 5 mostra a fileira de kombis dos feirantes, uma percepção de como se procede a organização das bancas. Não há uma predeterminação de posicionamento dos feirantes, a ocupação do espaço se dá pela ordem de chegada.

Figura 5 – Imagem da feira livre de Santa Maria/RS



Fonte: Pesquisa da autora (2015).

Na Figura 6 pode-se observar que o caminhão serve de apoio para acomodar a lona da barraca, imagem que possibilita a conclusão de que a banca não possui uma estrutura física com armação própria.

Figura 6 – Imagem da feira livre de Santa Maria/RS



Fonte: Jornal Diário de Santa Maria (NO DIA, 2015).

Nas Figuras 7 e 8 pode-se averiguar que há uma variedade de produtos nas bancas, como também, se observa que os alimentos ficam expostos em caixas de plástico, sob uma mesa improvisada, e que não apresentam placas/etiquetas com indicação de preços.

Figura 7 – Imagem da feira livre de Santa Maria/RS



Fonte: Jornal A Razão / G. Haesbaert (ENCONTRO, 2016).

Figura 8 – Imagem da feira livre de Santa Maria/RS



Fonte: Jornal Diário de Santa Maria (NO DIA, 2015).

A Figura 9 exemplifica a falta de formalidade da feira, os feirantes se organizam entre eles, as bancas não possuem padronização e nem há uma preocupação com sua estética.

Figura 9 – Imagem da feira livre de Santa Maria/RS



Fonte: Jornal Diário de Santa Maria (NO DIA, 2015).

Outro fato importante para esta pesquisa é o não uso de avental, de touca e de luvas, constatações possíveis de serem conferidas na Figura 10.

Figura 10 – Imagem da feira livre de Santa Maria/RS



Fonte: Jornal Diário de Santa Maria (NO DIA, 2015).

4.2 Do poder público – ações para a agricultura familiar e às feiras livres

Os programas e políticas públicas implementadas pelo município para a agricultura familiar foram expostas no capítulo referencial teórico. Para lembrar, são 14 programas: Pró-Agroindústria, Pró-Calcário, Pró-Cria, Pró-Flores, Pró-Floresta, Pró-Frango, Pró-Frutas, Pró-Horta, Pró-Leite, Pró-Mel, Pró-Oliveira, Pró-Ovino, Pró-Peixe e Redes, além do Fundo Rotativo. Esses incentivos, promovidos pela SMDR em parceria com a EMATER, consistem em conceder aos agricultores familiares um aporte financeiro para que o produtor implemente a sua produção, aumente a sua renda, melhore a sua qualidade de vida e atenda à demanda de consumo do município.

Somados a estes programas e ao fundo rotativo, a SMDR também desenvolve dois projetos: o primeiro é a construção de poços artesianos, redes de distribuição e cisternas, que proporciona, às comunidades rurais, o acesso à água potável por meio da perfuração de poços artesianos. As cisternas serão colocadas nas Escolas Rurais do município e na sede das Subprefeituras. O segundo projeto é a construção de micro açudes e tanques para piscicultura. O objetivo desse projeto é promover a irrigação de culturas que assim necessitem, trazendo um aumento da produção agropecuária do município (SANTA MARIA, SMDR, 2015).

Em relação aos beneficiários dos projetos, serão todos os produtores que estiverem participando de um ou de mais programas municipais de desenvolvimento rural e que manifestam interesse em aderir a esse projeto. Para isso, deverão assinar um termo de adesão e solicitar a elaboração do projeto técnico. De vantagens ao produtor que se inserir em um dos programas/projetos ofertados pela SMDR, destacam-se: 1. Subsídio do Juro – a Prefeitura Municipal de Santa Maria pagará, a título de incentivo, até 2% dos juros devidos pelos produtores que se enquadrem no PRONAF, até o limite de 25.000 UFM por bem/ano; 2. Projeto Técnico – sem custo aos produtores da agricultura familiar (PRONAF) é realizado pela EMATER Municipal; 3. Orientação e Acompanhamento – compra de insumos (mudas, sementes, matrizes, alevinos, pintos e etc), implantação e manutenção das culturas e comercialização dos produtos; 4. Assistência Técnica – realizado pelo Departamento de Assistência Técnica da SMDR, EMATER Municipal e UFSM; 5. Patrulhas Agrícolas – prioridade na utilização das patrulhas agrícolas dos produtores (PRONAF) dos distritos; 6. Mercado Garantido; 7. Calcário – a Prefeitura pagará, a título de incentivo, 15 toneladas/ano de calcário por unidade familiar (PRONAF); e 8. Inseminação Artificial – a Prefeitura pagará, a título de incentivo, doses de sêmen para produtores inscritos no Pró-Leite (SANTA MARIA, SMDR, 2015).

Segundo a SMDR (2016), dados publicados no mês de julho, os programas de desenvolvimento rural beneficiam 732 famílias, impactando a vida de mais de 3 mil pessoas. Também foram apresentados os seguintes dados:

- mais de R$ 52 milhões gerados na economia;
- mais de 700.000 alevinos distribuídos gratuitamente;
- mais de 115.000 pintos de corte distribuídos gratuitamente;
- mais de 30.000 poedeiras distribuídas gratuitamente;
- mais de 70.000 eucaliptos e mudas nativas distribuídas gratuitamente;
- mais de 35.000 mudas frutíferas;
- mais de 1,2 milhão de sementes de hortaliças distribuídas gratuitamente;
- mais de 2 mil doses de sêmen bovino distribuídos gratuitamente;
- mais de 10 mil toneladas de calcário distribuídos gratuitamente;
- mais de 1 tonelada de adubo orgânico;
- mais de 100 kits completos para produção de flores;

- 36 agroindústrias criadas;
- construção de 30 micro açudes/viveiros para piscicultura;
- aporte de R$ 1 milhão no Fundo Rotativo Municipal;
- 65 cursos de aperfeiçoamento nas áreas de produção animal, vegetal e artesanato (SANTA MARIA, SMDR, 2016).

Outra ação empreendida pela SMDR foi o lançamento do Selo de Origem – “Sabor do Coração” (FIGURA 11). Agregar essa marca ao produto significa que a produção ou beneficiamento foi em Santa Maria e que teve acompanhamento técnico. Portanto, segue as boas práticas de produção e atende à legislação sanitária e ambiental. Os produtores que desejarem utilizar este selo, deverão se cadastrar em um dos Programas Municipais de Desenvolvimento Rural (SANTA MARIA, SMDR, 2010).

Figura 11 – Selo de Origem - “Sabor do Coração”



Fonte: SANTA MARIA, SMDR (2010).

Como forma de divulgação e valorização da produção primária do município de Santa Maria, de acordo com a SMDR, surge, em 2015, o projeto “Pátio Rural”, um evento promovido pela SMDR, integrado a Secretaria Municipal de Turismo e com o Escritório Municipal da EMATER. O objetivo do evento é evidenciar a riqueza e a qualidade dos produtos coloniais e mostrar a diversidade artística, cultural e culinária dos nove distritos de Santa Maria (RIQUEZAS, 2015). A Figura 12 apresenta o material de divulgação do evento.

Figura 12 – Material de divulgação dos eventos “Pátio Rural”



Fonte: SANTA MARIA, SMDR (2015).

O evento Pátio Rural é sediado no Hotel dos Pampas, situado no bairro Camobi, realizado em três dias, sexta-feira, sábado e domingo, com uma programação que se inicia pela manhã e se encerra à noite. Dentre as atrações há a exposição de artesanato e de animais, a venda de produtos agroindustriais, os estandes com culinária típica e vinícolas, música, jogos rurais, trilhas e passeios de cavalo e pônei. Em 2015, o projeto Pátio Rural teve sete edições, recebeu em torno de 120 mil pessoas e contou com a participação de mais de 70 expositores (SANTA MARIA, SMDR, 2016).

A Feira dos Distritos (FIGURA 13) também é um evento, que se realiza anualmente, e que oportuniza aos produtores rurais exporem seus produtos e ressaltar as potencialidades agrícolas dos nove distritos rurais de Santa Maria. É fruto de uma ação coletiva da SMDR com Secretaria Municipal de Turismo, Secretária Municipal de Cultura, Secretária Municipal de Obras e Escritório Municipal da EMATER. No ano de 2015, ocorreu a sétima edição do evento, com um total de 53 expositores, no Parque de Exposições da UFSM, instalado junto à 48ª Expofeira Agropecuária de Santa Maria (SANTA MARIA, SMDR, 2015).

Figura 13 – Imagens da Feira dos Distritos



Fonte: SANTA MARIA, SMDR (2016).

No tocante às feiras livres, na entrevista concedida pela SMDR (2015) reconhece que as feiras têm sua devida importância por "*dar força à agricultura familiar*, *faz com que o rural esteja vivo*". Posteriormente, a SMDR explica como o produtor deve proceder para se tornar um feirante, que segue:

> - inicia-se com um cadastro, por meio de um preenchimento de uma ficha, em que o produtor deve especificar seus dados de identificação, tipo de produto, procedência/região de produção, alvará, registro perante a vigilância sanitária, inspeção higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal, número de registro no SIM. Na ocasião do cadastramento, o produtor deve estar de posse, em duas vias, da seguinte documentação: Foto 3x4, RG, CPF, IPTU ou ITR, NFP, Carteira de artesão (somente aos que vendem artesanato);
>
> - o próximo passo é a visita dos técnicos da SMDR à propriedade/local de produção para verificação e elaboração de um parecer acerca das condições de higiene e sanitárias do processo de produção do produto;

- no caso de parecer favorável, encaminha-se para obtenção do alvará, junto a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

A SMDR diz não haver limite de feirantes por feira, informa não haver uma associação ou cooperativa específica de feirantes, complementa que realiza visitas esporádicas, justificando que a vigilância sanitária não tem pessoal suficiente para supervisionar as feiras livres.

A SMDR acrescenta estar ciente da carência de uma infraestrutura adequada aos feirantes e que há um projeto para a construção de um terminal de comercialização, que possibilite melhores condições de trabalho e atendimento ao cliente.

Segundo a reportagem do Jornal Diário de Santa Maria[10], publicada em 26 de agosto de 2015, a SMDR mencionou que a pasta já possui recurso financeiro suficiente para efetivar essa construção. Na entrevista realizada para esta pesquisa, ocorrida em janeiro de 2016, a SMDR diz ter planos para esse terminal ficar pronto e em funcionamento, até o final de sua gestão, que se encerra em dezembro de 2016.

Ao indagar sobre a produção orgânica do município, já que as visitas *in loco* revelaram não haver produtos identificados como orgânicos em feiras livres, a SMDR salientou a existência de incentivos a esse tipo de processo de cultivo, mas, ocorre em passos lentos, devido à complexidade e à dificuldade das propriedades em atender uma série de requisitos exigidos para receber a certificação de produto orgânico.

A EMATER Municipal confirma que os produtores enfrentam muitas barreiras para implementar a produção orgânica, pois exige mais trabalho, cuidado e mão de obra, fatores que acarretam em um produto mais caro ao mercado. Salienta também que, como necessitam de uma produção de maior quantidade para gerar renda, a produção orgânica fica apenas para o autoconsumo.

A prestação de serviços, segundo o técnico da EMATER Municipal, concentra-se em prestar uma assistência técnica ao produtor rural. Para isso,

[10] Reportagem disponível em: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/economia-politica/noticia/2015/08/e-dia-de-feira-15-lugares-para-comprar-frutas-e-verduras-em-santa-maria-4833169.html>. Acesso em: 12 dez. 2015.

mantém permanente contato com o produtor e que estabelece um planejamento anual, o qual prevê um rol de atividades que buscam atender às demandas apresentadas pelos produtores e observadas pelos técnicos nas visitas realizadas às propriedades rurais. As atividades são desenvolvidas na ocasião de encontros, reuniões, eventos, dias de campo e intercâmbios, por meio de cursos, palestras, oficinas, treinamentos e orientações, como, por exemplo, demonstrações de métodos e técnicas de plantio/colheita e armazenamento, boas práticas de fabricação, processamento e manipulação de alimentos e artesanato.

Ao questionar o técnico da EMATER, a respeito do que poderia ser feito em prol dos produtores, assinalou três ações: a) melhorar as estradas rurais; b) envolver mais o jovem, visto que o meio rural está cada vez mais reduzido e envelhecido; e c) promover incentivos à manutenção da produção. Essas colocações podem ser evidenciadas no seu relato:

> *(E. 1) precisa ter incentivo na melhoria de estradas, que não são pavimentadas, o acesso fica dificultoso, principalmente quando chove, o que prejudica no deslocamento dos moradores. Outro ponto a considerar, é a dificuldade de manter a produção na propriedade, visto que os insumos estão muito caros. Com relação, o desinteresse do jovem pelas atividades agrícolas, pode estar associado a forma de como os pais expressam sobre a vida no campo, passando uma ideia de que não é boa, e é sacrificada. Portanto, necessita ter aos jovens, atrativos lá no campo.*

Ainda, segundo o entrevistado da EMATER, o meio rural está cada vez mais envelhecido e reduzido. Ao encontro dessa informação, observou-se, pelos índices do IBGE, que houve uma redução da população rural de 2000 para 2010, respectivamente, de 12.928 foi para 12.684 habitantes, correspondendo uma queda de 2,28% (IBGE, 2000; 2010). Em consonância com esse fato, dados da pesquisa de Schwartz (2007, p. 44) apontaram que,

> em 1950, a população do meio rural de Santa Maria representava 42,29%; em 1960, esse número caiu para 30,56%; em 1970, era apenas 23,35%; em 1980, caiu para 14,9%; na década seguinte, para 9,77%, chegando a 5,3% em 2000. Um declínio de 90%, em 50 anos (SCHWARTZ, 2007, p. 44).

Esses dados indicam que houve um aumento, no munícipio, do êxodo rural, em cada década, apesar dos últimos dez anos a queda populacional não ter sido expressiva, de igual forma, é preocupante pelo fato da necessidade de mão de obra para o desenvolvimento da produção primária.

Para finalizar esta seção, apresenta-se o Quadro 7, que traz um resumo das ações do poder público, de Santa Maria/RS, voltadas para agricultura familiar e às feiras livres.

Quadro 7 – Ações do poder público para a agricultura familiar e às feiras livres

Agricultura Familiar	Programas	Pró-Agroindústria, Pró-Calcário, Pró-Cria, Pró-Flores, Pró-Floresta, Pró-Frango, Pró-Frutas, Pró-Horta, Pró-Leite, Pró-Mel, Pró-Oliveira, Pró-Ovino, Pró-Peixe e Redes
	Projetos	Construção de poços artesianos, redes de distribuição e cisternas
		Construção de micro açudes e tanques para piscicultura
	Fundo Rotativo	
	Selo de Origem – “Sabor do Coração”	
	Eventos	“Pátio Rural”
		“Feira dos Distritos”
Feiras Livres	Projeto	Construção de um terminal de comercialização

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

4.3 Dos consumidores – percepções sobre a feira livre

Antes de informar como os consumidores concebem as feiras livres, necessita-se salientar o que se entende por percepção. Para Sheth, Mittal e Newman (2001), percepção é a forma pela qual os consumidores escolhem, organizam e compreendem as informações que recebem do ambiente em que estão inseridos. Já Chaui (1999) conceitua percepção como uma experiência dotada de significação, isto é, o percebido é dotado de sentido e tem sentido em nossa história de vida, fazendo parte do mundo do sujeito e de suas vivências. Ainda, a mesma autora atribui a percepção como algo qualitativo, estruturado, no qual o sujeito dá às coisas percebidas sentidos e novos valores. Dentro desse enfoque, situa-se a importância de saber dos consumidores, como veem e compreendem as feiras livres.

O estudo verificou que uma parte dos consumidores frequentam as feiras livres por muito tempo: 64% dizem ir à feira há mais de 10 anos. A frequência dos consumidores também é expressiva, já que 70% dos entrevistados dizem ir às feiras todas as semanas; os demais, vão esporadicamente, ao menos duas vezes ao mês. As razões que os levam a comprar os produtos na feira, e não em outro local, são os seguintes:

> *produto fresco; produto saudável; produto sem agrotóxico; produto colonial; produto com mais sabor e mais cheiro; produto caseiro, com procedência segura e, principalmente, sem agrotóxico (tornando-se, assim, um investimento em longo prazo, pois acaba sendo um benefício para a própria saúde).*

Os motivos elencados ratificam as afirmações de vários autores, que postulam ser nas feiras livres, os lugares onde se encontram produtos especiais e com identidade territorial, além de terem alimentos ligados à natureza, frescos, sadios, “sem veneno” e saudáveis. (MENASCHE, 2004; KINJO; IKEDA, 2005; PIERRI; VALENTE, 2010).

Quanto à preferência de banca, 52% dos consumidores responderam que têm preferência por determinadas bancas. Os principais motivos de preferência citados são*: a qualidade dos produtos, o bom atendimento dos feirantes, a confiança, a boa relação e a amizade para com o feirante*. Todas estas considerações vão ao encontro do que diz Silva (2011, p. 43), segundo o qual, nas feiras,

> [...] perpassam as trocas de bens materiais e penetram em esferas permeadas de solidariedade e reciprocidade, que envolve amizade, confiança, camaradagem, jocosidade etc., configurando-o num mercado de bens simbólicos (SILVA, 2011, p. 43).

Em relação aos preços dos produtos, 56% disseram não se importar com o valor, pois vale pagar mais por um produto saudável e de boa procedência; 8% acreditam que os produtos da feira têm valor mais ameno do que os dos supermercados; os demais consumidores compram somente os produtos que consideram ser de preço mais baixo.

Como se pode observar, a maioria dos consumidores se dispõem a pagar um valor a mais, por estarem certos de que os produtos que estão adquirindo são saudáveis, conforme se constata em algumas falas:

> *(C. 2) não me importo, devido à qualidade dos produtos, que são novos e frescos.*
>
> *(C. 10) sim pago, pois paga a pena, por serem novos os produtos.*
>
> *(C. 21) são fresquinhos, de qualidade, é bom ver novidades, e outra, as pessoas precisam trabalhar e vivem disso, então quer ajudar.*

Por último, foram solicitadas, aos consumidores, sugestões que poderiam vir a melhorar a feira livre. Majoritariamente, fazem referência quanto à infraestrutura, o que pode ser conferido nas Figuras 14 e 15, pois as bancas são frágeis e improvisadas, cobertas apenas por lonas.

Figura 14 – Infraestrutura da feira livre



Fonte: Pesquisa da autora (2015).

Figura 15 – Infraestrutura da feira livre



Fonte: Pesquisa da autora (2015).

Houve aqueles que apresentaram uma concepção um pouco mais aprofundada, descrevendo sua preocupação com relação ao descarte de produtos não vendidos, à limpeza do ambiente, à ausência de lixeiras, à falta de banheiros químicos, à falta de acesso à água, à poluição do ar e sonora, a falta de cuidado no manuseio dos alimentos, à refrigeração e à temperatura para os alimentos. Em adição a isso, esses e outros aspectos aparecem nas falas dos consumidores e, também, dos feirantes, que podem ser conferidos a seguir:

> *(F. 7) falta estrutura, estamos expostos ao sol, calor, frio, chuva.*
>
> *(F. 13) deve haver uma infraestrutura definida, coberta, com boxes, com banheiros.*
>
> *(F. 18) deve ter infraestrutura, um local apropriado, falta benfeitoria, faltam incentivos, falta aproximação da EMATER.*
>
> *(C. 1) ter um espaço adequado, devido às condições climáticas, a infraestrutura é muito ruim.*
>
> *(C. 2) ter um espaço melhor, falta infraestrutura, a situação é precária, devido os dias de chuva, nublado.*
>
> *(C. 9) de ter espaço fixo, infraestrutura, facilitar o transporte, ter organização, ponto de água, colocar banheiros químicos para facilitar e melhor as condições dos vendedores e compradores, é bem complicado, para as famílias que levam as crianças. Também não passar bicicleta, trânsito complicado, falta policiamento, falta valorização e proteção aos feirantes, muito suscetíveis ao tempo e à violência.*
>
> *(F. 5) deveria ter mais divulgação.*
>
> *(F. 32) mais circulação de pessoas.*
>
> *(F. 28) está baixo o movimento de pessoas, os jovens têm que descobrir a feira.*
>
> *(C. 19) falta de organização, melhorar atendimento, é muito tumultuado.*
>
> *(C. 5) falta profissionalização dos feirantes.*
>
> *(F. 6) precisa de mais apoio, mais recurso, divulgação, valorização, necessita mais orientação, precisa de assistência técnica.*
>
> *(C. 25) melhorar a organização da banca, em algumas, o freguês não consegue visualizar o peso e preço final da balança; também, seria interessante as bancas serem identificadas por um número, pois por muitas vezes eu comprei produtos e quando me perguntavam de onde, eu não sabia dizer direito qual a banca, assim como, os feirantes deveriam usar luvas, toca e uniforme com seu nome estampado, para ser mais higiênico e profissional.*

Como pode-se verificar, tanto nos relatos dos consumidores como a dos feirantes há uma convergência no que deve ser melhorado nas feiras, em síntese,

as respostas se concentraram em melhorias na organização e infraestrutura. Além disso, apareceu nos relatos dos feirantes a necessidade de divulgação das feiras, como meio de atrair o público, como também, devendo haver uma valorização desses espaços e apoio por parte do órgão público.

Para encerrar esta seção, apresenta-se um quadro resumo das percepções que os consumidores têm em relação as feiras livres do município de Santa Maria/RS.

Quadro 8 – Percepções dos consumidores sobre feiras livres

<table>
<tr><th>INDICADORES</th><th colspan="2">RESULTADOS</th></tr>
<tr><td>Frequência</td><td>64% dos consumidores dizem ir à feira há mais de 10 anos</td><td rowspan="2">produto fresco; produto saudável; produto sem agrotóxico; produto colonial; produto com mais sabor e mais cheiro; produto caseiro, com procedência segura e, principalmente, sem agrotóxico</td></tr>
<tr><td>Periodicidade</td><td>70% dos entrevistados dizem ir às feiras todas as semanas</td></tr>
<tr><td>Preferência de banca</td><td>52% dos consumidores responderam que há preferência</td><td>a qualidade dos produtos, o bom atendimento dos feirantes, a confiança, a boa relação e a amizade para com o feirante</td></tr>
<tr><td>Preços</td><td>56% disseram não se importar com o valor, pois vale pagar mais por um produto saudável e de boa procedência</td><td>(C. 2) não me importo, devido à qualidade dos produtos, que são novos e frescos.
(C. 10) sim pago, pois paga a pena, por serem novos os produtos.
(C. 21) são fresquinhos, de qualidade, é bom ver novidades, e outra, as pessoas precisam trabalhar e vivem disso, então quer ajudar.</td></tr>
<tr><td>Percepções/sugestões de melhorias</td><td colspan="2">Infraestrutura, preocupação com relação ao descarte de produtos não vendidos, à limpeza do ambiente, à ausência de lixeiras, à falta de banheiros químicos, à falta de acesso à água, à poluição do ar e sonora, ao manuseio com os alimentos, a refrigeração e a temperatura dos alimentos.</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

4.4 Dos empreendimentos de feiras livres – os aspectos sociais, econômicos e ambientais

A feira livre, para 81% dos feirantes, é a principal atividade econômica, já para 19% a tem como uma atividade complementar.

Os feirantes comercializam seus produtos somente nas feiras livres (75%), os demais vendem nas feiras e, também, em outros estabelecimentos comerciais, sendo os mais citados o mercado, a fruteira e a padaria.

Dos produtos comercializados nas feiras, 81% dos feirantes afirmaram ser provindos de produção própria, 13% mencionaram fazer venda mista, ou seja, comercializam produtos de produção própria com produtos de terceiros, por exemplo, a Ceasa. Do total, 6% vendem somente produtos de terceiros, sendo estes feirantes conhecidos como atravessadores ou intermediários.

Dos feirantes que realizam sua própria produção, contam somente com a mão de obra familiar 87,5% e possuem funcionários terceirizados 12,5%.

A respeito da posse de terras, os feirantes que possuem propriedade rural somam 91%, enquanto os que não têm propriedade somam 6%. Os que arrendam terras somam 3%. Quanto ao tamanho da propriedade rural, considerando os que são proprietários, tem-se menor de 5 hectares (38%); de 5 a 10 hectares (42%); de 11 a 20 hectares (3%); de 21 a 30 hectares (11%); de 31 a 40 (3%), além dos que possuem uma propriedade maior de 50 hectares (3%).

Diante dos dados anteriormente citados, pode-se constatar que predominam feirantes que possuem pequena propriedade e que contam com a força de trabalho familiar. Somado a isso, o quão é significativa a feira livre para a maioria dos feirantes, tendo-a como principal fonte de renda e de ponto de venda de seus produtos.

Nas feiras livres há uma diversificação de produtos, sendo possível encontrar, na mesma banca, alimentos *in natura*, alimentos processados/agroindustriais e artesanato. Esse *mix* de produtos foi identificado em 94% das bancas, a importância dessa prática pode ser conferida nas narrativas a seguir:

> *(F. 5) a venda foi aumentando tanto com esses produtos, que estruturei a agroindústria, e passou a ser minha principal atividade e fonte de renda.*
>
> *(F. 6) por conta do mercado e consumo, até montei uma agroindústria, a esposa que toca, e eu vendo os produtos.*
>
> *(F. 18) alimentos processados são os que dão maior retorno, não tem perda.*

A pluriatividade aparece para os feirantes como uma estratégia de obtenção de renda, espaço de mercado e fortalecimento de seu negócio. Conforme Baumel e Basso (2004, p. 139),

> a pluriatividade estabelece como uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura (BAUMEL; BASSO, 2004, p. 139).

Quanto à produção de alimentos, prepondera o sistema de cultivo convencional, ou seja, os feirantes produtores utilizam insumos químicos como método de deter pragas e invasores (81%); os que responderam que sua produção parte é orgânica e a outra parte desenvolvida com base de insumos químicos corresponde a 13%. Além disso, há os que disseram ser sua produção totalmente orgânica (6%), porém não há nenhuma identificação que sinalize essa informação.

Para alguns feirantes e para o técnico da EMATER, a produção orgânica é de difícil alcance. Os relatos a seguir explicam o seu porquê:

> *(F. 6) a produção de alimento orgânico requer mais custo, técnica e mão de obra; quem te disse que vende orgânico é mentira.*
>
> *(F. 18) os produzir orgânicos é muito trabalhoso, então se faz uma produção pequena; para complementar a renda, necessitamos fazer pães, rapaduras, doces caramelizados, para conseguir ter um ganho.*
>
> *(E. 1) há muitas barreiras para produção orgânica, produzir para comercializar, aí a questão muda. Para sobrevivência do produtor, ele precisa produzir em quantidade, para poder fazer uma renda. A produção orgânica exige mais trabalho por parte do produtor e mão de obra, aí o preço do produto fica bem mais caro; então, a produção existente é bem reduzida, ficando só para o autoconsumo.*

Para o desenvolvimento da produção, há feirantes que se inseriram no PRONAF (9%), há os que participam de um dos programas da SMDR (3%), e os demais dispõem de recursos próprios (88%).

Houve feirantes que comentaram a dificuldade de ingressar em um dos programas da SMDR, o descontentamento pode ser conferido no relato a seguir: "*(F. 24) já tentei tantas vezes, mas nunca tem vaga, ou já passou o prazo, ou porque não atendo os critérios, aí eu desisti*". Outros feirantes disseram saber da existência do programa, mas não têm a clareza do seu funcionamento.

Quanto ao controle financeiro, os feirantes que fazem de maneira manual (94%), ou seja, despesas, investimentos e lucros são apontados como diz a expressão "na ponta do lápis". Enquanto os feirantes que fazem uso de planilhas eletrônicas correspondem a 6%.

Necessita-se assinalar que o controle financeiro vai muito além da anotação da quantia de vendas e do cálculo do lucro. Isso envolve outros controles, como diário de caixa, bancário, diário de vendas, contas a receber, contas a pagar, despensas mensais, estoques (SEBRAE, 2016). Ao questionar os feirantes sobre este item, percebeu-se que eles não têm familiaridade com essas nomenclaturas, depreende-se, assim, que esse controle financeiro é realizado de modo muito simples e superficial.

No que tange à organização coletiva, há feirantes inseridos em uma cooperativa (22%), de acordo com a cultura que desenvolvem. Quanto à representação de classe, há feirantes filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (16%).

Vale lembrar que as formas de organizações coletivas podem ser estruturadas por meio de associação, cooperativa, *pool* de produtores ou parceria (NANTES; SCARPELLI, 2012). Segundo Nantes e Scarpelli (2012, p. 647), uma organização, qualquer que for seu tipo, "quando bem estruturada, pode viabilizar técnica e economicamente os pequenos produtores rurais".

Em uma conversa mais prolongada com um dos feirantes cooperados, nota-se algumas vantagens que o feirante passou a ter quando se tornou membro de uma cooperativa:

> *(F. 4) mais respaldo para se inserir no mercado, cria canais, respaldo técnico, vantagem maior ao produtor do que não é cooperado, gama de informações, troca de ideias, experiências e soluções.*

Um dos feirantes entrevistados destaca a importância de haver união e uma ação conjunta entre todos os feirantes, sublinhando que uma das formas que possa vir a promover melhorias nas atividades dos feirantes é a inserção na cooperativa: *(F. 22) deveríamos ter uma cooperativa, mas não há articulação e crença por parte dos feirantes.*

Assim, os feirantes que estão vinculados a uma organização coletiva apresentam vantagens em relação àqueles que não estão. De acordo com as diretrizes dos programas de desenvolvimento rural do município, os que possuem acesso a esses programas, são produtores associados ou cooperados, e por conta disso, recebem assistência técnica, e outros benefícios, como por exemplo, a oportunidade de participar em programas de capacitação.

Capacitação consiste “preparar a pessoa para enfrentar as situações referentes à sua atividade, por meio da aplicação de conhecimentos”, também, se traduz em “fornecer autonomia, criar autoconfiança e promover o desenvolvimento” (ENAGRO, 2016, p. 1).

Os feirantes que participam de dias de campo/oficinas/palestras e outros eventos correspondem a 25%, dentro desse percentual, 50% dos feirantes vão por iniciativa própria e os outros 50% dividem-se em uma parcela de feirantes cooperados e outra parcela de feirantes sindicalizados. Estes participam de algum tipo de evento por causa da organização a que estão vinculados. Logo, os que não participam de nenhum tipo de capacitação são 75% dos feirantes.

A pesquisa indica um baixo percentual de feirantes que participam de cursos/oficinas/dias de campo/palestras e reuniões, embora alguns sinalizem a sua importância e necessidade, conforme relato de F7: *a Prefeitura poderia oferecer uma capacitação, é a pessoa (o feirante) que busca por conta o conhecimento, falta apoio.*

Durante as conversas com os feirantes, evidenciou-se a necessidade de capacitação sobre diversos aspectos, como o preparo e processamento de alimentos, os tipos de culturas, os sistemas de produção, os cuidados com higiene e sanitária de alimentos, informações com relação à legislação, e também, às políticas públicas.

Então, percebe-se, a partir das entrevistas, a carência de assistência técnica, uma vez que apenas 19% dos feirantes recebem orientação e acompanhamento técnico, enquanto 81% são aqueles que não recebem assistência técnica.

Importante ressaltar que assistência técnica, segundo Peixoto (2009, p. 48) “significa proporcionar um socorro para solução de um problema ou demanda de caráter técnico, para o que o assistido não tem o conhecimento especializado necessário”. Este estudo revela a reclamação dos feirantes sobre esse aspecto, o que pode ser representado pelo relato a seguir:

> *(F. 18) os feirantes estão muito sozinhos. Tempos atrás tinha-se assistência da EMATER e da Prefeitura, não sei o que houve, depois não teve mais. Recebiam visita de um técnico da EMATER, e mantinha um diálogo permanente, muitas orientações e oficinas eram organizadas e proporcionadas, éramos ouvidos e atendidos.*

Na sequência, questionou-se sobre sucessão familiar. Na visão dos autores Pasquetti e Hillesheim (2014, p. 270), sucessão familiar implica “transferência de pai para filho dos conhecimentos das atividades produtivas, da gestão dos negócios e da posse das terras e do patrimônio”.

Os filhos de 72% dos feirantes pesquisados não apresentam interesse pela produção primária, muito menos pelo trabalho nas feiras, tanto que estão investindo numa formação escolar/acadêmica para exercer outra profissão. Os feirantes que têm filhos inseridos na atividade agrícola correspondem a 19%, e os feirantes que não possuem filhos são 9%.

A sucessão familiar se apresenta como um desafio e, ao que parece, a história não se repetirá como foi para os atuais feirantes. Como visto, a pesquisa aponta que 78% dos feirantes estão na atividade pelo compromisso de assumir a função e o labor que antes eram de seus pais.

Conforme a reportagem do jornal Correio do Povo (2012), muitas podem ser as razões pela não ocorrência da sucessão familiar, entre elas a falta de uma educação contextualizada com as necessidades do campo; a carência de transporte escolar, longas distâncias das comunidades até os colégios; a falta de laboratórios e de computadores; professores despreparados para trabalhar com a realidade do campo, currículo inadequado, material didático elaborado com vistas à realidade urbana e horários incompatíveis com as rotinas da labuta (SUCESSÃO, 2012).

Posteriormente, indagou-se acerca de temas ambientais. A primeira indagação foi sobre o destino dos resíduos sólidos da produção de alimentos. Dentre os feirantes entrevistados, 63% afirmam utilizar os resíduos como adubo orgânico, 27% postulam destinar os resíduos à alimentação de animais, enquanto 10% destinam para o lixo.

Ao serem interpelados sobre o destino dos resíduos sólidos da feira, 75% dos feirantes disseram retornar à propriedade e utilizando-os como adubo orgânico. 12,5% fazem doação aos vizinhos, pedintes de rua ou a instituição beneficente e 12,5% afirmam destinar tais resíduos ao lixo. Apenas um feirante, participante deste trabalho, vende artesanato e comentou que utiliza material reciclável para confecção de seu produto.

Com relação à gestão de resíduos, ou seja, sobras de alimentos, a maioria dos feirantes apresentam iniciativas para tal, observando que um dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Lei nº 12.305/10, descrito no item II do art. 7º é a “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, 2010).

No mesmo dispositivo legal, há referência sobre a coleta seletiva, especificamente, no item V, do art. 3º, que se refere à coleta seletiva, como “coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição” (BRASIL, 2010).

Este estudo aponta que 12,5% dos feirantes fazem triagem e separação de resíduos para coleta seletiva, enquanto que 87,5%, não o fazem por não terem conhecimento suficiente e, também, por não perceberem a existência e incentivo para tal procedimento.

Este estudo registra uma fragilidade quanto a coleta seletiva, pois 87,5% dos feirantes não realizam esse processo, carecendo, portanto, de uma ação educativa para reverter esse quadro. A importância da coleta seletiva se constitui no “processo de valorização dos resíduos, visando seu reaproveitamento e reintrodução no ciclo produtivo” (DIDONET, 1999, p. 17).

As próximas duas perguntas foram referentes à Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A APP pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no inciso II do art. 3º, consiste em

> [...] área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, que têm a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012, texto digital).

O mesmo instrumento legal, no inciso III do art. 3º, define Reserva Legal como

> uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012, texto digital).

O estudo registra que 91% dos feirantes possuem propriedade rural, 11% destes a propriedade possui APP. E, de RL são 3% das propriedades.

Pode-se observar que há falta de clareza por parte dos feirantes com relação à diferença existente entre as duas, o que revelou uma falta de conhecimento do assunto, uma certa insegurança e preocupação no momento de responder a essas questões, com receio de estarem revelando alguma irregularidade.

Vale salientar que, segundo Konze (2016), a APP de uma propriedade deve ser mantida nas dimensões estabelecidas por lei, independente do tamanho do imóvel. Essa área não pode ser utilizada para nenhum fim econômico, salvo alguns casos específicos por lei, que mantém a preservação e a proteção dos mananciais hídricos e a estabilidade dos solos. É uma área que deve ser recuperada somente com essências nativas de acordo com as características florísticas regionais ou locais, mantendo a diversidade e o equilíbrio ecológico do ambiente[11].

Quanto a RL, conforme a explanação de Konze (2016), o percentual de preservação é definido de acordo com o bioma e o número de módulos fiscais, em alguns casos, definidos por lei, é uma área que pode ser utilizada para fins

[11] KONZE, J. **Análise APP e reserva legal**. Mensagem recebida por <julianokonze@gmail.com>, em 22 de outubro de 2016.

econômicos e extrativismo sustentável[12]. Segundo Salgado (2000), com a implantação da RL, o produtor pode conseguir uma renda extra aliada à preservação ambiental. De acordo com este autor, as áreas protegidas poderão servir para pesquisas, educação, recreação e turismo.

O município de Santa Maria possui um programa, intitulado Pró-Floresta, que busca incentivar a produção florestal em propriedades rurais de Santa Maria. O programa preconiza o saber fazer uso ou manejo da terra, nos quais se consorciam espécies arbóreas com cultivos agrícolas e que promovem benefícios econômicos e ecológicos (SANTA MARIA, SMDR, 2015).

Posteriormente, os feirantes foram interrogados a existência nas feiras livres de uma supervisão/acompanhamento por parte da Prefeitura, Vigilância Sanitária ou algum outro órgão. Por unanimidade, os feirantes informaram que não há acompanhamento. Segundo seus relatos, a *vigilância sanitária aparece na feira somente quando há alguma denúncia; e a Prefeitura vem à feira, no final do ano, para solicitar aos feirantes a renovação do alvará*.

Buscou-se investigar, também, como os feirantes definem o seu bem-estar/qualidade de vida. Para o Grupo de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde, qualidade de vida pode ser definida como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” ((THE WHOQOL GROUP, 1994) apud (FLECK et al., 2000, p. 179)). No entendimento de Ramos (1995), qualidade de vida pode ser entendida como um conjunto harmonioso e equilibrado de realização em todos os níveis, como saúde, trabalho, lazer, sexo, família e desenvolvimento espiritual. Os autores Gonçalves e Vilarta (2004) descrevem a qualidade de vida pela maneira como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito.

Dentro desse contexto, o questionamento considerou essas variáveis, obtendo respostas mais voltadas para saúde, lazer, alimentação e atividade física. Os participantes que consideram ter uma boa qualidade de vida totalizam 28%, os

[12] KONZE, J. **Análise APP e reserva legal**. Mensagem recebida por <julianokonze@gmail.com>, em 22 de outubro de 2016.

que consideram nem boa e nem ruim totalizam 7%, que veem a necessidade de melhorar em alguns aspectos, sobretudo, na saúde e na atividade física. Os que acreditam ter uma ótima qualidade de vida totalizam 25% dos feirantes. Os que afirmam ter piorado no quesito qualidade de vida, nos últimos anos, totalizam 28%. Para eles, os problemas com a saúde, com a falta de lazer e a alimentação não balanceada são os principais pontos. Os feirantes que não souberam como definir essa categoria totalizam 12%.

No item bem-estar, ou qualidade de vida, 53% dos feirantes os definem como bom ou ótimo. Entre as principais afirmações, assinalam-se na opinião de três feirantes:

> *(F. 5) melhorou a saúde, alimentação e a carga horária está com mais flexibilidade.*
>
> *(F. 6) saúde boa, mas a financeira complicada.*
>
> *(F. 15) boa e estável.*

Os que atribuem uma piora na qualidade de vida nos últimos cincos anos atingem um percentual de 28%. Há relatos nessa direção na queda do nível da qualidade de vida. O conceito de bem-estar, para os entrevistados, está atrelado à ideia de saúde, lazer. A seguir, mais relatos dos feirantes, que buscam justificar o que impede para que se tenha qualidade de vida:

> *(F. 3) deve melhorar a alimentação.*
>
> *(F. 13) problema com a saúde.*
>
> *(F. 4) peca não por desconhecimento, pois estou muito voltado para o trabalho e a esposa reclama.*
>
> *(F. 18) não se tem lazer, muito trabalho.*
>
> *(F. 8) qualidade de vida piorou, devido à informatização.*

Ao final do processo da coleta de dados, os feirantes apresentaram as principais demandas e sugestões, ou seja, abordaram o que poderia ser implementado, visando a melhoria das feiras livres e de sua atividade. Os feirantes que se pronunciaram sobre esta questão, concentraram suas reivindicações em alguns tópicos, que são: ter um local fixo e coberto, com acesso à água potável,

energia elétrica e bancas alocadas por boxes, assim, segundo eles, seria possível um melhor atendimento ao cliente e qualidade de vida no trabalho do feirante.

Os entrevistados também salientaram a importância de uma aproximação entre os feirantes e os órgãos públicos, como a EMATER e a Prefeitura, no sentido de haver assessoria técnica e, também, incentivo para maior produção e valorização das feiras livres.

Em adição a isso, na etapa observação *in loco*, verificaram-se as condições higiênico-sanitárias, com base na Resolução da Anvisa, RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que trata das boas práticas para serviços de alimentação (BRASIL, ANVISA, 2004).

Boas práticas podem ser definidas como procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária (BRASIL, ANVISA, 2004).

A análise *in loco* considerou variáveis possíveis de serem averiguadas no ambiente de feiras livres e que estão contempladas na RDC nº 216/2004, sendo estas, para esta pesquisa, foram agrupadas em quatro categorias: a) Instalações, equipamentos, móveis e utensílios; b) Higiene pessoal; c) Embalagens; e d) Ventilação e refrigeração de produtos.

Ao analisar as instalações, equipamentos, móveis e utensílios, verificou-se que, nas feiras, as bancas estão alocadas à beira das calçadas, avenidas ou na parte central de praças. Desse modo, não há padronização no tamanho e nem há estética, uma vez que cada feirante se responsabiliza pela montagem e desmontagem, como também, pela limpeza do local.

As bancas são cobertas por lonas, os produtos ficam armazenados em caixotes de plástico ou de madeira, dependendo do tipo de produto. Muitas caixas ficam diretamente no chão, outras sobre uma mesa improvisada de madeira, ou na caçamba de caminhão/caminhonete ou Kombi.

Em relação ao abastecimento de água, não há torneiras disponíveis, o feirante deve levar suas próprias garrafas/galões de água. Essa carência se revela

prejudicial não só para seu consumo, como, também, para a higiene de suas mãos e limpeza do local. Outro ponto a ser considerado é a falta de banheiros no ambiente das feiras livres. Caso o feirante e os clientes necessitem, deverão ir ao estabelecimento comercial mais próximo da feira.

Constatou-se, sobre a higiene pessoal, que nenhum feirante usa avental, touca ou luvas, fato que não atende à resolução da Anvisa RDC nº 216/2004, especificamente, os itens 4.6.5 e 4.6.6, respectivamente descritos:

> 4.6.5 - os manipuladores não devem fumar, falar desnecessariamente, cantar, assobiar, espirrar, cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro ou praticar outros atos que possam contaminar o alimento, durante o desempenho das atividades.
> 4.6.6 - os manipuladores devem usar cabelos presos e protegidos por redes, toucas ou outro acessório apropriado para esse fim, não sendo permitido o uso de barba. As unhas devem estar curtas e sem esmalte ou base. Durante a manipulação, devem ser retirados todos os objetos de adorno pessoal e a maquiagem (BRASIL, ANVISA, 2004).

Essas recomendações são pertinentes, visto que muitos feirantes comercializam carnes, queijos e outros tipos de produtos que podem ter a sua qualidade comprometida devido à falta de cuidado na manipulação.

Quanto às embalagens, observou-se que os produtos são embalados, exceto frutas, legumes e verduras. Já as carnes estavam em bandejas sem cobertura, expostas em cima da mesa. Para embalar produtos a serem entregues ao cliente, são usadas sacolas plásticas e são custeadas pelos próprios feirantes.

No que tange à refrigeração de produtos, a caixa térmica é o dispositivo mais utilizado para transportar e refrigerar alimentos. A ventilação dos alimentos também parece ser inadequada, pois, em dias quentes, o estado aparente dos produtos estava comprometido. Além disso, há bancas, embora cobertas por lonas, ficam posicionadas sob uma forte exposição solar, tornando-se ambientes desfavoráveis aos alimentos e desconfortáveis para os feirantes e clientes.

Quanto às condições higiênico-sanitárias das feiras, foi possível constatar inconformidades ligadas a todas as categorias analisadas, comprovando a falta de supervisão e de acompanhamento por parte dos órgãos públicos. Assim, contata-se a necessidade de ações corretivas e educativas.

Neste estudo não foram examinadas as condições físico-químicas e microbiológicas de alimentos, no entanto, uma consumidora fez observação nesse sentido, segundo seu relato: “(C*. 21) carnes, morcilhas ficam horas ali expostas, eu não compro, acho difícil, é duvidosa sua conservação e temperatura”*.

Com relação a esse tópico, vale salientar que, na pesquisa realizada por Silveira e Bertagnolli, em 2014, no município de Santa Maria, verificou-se a baixa qualidade do leite cru de dez amostras vendidas em feiras livres de Santa Maria. De resultado, atestou-se que todas as amostras de leite apresentaram um tipo de contaminação por bactéria do grupo *coliformes*, o que sugere a falta de higiene durante o processo de ordenha, armazenamento, ou no transporte. Outro indicador é o microbiológico, sendo que em 30% das amostras, apresentaram micro-organismos mesófilos superior a 6,0x105 UFC/mL e a presença de coliformes termotolerantes (SILVEIRA; BERTAGNOLLI, 2014). Esses indicadores, como os demais já apresentados, sinalizam o quanto os feirantes necessitam de capacitação, principalmente, sobre normas higiênico-sanitárias.

Os Gráficos 2, 3 e 4 trazem uma compilação dos resultados encontrados, alocando as informações, à luz da teoria de sustentabilidade, definida por Elkington (2012), compreendida em três dimensões: social, econômica e ambiental.

A dimensão social está ligada à educação, à cultura, ao lazer, ao bem-estar e à justiça social da comunidade onde a empresa está inserida (PAZ; KIPPER, 2016). Na compreensão de Barbieri e Cajazeira (2009, p. 67), a dimensão social trata

> da consolidação de processos que promovem a equidade na distribuição dos bens e da renda para melhorar substancialmente os direitos e condições de amplas massas da população e reduzir as distâncias entre os padrões de vida das pessoas (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 67).

Na visão de Elkington (2012), a sustentabilidade (dimensão) social considera o capital humano na forma de saúde, habilidades e educação, assim como medidas amplas de saúde da sociedade e do potencial de criação de riqueza.

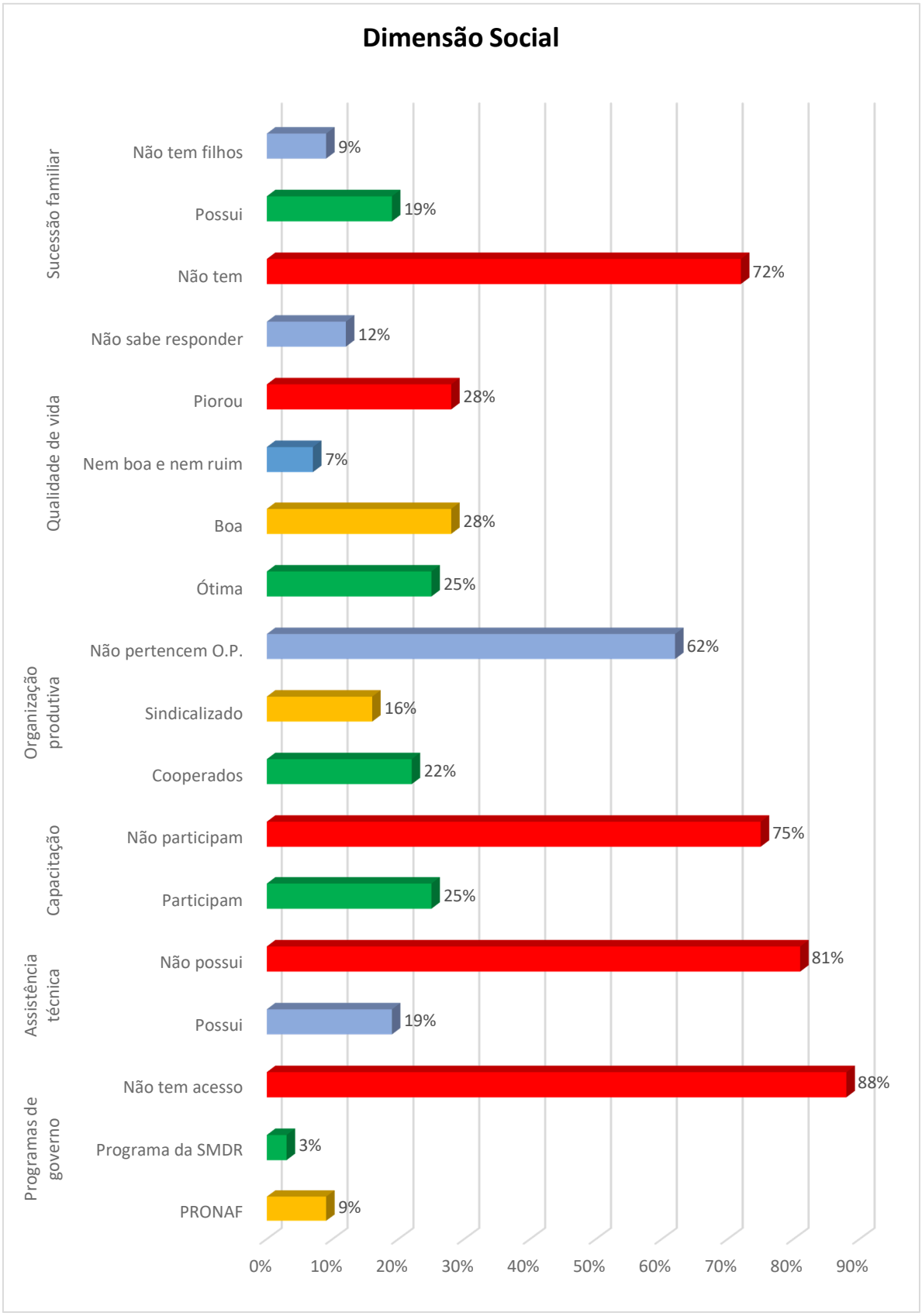
Quanto à dimensão econômica, os autores Barbieri e Cajazeira (2009, p. 67) colocam que, “a sustentabilidade econômica possibilita a alocação eficiente dos recursos produtivos, bem como um fluxo regular de investimentos públicos e privados”.

Para Elkington (1997), a dimensão econômica envolve temas ligados à produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços, e deve-se, também, considerar outros aspectos que envolvem o setor em que a empresa atua. Enfatiza-se a viabilidade financeira, isto é, a necessidade das organizações de prosperarem economicamente como empresa.

A terceira dimensão, a ambiental, refere-se ao capital natural de um empreendimento ou sociedade (ELKINGTON, 1997). O referido autor, entende que a sustentabilidade ambiental pode ser adquirida por meio da preservação ou recuperação da capacidade de recursos do planeta (ELKINGTON, 2012).

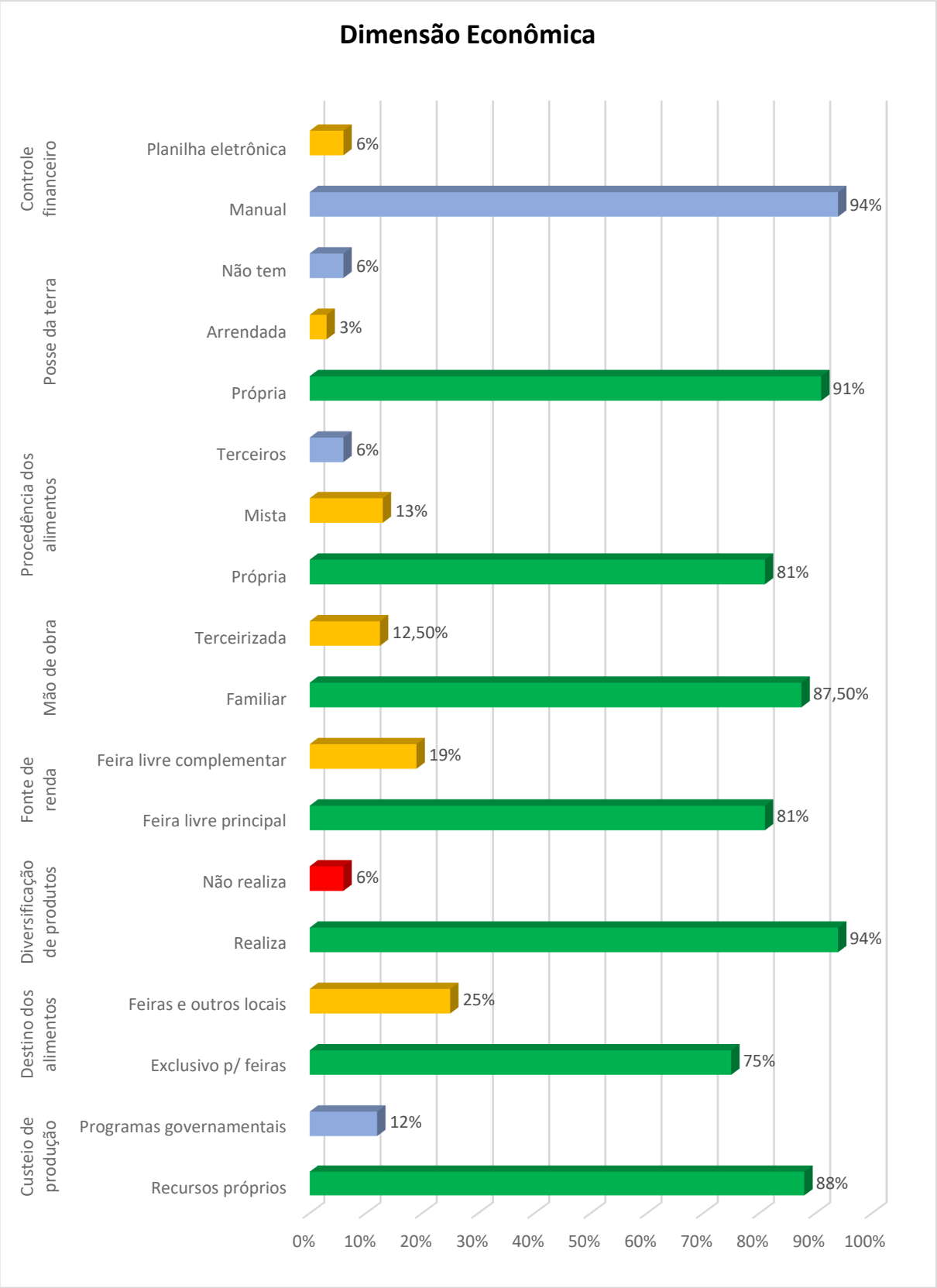
Os Gráficos 2, 3 e 4, na sequência, apresentam a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão ambiental, destacando os percentuais de cada parâmetro analisado.

Gráfico 2 – Dimensão social dos empreendimentos das feiras livres



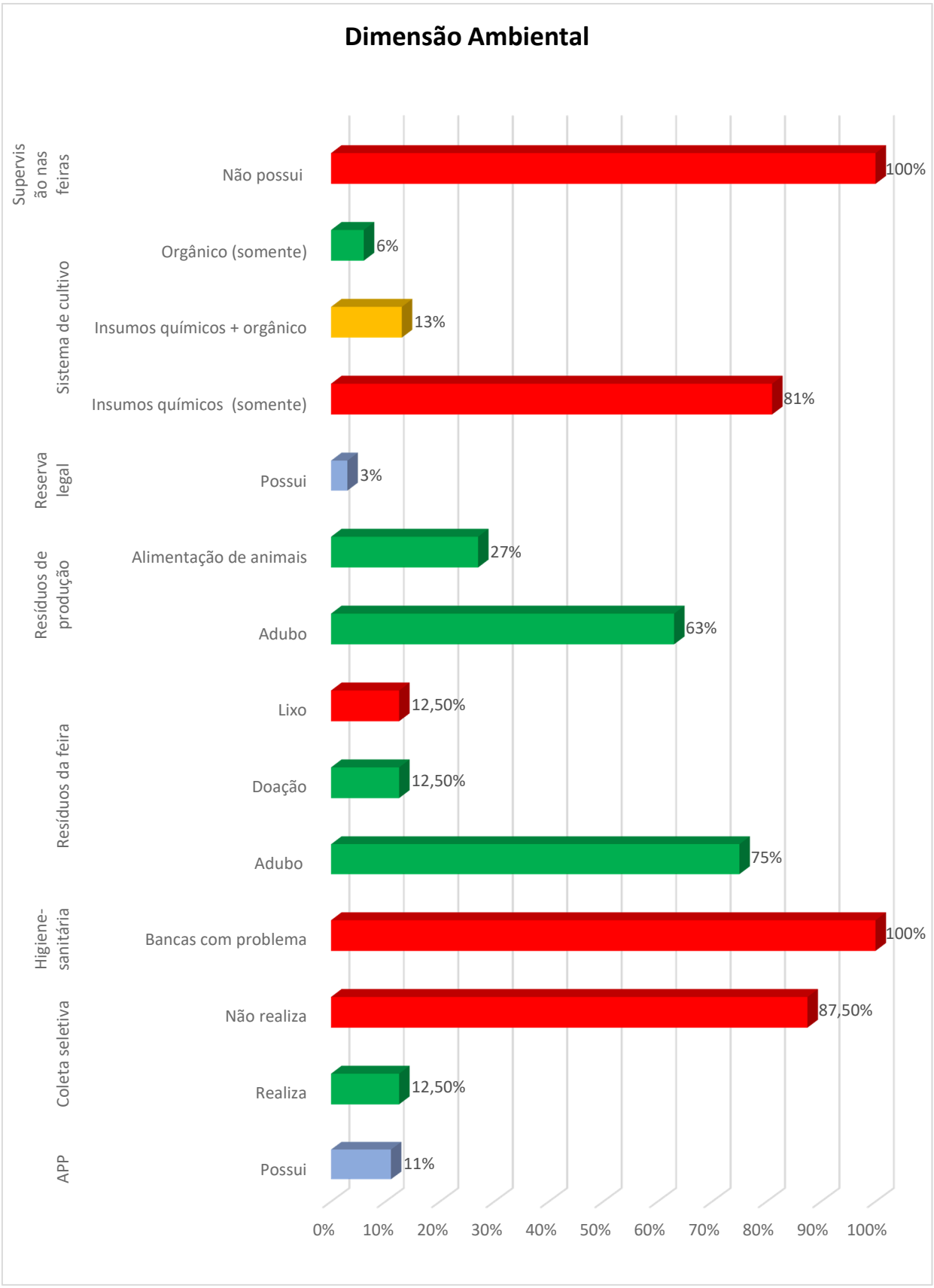
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Gráfico 3 – Dimensão econômica dos empreendimentos das feiras livres



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Gráfico 4 – Dimensão ambiental dos empreendimentos das feiras livres



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

4.5 Dificuldades e potencialidades dos empreendimentos de feiras livres

Para determinar as dificuldades e as potencialidades dos empreendimentos de feiras livres, contou-se com o método interpretativo, o qual foi aplicado a partir do momento em que se obtiveram as informações quantitativas e qualitativas da presente pesquisa.

Nesta pesquisa buscou-se investigar a sustentabilidade das feiras livres e, para isso, deve-se haver um panorama geral destes espaços para, posteriormente, traçar ações que possam reverter as dificuldades, traduzidas neste estudo como fragilidades, visando as potencialidades destas feiras.

Para analisar as feiras livres e, consequentemente, conseguir apontar as potencialidades e fragilidades das mesmas, a autora inspirou-se na ferramenta SWOT e, com base nesta metodologia, estruturou um instrumento para efetuar a análise das feiras livres de Santa Maria/RS, mas que, também, possa servir de futuras averiguações de sustentabilidade de outras feiras livres.

Antes de tratar do instrumento utilizado pela autora, de maneira genérica, faz-se necessário uma abordagem sobre a ferramenta SWOT. Essa metodologia foi desenvolvida, na década de 1970, por “Kenneth Andrews e Roland Christensen, dois professores da *Harvard Business School*” ((PUBLIO, 2008) apud (SOUZA; SILVA; PAPA, 2013, p. 16)). O propósito dessa ferramenta é fazer um inventário de forças e fraquezas da organização, bem como das oportunidades e ameaças do meio em que a organização atua (TERUCHKIN, 2003).

Para Silva et al. (2011, p. 3), a análise da matriz SWOT

> é uma ferramenta essencial para uma organização, pois é através dela que a empresa consegue ter uma visão clara e objetiva sobre quais são suas forças e fraquezas no ambiente interno e suas oportunidades e ameaças no ambiente externo, dessa forma com essa análise os gerentes conseguem elaborar estratégias para obter vantagem competitiva e melhor o desempenho organizacional (SILVA et al., 2011, p. 3).

Na concepção de Daychouw (2007), a SWOT é uma ferramenta para ser usada na análise de cenários, servindo como base para a gestão e para o planejamento estratégico de uma organização.

Segundo Estival et al. (2016, p. 359), a SWOT é uma metodologia “ideal ao processo de gestão e monitoramento de projetos, podendo ser aplicada a uma nação, região, território, indústria, empreendimento ou empresa”.

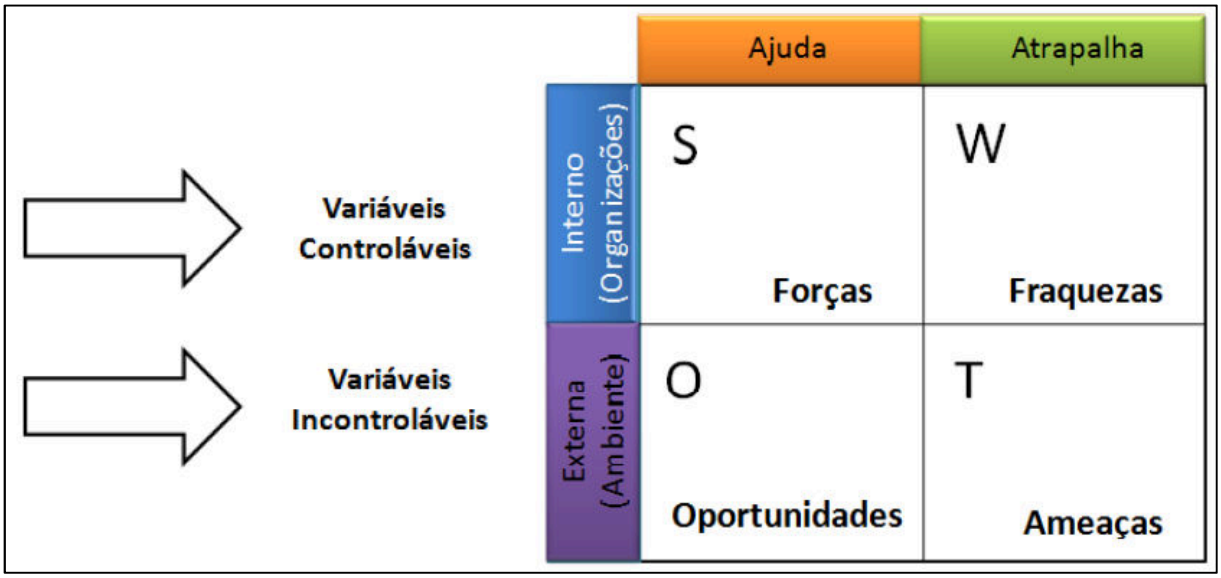
O termo SWOT significa *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Treathes* (ameaças) ((SHAHIR et al., 2008) apud (SOUZA; SILVA; PAPA, 2013)). As variáveis da matriz SWOT podem assim ser compreendidas:

- Forças – as forças de uma empresa correspondem aos recursos e capacidades da mesma que, combinados ou não, são geradores de oportunidades e vantagens competitivas com relações aos concorrentes (DAYCHOUW, 2007). Segundo Silva et al. (2011, p. 18), “as forças são fatores internos positivos que a empresa tem total controle e devem ser explorados ao máximo para que a empresa se mantenha num bom posicionamento de mercado e diminua suas fraquezas”. Ademais, podem ser ditas como um conjunto de “recursos e habilidades de que dispõe a organização para explorar as oportunidades e minimizar as ameaças” (MATOS, MATOS, ALMEIDA, 2007, p. 151).
- Fraquezas – são consideradas deficiências que inibem a capacidade de desempenho da organização e devem ser superadas para evitar falência da organização (MATOS, MATOS, ALMEIDA, 2007). No conceito de Daychouw (2007, p. 12), as fraquezas “são os pontos mais vulneráveis da organização em comparação aos mesmos pontos dos competidores atuais ou em potencial”.
- Oportunidades – são “variáveis externas e não controláveis pela empresa, que podem criar condições favoráveis para a mesma, desde que a própria tenha condições e/ou interesse de usufrui-las” (OLIVEIRA, 2005, p. 90). Podem ser concebidas como uma condição no ambiente geral que se explora, ajuda a empresa a obter competitividade estratégica (HITT; IRELAND; HOSKISSON, 2008).
- Ameaças – são “as variáveis externas e não controláveis pela empresa que podem criar condições desfavoráveis para a mesma” (OLIVEIRA, 2005, p. 90). Na visão de Daychouw (2007, p. 11), as “ameaças

correspondem às mudanças no ambiente, que se apresentam como ameaças à sobrevivência da empresa".

Na análise de SWOT (FIGURA 16) avalia-se o ambiente interno da organização, o qual é configurado a partir das variáveis Forças e Fraquezas e para avaliar o ambiente externo da organização conta-se com as variáveis Oportunidades e Ameaças.

Figura 16 – Análise de SWOT



Fonte: Adaptado por Ferrell et al. (2000) apud Roberto et al. (2015, p. 4).

Após a explanação sobre a ferramenta SWOT, que serviu de base para o instrumento de análise da sustentabilidade sob três dimensões dos empreendimentos de feiras livres, a autora propõe, de forma simples, analisar, de maneira rápida, estes empreendimentos, sistematizando em fatores endógenos e fatores exógenos e, a partir destes, verificar as potencialidades e as fragilidades.

Para Chiavenato (2013, edição digital), a "tendência natural da organização é crescer e desenvolver-se em função de fatores endógenos (internos e relacionados a própria organização) e exógenos (externos e relacionados com as demandas e influências do ambiente)".

Fatores endógenos, segundo Ferraz, Kupfer e Haguenauer (1995) apud More, Valle e Villela (2007, p. 4), podem ser entendidos como "fatores empresariais, sobre os quais a empresa detém poder de decisão e podem ser controlados ou

modificados através de condutas ativas assumidas". Já os fatores exógenos são os "fatores estruturais sobre os quais a empresa possui controle parcial das ações ou onde o poder de controle da empresa é praticamente nulo" (MORE; VALLE; VILLELA, 2007, p. 7).

Segundo estudos desenvolvidos por Menezes e Santos (1997), dois aspectos influenciam no crescimento de uma empresa – fatores endógenos e fatores exógenos.

De acordo com os autores supracitados (1997, p. 25), os fatores exógenos estão relacionados a "características que definem a atratividade do mercado, que envolvem: concorrência, sensibilidade às medidas governamentais, existência de barreiras de entrada, entre outras variáveis que possam influenciar as possíveis taxas de crescimento da empresa". Quanto aos fatores endógenos, segundo Porter (1989) e Harper (1995) apud Menezes e Santos (1997, p. 25),

> os caracterizam como fatores competitivos adquiridos ao longo do seu desenvolvimento (preços relativos, localização, qualidade relativa, posição em termos de tecnologia, acesso aos fornecedores, imagem geral da empresa, custo relativo das mercadorias, capacidade produtiva, entre outros (MENEZES; SANTOS, 1997, p. 25).

E, há outra designação, que são os fatores endógenos condicionantes, que se caracterizam "por todos os aspectos relativos à administração da empresa que permitam restringir ou impulsionar o crescimento de um negócio" (MENEZES; SANTOS, 1997, p. 25).

Para Rosas (2014, p. 29), o fator exógeno está ligado a "políticas rurais, clima, comercialização, preço do produto, solo, investimentos, entre outros", enquanto que o fator endógeno está vinculado a "formação cultural, memória, família, etc.".

O instrumento proposto está representado no Quadro 9, e os fatores elencados, tanto para endógenos como para exógenos, foram considerados pela autora, a partir de estudos de Silva (2015), os quais foram definidos e adaptados para cada tipo de dimensão pesquisada nesta tese. Além desses, outros aspectos foram acrescentados devido à possibilidade de serem observados *in loco*, no caso, nas feiras livres.

Quadro 9 – Proposta de análise dos empreendimentos de feiras livres

DIMENSÃO	FATORES		POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
AMBIENTAL	Endógenos	Condições de trabalho dos feirantes		
		Condições higiênico-sanitárias		
		Gestão de resíduos		
		Sistema de cultivo		
	Exógenos	Coleta seletiva		
		Supervisão de órgãos públicos		
SOCIAL	Endógenos	Qualidade de vida		
		Sucessão familiar		
	Exógenos	Assistência técnica		
		Capacitação		
		Certificação dos produtos		
		Divulgação das feiras		
		Fidelização do cliente		
		Organização produtiva		
		Programas de governo		
ECONÔMICA	Endógenos	Controle financeiro		
		Destino dos alimentos		
		Diversificação de produtos		
		Fonte de renda		
		Posse da terra		
		Procedência dos alimentos		
	Exógenos	Custeio de produção		
		Demanda de consumo		
		Produção suficiente de produtos		

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Como a pesquisa possui um viés qualitativo, adotou-se o mesmo entendimento de Bertuzzi (2012, p. 48), no qual para análise deste tipo de estudo não se pretende “aferir índices ou peso aos indicadores, mas discorrer qualitativamente sobre universo pesquisado, tendo como norte os atributos, indicadores e variáveis em questão”.

Todos os fatores endógenos e fatores exógenos, relacionados no Quadro 9 foram mensurados, na mesma ótica de Bertuzzi (2012, p. 48), “considerando-se as informações levantadas nas entrevistas e observações campo”.

Após essa prévia explicação, as fragilidades e potencialidades dos empreendimentos de feiras livres, obtidas a partir da aplicação deste instrumento estão apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Potencialidades e fragilidades dos empreendimentos de feiras livres

DIMENSÃO	FATORES		POTENCIALIDADES	FRAGILIDADES
AMBIENTAL	Endógenos	Condições de trabalho dos feirantes		X
		Condições higiênico-sanitárias		X
		Gestão de resíduos	X	
		Sistema de cultivo		X
	Exógenos	Coleta seletiva		X
		Supervisão de órgãos públicos		X
SOCIAL	Endógenos	Qualidade de vida		X
		Sucessão familiar		X
	Exógenos	Assistência técnica		X
		Capacitação		X
		Certificação dos produtos		X
		Divulgação das feiras		X
		Fidelização do cliente	X	
		Organização produtiva		X
		Programas de governo		X
ECONÔMICA	Endógenos	Controle financeiro		X
		Destino dos alimentos	X	
		Diversificação de produtos	X	
		Fonte de renda		X
		Posse da terra	X	
		Procedência dos alimentos	X	
	Exógenos	Custeio de produção		X
		Demanda de consumo	X	
		Produção suficiente de produtos		X

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Ao analisar o Quadro 10, observa-se que os fatores que constam no quadrante intitulado potencialidades estão mais vinculados à dimensão econômica, como a demanda de consumo, a diversificação produtiva, a posse da terra e o destino exclusivo de alimentos para as feiras livres.

Já no quadrante nomeado fragilidades, os fatores estão mais ligados a duas dimensões, à social e à ambiental. Do aspecto social, destaca-se a falta de capacitação dos feirantes, a falta de assistência técnica, a falta de interesse do jovem pelas atividades do campo e, nesse caso, a sucessão familiar aparece como um grande desafio. Há falta de articulação entre os feirantes e, por essa razão, não há uma organização de ação coletiva e, por último, as dificuldades dos feirantes no acesso aos programas de incentivo à produção, disponibilizados pelo município. Faça-se a ressalva de que estes programas não são disponibilizados como forma de financiamento, e sim, como investimentos aos agricultores familiares, apenas havendo, como contrapartida, o comprometimento do produtor em efetivar a

produção e de participar de todo o programa de capacitação determinado pela diretriz de cada programa.

Do aspecto ambiental, averiguou-se que permanece um sistema de cultivo convencional, pois não há um programa de transição para agricultura orgânica. Percebeu-se também que as normas de higiene-sanitárias não são atendidas, além do uso de sacolas plásticas e a necessidade de aprimorar a coleta seletiva.

Diante dos vários pontos frágeis identificados e relacionados no Quadro 10, a próxima seção sugere ações para que os pontos fracos sejam revertidos, em vista das potencialidades que o cenário apresenta.

4.6 Ações para sustentabilidade dos empreendimentos de feiras livres

O objetivo geral deste estudo é apontar ações que possibilitem a sustentabilidade dos empreendimentos gerenciados pelos feirantes.

De acordo com os autores Klering e Schröeder (2008, p. 147) a ação

> constitui uma providência visando a alcançar um produto (bem ou serviço), ou conjunto de produtos, que, por sua vez, concorrem para a realização de um objetivo; pode ter um caráter mais restrito (como ação administrativa) ou mais amplo (como ação governamental); neste caso, como ação governamental, pode englobar um projeto, um programa, uma atividade, ou mesmo uma simples operação especial (KLERING; SCHRÖEDER, 2008, p. 147).

A partir das fragilidades identificadas no Quadro 10, podem-se sugerir algumas ações como forma de reverter esses pontos fracos, à luz das potencialidades. Assim, discorre-se sobre as ações no decorrer deste texto.

Desse modo, apresentando as sugestões, seria importante a disponibilização do acesso dos feirantes produtores aos programas de desenvolvimento rural, implementados no município, visto que há incentivos específicos à ampliação da produção de hortifrutigranjeiro, como Pró-Horta, Pró-Frutas e Pró-Frango.

Ao lado destes, outros programas podem ser disponibilizados, em função de outros produtos que são vendidos nas feiras, como mel, flores e os agroindustriais, além de panificação e massas em geral. Portanto, os produtores poderiam ser

beneficiados com os programas Pró-Mel, Pró-Flores e Pró-Agroindústria. Vale lembrar, que produtos hortifrutigranjeiros são alimentos que estão na lista dos mais adquiridos pelo município, gerando um custo que ultrapassa 300 milhões de reais, o que justifica o apoio e o investimento na produção empreendida por estes feirantes.

Salientando que os programas são ofertados, preferencialmente, a feirantes associados ou cooperados, identifica-se outro problema: a desarticulação existente entre os feirantes. Tal problema poderia ser resolvido por meio de uma associação ou cooperativa.

Há formas de estabelecer organizações de ações coletivas, as mais conhecidas são as cooperativas e as associações. A cooperativa é uma

> "sociedade simples com fins econômicos e comerciais sem fins lucrativos, ela presta serviços, viabiliza assistência técnica, cultural e educativa aos cooperados, bem como promove a venda e a compra em comum desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito e comercialização" (SENAR, 2011, p. 22).

Já a associação é uma "sociedade civil sem fins econômicos e sem fins lucrativos, que representa e defende os interesses dos associados, com prestação de serviços, viabilização de assistência técnica, cultural e educativa aos associados" (SENAR, 2011, p. 22).

Tanto a cooperativa quanto a associação se apresentam como organizações que podem ser, para os feirantes, um caminho de impulsionar sua produção, de aumentar sua renda, de fortalecer sua atuação e de contar com assistência técnica e capacitações necessárias para obter maior qualidade e produtividade de sua produção. Junto a isso, pode ser uma maneira que auxilie os feirantes a ter mais força junto ao poder público nas reivindicações para o setor.

A decisão por qualquer uma das organizações de ação coletiva deve partir dos próprios feirantes, com estudo mais aprofundado sobre cada uma delas, vislumbrando o que seria mais interessante para o momento e qual delas possibilitaria maior retorno às suas necessidades. Reunir os feirantes torna-se imprescindível não só para tomar tal decisão, mas também, para que essas pessoas possam se identificar como grupo e conceber o valor que seu trabalho representa para a sociedade.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e EMATER poderiam fazer essa aproximação, oportunizando um espaço para o diálogo, debate de ideias e encontro de soluções. Assim, os feirantes podem se sentirem mais apoiados e assistidos pelos órgãos públicos.

Junto a estes dois órgãos, outras entidades podem se somar, como o SEBRAE e IES do município, para unir forças no intuito de maximizar a prestação de serviços, que vai desde orientações diversas ao acompanhamento técnico na propriedade rural dos feirantes, não se restringindo apenas a EMATER. Tal ação se respalda no fato da existência de grupos de pesquisa nas áreas de agroecologia e extensão rural, como a de cursos superiores e técnicos de área agrícola no município de Santa Maria.

Como exemplo, o SEBRAE da Bahia desenvolveu um programa que visa dar aos feirantes informações para melhor administrar seu empreendimento, abordando temas como fiscalização, noções básicas de administração do negócio, limpeza, higiene pessoal e sanitária, ambiente cooperativo e relacionamento com os clientes (SEBRAE, 2009). O programa procura fortalecer as feiras livres, melhorar a qualidade de vida dos feirantes e consumidores, elevar o padrão higiênico-sanitário desses locais e, sobretudo, observar o feirante sob a condição de empreendedor, dotando-o de instrumentos que permitam melhor gerir seus negócios (SEBRAE, 2009).

Para exemplificar, outra experiência exitosa é a parceria do SEBRAE de Uberlândia/MG com as Secretarias Municipais de Agropecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Econômico e Turismo, que lançaram o Projeto Feirante Amigo, o qual tem como objetivo capacitar e fomentar o empreendedorismo dos trabalhadores do setor (AMVAP, 2014). Esse projeto presta uma consultoria sobre boas práticas de manipulação de alimentos, bem como cuidados com a higiene, vestimentas adequadas e manejo das mercadorias. Nessa programação, versa-se sobre as linhas especiais de financiamento através da formalização, com a inscrição dos feirantes como pessoa jurídica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), no qual é explicado o funcionamento do Programa Empreendedor Individual, que garante benefícios da previdência, como direito à aposentadoria, auxílio-doença e

muitas oportunidades para os trabalhadores que nunca tiveram auxílio, proteção ou vantagens (AMVAP, 2014).

Já as IES podem proporcionar aos feirantes conhecimentos, em parceria com outras Entidades, Boas Práticas Agrícolas (BPA), nos moldes em que foi apresentado no manual da FAO, que oferta aos produtores e interessados, orientações, normas e recomendações técnicas aplicadas à produção de uma agricultura sustentável, processamento e transporte de alimentos.

As BPA são um conjunto de princípios, normas e recomendações técnicas aplicadas para a produção, processamento e transporte de alimentos, orientadas a cuidar da saúde humana, proteger o meio ambiente e melhorar as condições dos trabalhadores e suas famílias (IZQUIERDO; FAZZONE; DURAN, 2007). Dentre as informações que poderão ser prestadas estão, por exemplo, a segurança do trabalho, a rotação de culturas, o sistema de cultivo orgânico e a gestão de resíduos.

A importância de abordar a segurança do trabalho deve-se ao fato de que os trabalhadores da agricultura e da pecuária estão muito vulneráveis a acidentes com máquinas, implementos e ferramentas manuais e, também, estão expostos a inúmeros agentes físicos, químicos e biológicos como agrotóxicos, ectoparasiticidas, animais domésticos e animais peçonhentos (ALMEIDA, 1995).

Na pesquisa de Jesus e Brito (2009), percebe-se o alto grau de insalubridade ao que os trabalhadores rurais estão expostos. Eles cometem atitudes negligentes por falta de treinamento e do não uso de equipamentos de proteção individual. O que reafirma a necessidade de orientação sobre o aspecto de segurança do trabalho no meio rural.

Destaca-se entre as BPA, a rotação de culturas, que consiste na alternância de espécies ou culturas em um mesmo terreno, mediante sequencia racional e não arbitrária, de forma a assegurar ou restabelecer o equilíbrio biológico e a produtividade do sistema de pauperado pelo monocultivo, bem como possibilitar o aproveitamento dos efeitos de complementaridade entre as plantas envolvidas no sistema (FANCELLI, 1987). Conforme Darolt (2000), a rotação e consorciação de culturas é um ponto importante ao considerar-se o preparo do solo.

Dentro desse aspecto, para a rotatividade de culturas é preciso conhecer bem a saúde ou a qualidade do solo. Com esse objetivo, a Embrapa e professores da Universidade Federal de Santa Maria desenvolveram um estudo edafoclimático nas áreas rurais, nos nove distritos do município de Santa Maria. Esse estudo, apresentado em janeiro de 2016, consiste num mapeamento dos tipos de solo, quanto às potencialidades ou limitações de fatores como drenagem, fertilidade, profundidade, textura, pedregosidade, relevo, em relação a métodos específicos de identificação em classes e localização geográfica registrado em convenção cartográfica (um mapa para cada cultura ou espécie vegetal analisada) (ROSAURO, 2016).

A importância desse estudo situa-se pelo conhecimento mais aprofundado do solo, relevo, disponibilidade de água e clima do município, aumentando a perspectiva de alavancar a produção primária, diversificando a matriz produtiva e o uso eficiente dos recursos naturais. O resultado desse levantamento aponta que o solo é fértil para ao menos 16 culturas, o que amplia as possibilidades de investimento e desenvolvimento aos produtores (ESTUDO, 2016).

Outra questão dentro das BPA é a gestão de resíduos que, diretamente relacionada à questão ambiental, necessita de uma política ambiental mais efetiva e articulada, embora, há feirantes, com a preocupação de fazer uma correta destinação dos resíduos sólidos. Os feirantes apresentam boas iniciativas, em se tratando do descarte, aproveitando as sobras da produção e da feira, para utilizar como adubo orgânico, como também, para servir de alimento aos animais e, até mesmo, para doação aos que necessitam. Todavia, necessita-se aprimorar a coleta seletiva, diante do baixo percentual apontado neste estudo, sinalizando a relevância de um engajamento para reverter esse quadro. Segundo Izquierdo, Fazzone e Duran (2007), em boas práticas agrícolas para agricultura familiar, há orientações sobre: i) como e onde deve armazenar os agrotóxicos e os fertilizantes; ii) o que fazer com as embalagens vazias; e iii) como deve usar e preparar os adubos orgânicos.

Acredita-se que o caminho está numa ação conjunta entre os órgãos públicos, entidades da área ambiental e universidades, para prestar informações e esclarecimentos aos feirantes, sobre os procedimentos de triagem, de separação e

destinação correta de todos os tipos de resíduos. Além disso, seria importante disponibilizar *contêineres* mais próximos das feiras e de inseri-los, em alguns casos, nas ruas onde ocorrem as feiras.

Outra observação nas feiras é a utilização de sacolas plásticas, sem nenhuma movimentação contrária a esse uso. Segundo Ziegler (2010), as sacolas plásticas demoram cerca de 200 anos para se decompor quando estão soterradas no lixo. Quando ficam expostas à radiação solar, geralmente se decompõem em um ano.

Fica evidente, então, a necessidade de intensificar ações que instiguem a mudança de hábitos, isso vale tanto para os feirantes, quanto para os consumidores. Pode-se constatar que há uma ação voluntária, embora, seja baixo o percentual de consumidores, que levam suas próprias sacolas reutilizáveis e seu carrinho de compra.

Em Santa Maria, alguns estabelecimentos estão incentivando seus consumidores a levarem suas próprias sacolas, caso o consumidor não as possua, pode adquirir sacolas retornáveis, no próprio supermercado. Na pesquisa realizada por Rizzatti et al. (2014, p. 32) com clientes de supermercados de Santa Maria, aponta que “a aceitação das sacolas retornáveis é positiva, entretanto é necessário investir mais em conscientização e educação ambiental para que os clientes passem a consumir mais conscientemente”. Entende-se que, iniciativas como essas também podem ser aplicadas nas feiras livres da cidade.

Outra dificuldade identificada pelos feirantes produtores está na transição da agricultura convencional para agricultura orgânica. Conceitua-se agricultura orgânica como um “conjunto de sistemas de produção agrícola que não permite o uso de substâncias que coloquem em risco a saúde de consumidores e trabalhadores e o meio ambiente” (INSTITUTO KAIRÓS; BADUE; GOMES, 2011, p. 6). Entende-se por essas substâncias, “os agrotóxicos, os fertilizantes minerais solúveis, os hormônios, os antibióticos e outros medicamentos, além dos produtos geneticamente modificados” (INSTITUTO KAIRÓS; BADUE; GOMES, 2011, p. 6). Para esta transição, sugere-se que a SMDR, em parceria com a EMATER, desenvolva um programa específico para este fim.

Quanto à certificação dos produtos orgânicos, a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, no § 1º do art. 3º, descreve o seguinte:

> No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento (BRASIL, 2003).

Nas feiras livres de Santa Maria, há feirantes que afirmam vender produtos naturais sem qualquer aplicação de insumo químico, reiterando ser um produto orgânico, embora os produtos não possuem certificação que ateste o que foi dito. Entretanto, de acordo com a legislação, essa certificação é facultativa para a venda direta produtor-consumidor. Porém, de acordo com representante da ECOVIDA, a certificação se faz necessária em função dos consumidores, para que possam ter segurança da qualidade dos produtos adquiridos e, a fim de manter padrões éticos, essa ação é sinal de respeito às normas que regularizam a produção, o processamento, a certificação e a comercialização dos produtos orgânicos (BOUCINHA, 2016, texto digital).

A certificação do produto aparece como um elemento agregador de valor, na utilização do Selo de Origem “Sabor do Coração”, presente em produtos vendidos, tanto no *Shopping* Independência como no *Monet Plaza Shopping*, do município de Santa Maria. Assim como, o Selo “Sabor da Terra”, conferido aos produtos inseridos no Projeto Esperança/COOESPERANÇA, e o Selo de Qualidade “Sabor Gaúcho” sinalizam a origem do produto, a procedência alicerçada na produção artesanal, a obediência às exigências sanitárias e ambientais e a responsabilidade social. Esse rótulo “Sabor Gaúcho” é concedido pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural e pela Pesca e Cooperativismo (SDR) do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, SDR, 2013). A certificação é consentida quando o produto segue as normas estabelecidas, atende às exigências e critérios para seu desenvolvimento e industrialização (VILCKAS; NANTES, 2006).

Para Lazzarini e Machado Filho (1997) o valor agregado a um produto está atrelado à busca pela sua diferenciação. Com a agregação de valor, o produtor pode desenvolver novos mercados e estabelecer seu produto de forma mais sólida nos mercados atuais (VILCKAS; NANTES, 2007).

Portanto, assinala-se a importância dessa certificação, um processo que poderia receber um direcionamento e um auxílio provindos de órgãos como a EMATER, a SMDR e as IES do município. Um exemplo que vale ser citado é o projeto Rede ECOVIDA que, em junho de 2016, conferiu às famílias produtoras de Santiago/RS a certificação da produção de alimentos 100% orgânicos. Esse êxito se dá, segundo o extensionista da EMATER Municipal

> a integração interinstitucional com as entidades e organizações de ensino, pesquisa e extensão, no trabalho voltado à promoção dos princípios da agroecologia; a promoção de eventos e atividades de formação, o apoio aos agricultores que se propõem a avançar na transição agroecológica dos sistemas produtivos, o resgate e apoio à produção, intercâmbio e uso de sementes crioulas, além do apoio às ações previstas pelo Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica do Governo do Estado, sob a responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), contribuindo para uma adequação crescente dos sistemas produtivos de base ecológica (BOUCINHA, 2016, texto digital).

A declaração do extensionista só reafirma o quão importante é a união de forças entre poder público, entidades, instituições educacionais, para o desenvolvimento e sucesso da produção orgânica, concretizando com a certificação dos produtos orgânicos.

Outra fragilidade identificada na pesquisa é a deficiente infraestrutura das feiras, certificando precárias condições de trabalho dos feirantes, como também, constatando a necessidade de maior cuidado e medidas corretivas, em relação aos aspectos higiene-sanitários.

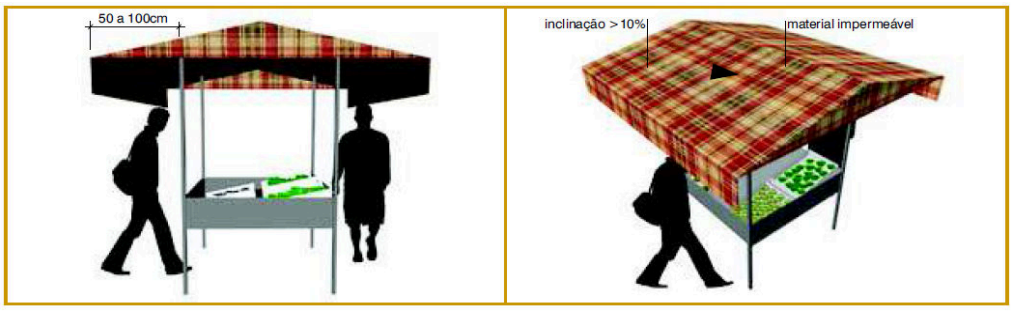
No tocante à infraestrutura para os feirantes, reconhece-se a intenção da SMDR em construir um terminal de comercialização, porém entende-se que as feiras livres de rua não devam desaparecer, considerando sua importância para os feirantes, consumidores e os vários bairros da cidade, que fazem parte da história e tradição desses lugares. Nesse sentido, o que cabe são melhorias para melhor atendimento ao consumidor e de trabalho para os feirantes.

Com base no material que trata sobre a organização de feiras livres, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Kairós, apresentam-se ações e sugestões que visam qualificar as feiras livres de Santa Maria, e consequentemente, para o exercício da atividade laboral dos feirantes. Entende-se

que essa qualificação deva ser capitaneada pela Prefeitura e entidades parceiras. As ações estão ancoradas nos seguintes eixos: infraestrutura, comunicação e formação.

Na infraestrutura de feira de rua, o primeiro item que se pensa é a barraca ou a banca do feirante. Deve-se considerar que a legislação que rege sobre o funcionamento das feiras livres do município não padroniza as bancas e não estabelece tamanho e nem modelo. No entanto, as barracas devem ser cobertas, de fácil montagem e desmontagem e devem contar com material impermeável, resistente para que possa resistir às intempéries climáticas (BRASIL, MDS, 2007). O formato e a disposição devem considerar o tipo de mercadoria, o espaço para colocação de caixas e a garantia de boa visibilidade dos produtos (BRASIL, MDS, 2007). O modelo sugerido na Figura 17 considera esses elementos.

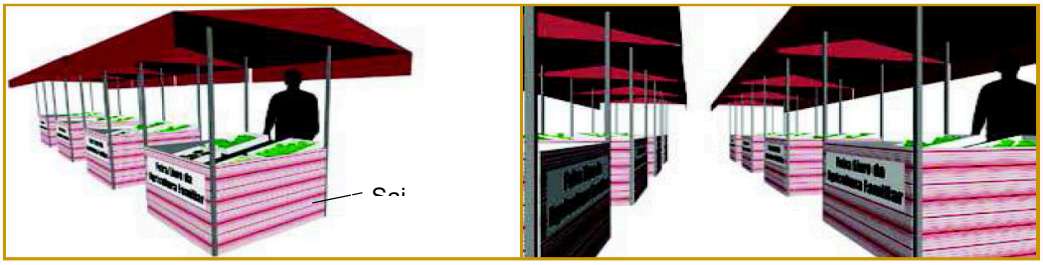
Figura 17 – Modelo de uma barraca de feira livre



Fonte: BRASIL, MDS (2007, p. 14).

Outro detalhe fundamental de uma barraca é a saia, que consiste no fechamento lateral entre a bancada e o chão, sendo este feito de material resistente e impermeável (BRASIL, MDS, 2007). Como forma de padronização, pode receber logos ou identificação da banca (BRASIL, MDS, 2007). A Figura 18 apresenta o modelo sugerido.

Figura 18 – Barraca com saia



Fonte: BRASIL, MDS (2007, p. 14).

Também é recomendável que os feirantes e seus ajudantes sejam identificados e, por serem manipuladores de alimentos, usem aventais/jalecos, luvas e touca, ou seja, uma vestimenta adequada em prol da higiene e saúde (BRASIL, MDS, 2007). Para maior conscientização de tais cuidados, é necessário proporcionar aos feirantes cursos de capacitação, que podem ser organizados e ofertados pelas IES do município.

Outro item de tamanha relevância para as feiras é o acesso à água e ao banheiro. Portanto, recomenda-se a disponibilização de banheiros químicos com pia. E, para obtenção de água, é necessário consultar a Companhia de Abastecimento de Água do município para averiguar à posição da rede e criar novos pontos de acesso. Deve-se solicitar a instalação de um hidrômetro específico para a feira. Os pontos de água devem ser instalados em locais de fácil acesso aos feirantes e clientes. Os elementos das instalações hidrossanitárias devem ser fixos e protegidos da ação de vândalos, furtos e consumos clandestinos (BRASIL, MDS, 2007).

Outro elemento importante na feira é o lixo gerado. Aconselha-se cada feirante a ter ao seu dispor lixeiras individuais, assim como, ter à disposição *container* próximo da sede local da feira. Além de haver a separação do lixo orgânico para compostagem[13], deve haver separação de outros tipos de resíduos, em função da coleta seletiva (BRASIL, MDS, 2007). Para Kiehl (2004) apud Santos e Fehr (2007, p. 170)

> ... o sucesso da coleta seletiva depende da conscientização do cidadão em fazer o descarte seletivo domiciliar em: lixo seco e lixo molhado. Dando a possibilidade para um trabalho com matérias primas mais nobres, gerando fertilizantes orgânicos com maior teor de matéria orgânica e maior quantidade de recicláveis a serem comercializados (SANTOS; FEHR, 2007, p. 170).

Outro item relevante é a condição transitável dos locais que sediam as feiras, pode-se verificar que em muitas calçadas devem ser reparadas, estão de difícil

[13] De acordo com Silva et al. (2016, p. 2), a compostagem é um processo biológico, ou seja, vários elementos naturais atuam fazendo que a matéria prima se decomponha. Este processo também decorre sem a intervenção humana. Na natureza os restos de animais e vegetais mortos são decompostos e transformados em húmus. A compostagem é um processo muito importante, pois, podemos reciclar os restos de comida e resíduos vegetais de casas, escolas, jardins ou hortas, que teriam como destino o descarte. Com a reciclagem da matéria orgânica é produzido um fertilizante natural que não polui o solo como os produtos químicos e faz com que os jardins e hortas sejam mantidos de forma sustentável.

trânsito, principalmente, ao cadeirante e idoso, pois tal situação torna-se um risco para ocorrência de acidentes, devido aos buracos e lajotas soltas na via.

No que se refere, a divulgação das feiras livres do município, a comunicação deve ser melhorada. A “divulgação da feira é fundamental para que o público interessado possa se organizar para a ida à feira” (INSTITUTO KAIROS, BADUE, GOMES, 2011, p. 31). Em Santa Maria, a Lei Municipal nº 4.292, de 04 de janeiro de 2000, autoriza a colocação de placas indicativas dos dias e horários das feiras livres, nos logradouros destinados a estas. Estas placas podem ser doadas pela iniciativa privada e servirem de propaganda das mesmas (SANTA MARIA, 2000). Porém, atualmente, não há nenhuma placa que divulgue as feiras livres. Portanto, se fazem necessários materiais de divulgação.

Tendo em vista o poder de alcance das mídias digitais e do seu baixo custo, esses meios podem muito bem ser explorados para prestar informações sobre as feiras livres, como o *facebook*[14], dos principais jornais do município, da SMDR e da Prefeitura, além dos *sites* da prefeitura e da SMDR, que são espaços alternativos de comunicação.

Outro meio pode ser nos horários destinados às notícias da comunidade disponíveis em algumas emissoras de rádio da cidade. Também, não se descarta a possibilidade de produção de materiais impressos como cartazes e notas de jornais impressos, no entanto, há um custo maior.

Outra medida que pode ser adotada, “a fim de atrair consumidores, é de divulgar pesquisas comparativas entre preços da feira, de supermercados e de lojas e mercadinhos” (INSTITUTO KAIROS, BADUE, GOMES, 2011, p. 31). Em Santa Maria, há uma Universidade que, mensalmente, publica o Boletim do Índice do Custo de Vida do município. E, na categoria alimentação, a pesquisa é realizada em mercados e em outros estabelecimentos do gênero não incluindo as feiras, o que sugere, portanto, adicionar as feiras livres na pesquisa, já que são locais que comercializam produtos alimentícios.

Uma atividade que pode ser empreendida nas feiras livres é a formação por meio de palestras ou oficinas, que podem ser ofertadas, esporadicamente, aos

[14] Facebook © 2016. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com>. Acesso em: jul. 2016.

consumidores. Tais oficinas e palestras poderiam ocorrer num ônibus-escola, por exemplo, apresentando temas sobre consumo responsável, desperdício zero de alimentos, coleta seletiva, sacolas retornáveis e assuntos relacionados à saúde. Essa formação pode ser fruto de uma parceria entre IES, EMATER e Prefeitura, que além de ter um cunho educativo passa a ser um atrativo a mais nas feiras. Além de palestras e oficinas, outras atividades podem ser agregadas, como as “artísticas, corporais e culturais envolvendo dança, música, brincadeiras, teatro etc. Essa prática permite a união entre consumidores e produtores, tornando a feira um evento de interesse do público consumidor” (INSTITUTO KAIROS, BADUE, GOMES, 2011, p. 37).

No Quadro 10 muitas potencialidades foram identificadas nos empreendimentos de feiras livres. A primeira delas é a diversificação produtiva, notada em todas as feiras livres do município, destacando os produtos agroindustriais e artesanato, que tem ótima aceitação do público e se tornam mais uma opção de compra para os consumidores e para os feirantes produtores é uma garantia de renda e fortalecimento de seu espaço.

O segundo fator em potencial é a fidelização do cliente que, segundo Rissato (2004, p. 37), é uma “estratégia utilizada para aumentar os lucros, não basta conquistá-los, é preciso mantê-los”. Para Rocha (2004, p. 65), a “melhor estratégia para que uma empresa aumente seus lucros é fidelizar seus clientes, pois quando as pessoas estão satisfeitas, elas não mudam de empresa e ainda indicam para suas famílias e conhecidos”. A fidelização dos consumidores de feiras está associada a vários aspectos, entre eles destacam-se:

- a venda direta, “uma vantagem que as feiras possuem é o atendimento personalizado” (KINJO; IKEDA, 2005, p. 17).

- os produtos de qualidade. Conforme Caxito (2008, p. 37), “a qualidade deixou de ser um diferenciador de um produto em relação ao outro e passou a ser um requisito básico para que o produto concorra no mercado”.

- a sociabilidade, segundo Silva e Oliveira (2015, p. 61) “tanto o feirante como o freguês denotam uma preocupação pelo outro” [...] “na feira há diferentes

> etnias, sexo e idades, e todos parecem pertencer a um mesmo círculo de indivíduos quando ali estão".

Outro fator, que vale destacar é a persistência do feirante, que, apesar de tantas dificuldades e falta de apoio e assistência governamental, se apropriam do território, mediante seu uso e controle do espaço, destinado à feira (MEDEIROS, 2009).

Para complementar, outros fatores em potenciais podem ser destacados, como o desenvolvimento de produção própria de alimentos por um número significativo de feirantes, isso se deve ao fato dos feirantes possuírem propriedade rural e por contarem com a mão de obra familiar.

Além disso, pode-se conferir fatores que possam afetar na sustentabilidade das feiras, sendo esses fatores diretamente relacionados com o poder público, evidenciados pelos feirantes e pelos técnicos da EMATER entrevistados, são eles:

- a falta de estrutura e qualidade das estradas rurais, necessitando de constantes reparos, principalmente, em dias chuvosos é frequente os alagamentos e atolamentos de veículos, dificultando o escoamento da produção, o transporte escolar e a operação das linhas de ônibus dos nove distritos do município;

- a falta de incentivos às feiras livres é outra problemática, constatando não haver nenhuma política, projeto ou ação governamental que promova e revitalize as feiras livres do município;

- a falta de segurança, que, infelizmente, só se agrava por falta de medidas concretas e sólidas para este setor. Deve-se considerar que os feirantes estão com toda a sua mercadoria exposta na rua e se deslocam muito cedo de sua residência para feira, estando, no entanto, vulneráveis à violência de rua.

Outro fator que pode comprometer a feira livre são as intempéries climáticas, que podem interferir tanto na comercialização do produto, como na produção, levando à perda parcial ou total, dependendo do caso.

A perda dos produtos não é resultado apenas das mudanças climáticas, mas também, resultado do “excesso de produtos na bancada, do excessivo manuseio do consumidor, das condições ambientais do estabelecimento e também da falta de treinamento do pessoal envolvido nos processos” ((LANA et al., 2002; RANGEL et al., 2003; LOURENZANI; SILVA, 2004) apud (TOFANELLI et al., 2009, p. 334)). Nesse contexto, sinaliza-se a necessidade de ações educativas que esclareçam e sensibilizem as pessoas no cuidado que devam ter com os produtos, para evitar sua perda. De acordo com o Instituto Kairos, Badue e Gomes (2011, p. 25) “para um produto vir da área de produção até a feira, é preciso fazer o planejamento, a implementação e o controle de seu processo de transporte e armazenagem, distribuição, comercialização e consumo”.

Entre outras barreiras estão à falta de sucessão familiar e o êxodo rural. A sucessão familiar é um grande desafio para a maioria das famílias produtoras. Para Lima e Silva (2011) a educação do campo aparece como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável, devendo a escola “oferecer aos alunos conhecimentos e tecnologias, permitindo-os reinventar as formas de viver e produzir no campo, garantido sustentabilidade e qualidade de vida” (LIMA; SILVA, 2011, p. 11).

Ao lado da educação do campo, outros incentivos podem ser direcionados para a juventude rural. De acordo com Galindo (2014, p. 127-130), deve haver políticas públicas com as seguintes pautas:

> i) acesso à terra e ao trabalho – como meio de valorização e fortalecimento da juventude da agricultura familiar, estabelecendo conexões com os aspectos do crédito, da assistência técnica, da comercialização e da geração de renda, da capacitação para organização produtiva e para o fomento à agroecologia;
> ii) educação – As demandas apontadas versam sobre maior investimento público, no sentido de: aumentar o número de escolas do campo, garantindo maior e melhor oferta de ensino em todos os níveis educacionais, especialmente superior; qualificar e ampliar o orçamento dos programas voltados à educação do campo; promover ações que tornem o currículo das escolas do campo comprometido com o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.
> iii) cultura, esporte e tecnologias da informação e comunicação – se refere na garantia de acesso a bibliotecas, espaços de vivência esportiva, cineteatro, banda larga, meios de comunicação populares e produção cultural, é tida como meios e geradores de condições para promoção da cidadania e do desenvolvimento territorial, com justiça e Sustentabilidade;
> iv) participação – instituir a gestão participativa no âmbito de programas e políticas de juventude rural, além de requerer o fortalecimento e a ampliação da capacidade deliberativa de instâncias de monitoramento e controle social, como é o caso do Comitê Permanente de Juventude do

> CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) (GALINDO, 2014, p. 127-130).

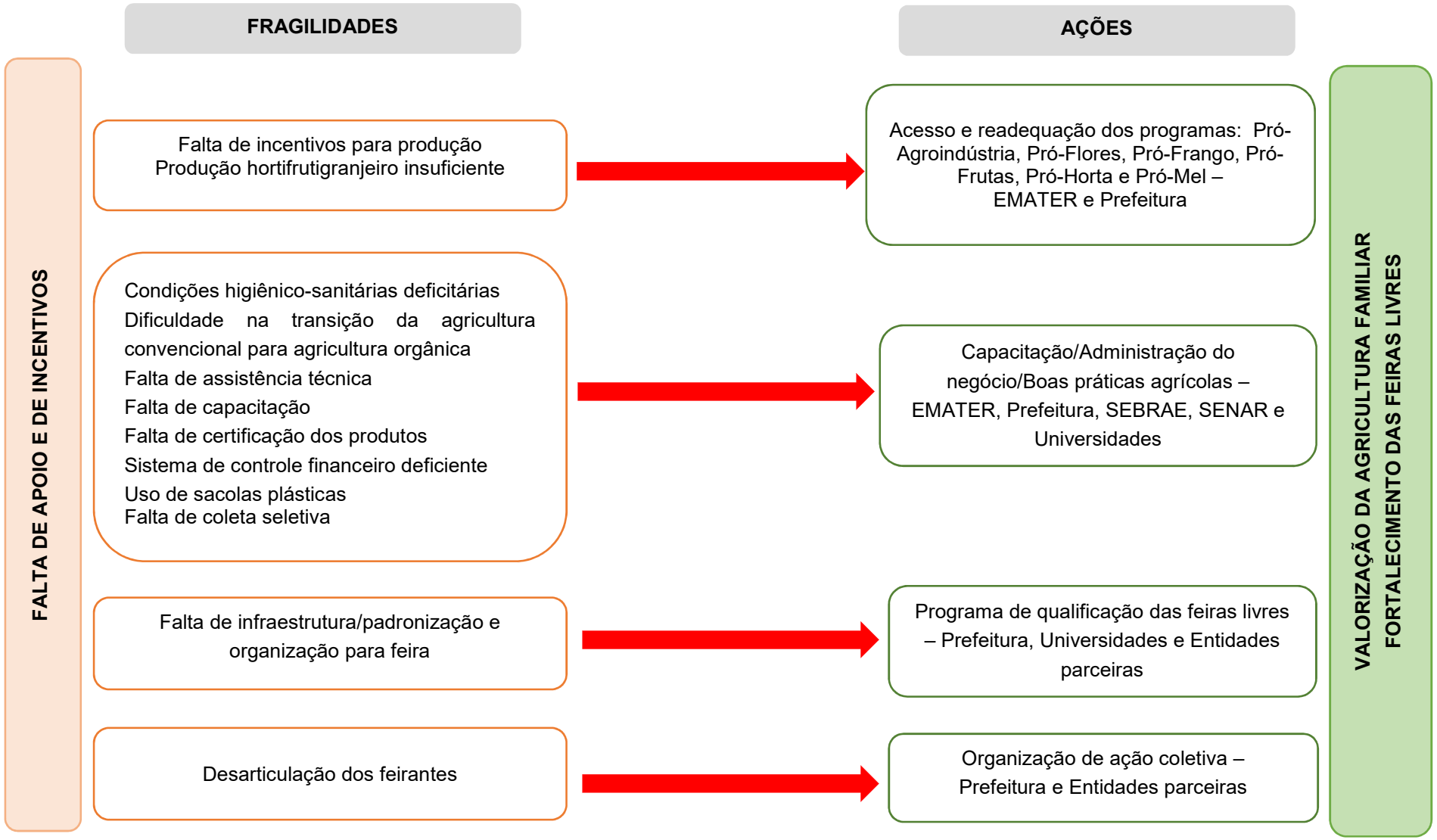
Já Kipper et al. (2016) sugerem que o sucessor mantenha um debate a respeito da sucessão sempre em pauta com seus herdeiros, buscando identificar habilidades e propor atividades específicas, para que, assim, possam se habituar e evitar possíveis diferenças que causem danos ao empreendimento. Junto a isso, é interessante que os sucedidos busquem uma qualificação acadêmica que venha ao encontro das atividades que irão assumir no empreendimento e, se possível, todos os estágios obrigatórios do curso de graduação sejam realizados em outros empreendimentos que não o da família. Isso possibilita a aquisição de um conhecimento externo que pode favorecer e revitalizar o empreendimento familiar com novas ideias/práticas, na intenção de manter e maximizar resultados.

O desinteresse do jovem pela vida do campo pode ser um dos reflexos do êxodo rural, conforme Dorneles e Hillesheim (2014), isso pode ser fruto do incentivo feito pelos próprios pais, por pensarem que os filhos terão melhor qualidade de vida na zona urbana, sendo profissionais assalariados ou por causa do próprio sistema patriarcal, que não dá oportunidade ao jovem no meio rural. Segundo os autores supracitados, outros fatores podem estar induzindo o abandono pela atividade do campo, que são

> o sonho de que a aposentadoria vai garantir uma vida mais digna no meio urbano; problemas de saúde causados pela penosidade do trabalho manual e pelo uso de pesticidas agrícolas sem equipamento de proteção adequado; assistência técnica insuficiente; medo da transição; descapitalização; regras impostas pelas instituições governamentais e não governamentais, causando a exclusão social; receio de investir; preço baixo do produto; produto sem regulamentação econômica; poucas opções de entrega do produto e falta de garantia por parte das empresas de recolhimento com relação ao recebimento do valor referente ao produto entregue (DORNELES; HILLESHEIM, 2014, p. 138).

A seguir, a Figura 19 apresenta um resumo das ações sugeridas, que podem reverter as fragilidades assinaladas dos empreendimentos de feiras livres.

Figura 19 – Ações para reverter as fragilidades dos empreendimentos de feiras livres



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Para finalizar este capítulo, para analisar os empreendimentos de feiras livres do município de Santa Maria, não basta considerar somente os aspectos econômicos. É relevante tomar conhecimento dos aspectos sociais e ambientais. Na ótica de Elkington (2004), o equilíbrio dinâmico entre as três dimensões (econômica, social e ambiental), poderá ser alcançado quando a organização considerar a integração efetiva destes pilares na sua estratégia e na sua ação, já que a construção da sustentabilidade é um desafio que só pode ser enfrentado de maneira integrada e com o efetivo engajamento de todos os atores envolvidos.

O resultado obtido neste estudo evidenciou a necessidade de apoio e de incentivos à produção desenvolvida pelos feirantes, como para o fortalecimento das feiras livres e valorização da agricultura familiar. Embora a SMDR diga que há recursos predestinados para tal, ao conferir o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria de 2014 a 2030, não se encontra nenhuma proposta para qualificação das feiras livres, e sim para qualificar o Feirão Colonial, que é um evento organizado pela Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (COOESPERANÇA), vinculada ao Projeto Esperança, que tem como princípio a Economia Solidária (ADESM, 2013).

Além disso, o programa intitulado “Redes”, da SMDR, incentiva os produtores rurais a aumentar sua produção, visando atender as redes de supermercado, ou seja, destinando para um único canal de distribuição de alimentos (SANTA MARIA, SMDR, 2015).

Nesse sentido, o que parece é que as feiras livres ainda não são vistas pelo poder público como canais potenciais de comercialização, entretanto, elas muito contribuem e podem contribuir ainda mais para a segurança alimentar, para geração de emprego, renda e economia do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras livres são importantes espaços não só por serem um ponto de venda dos mais variados tipos de alimentos (em sua maioria, os *in natura*), mas também, pela sua representação social e por remeterem ao imaginário, à tradição e à cultura, configurando a identidade de um lugar e de uma sociedade.

Em virtude de sua relevância socioeconômica, as feiras livres necessitam de apoio, precisamente de ações que visam fortalecer sua atuação, visto que são nichos mercadológicos diferenciados dos demais estabelecimentos comerciais.

Seu diferencial reside na venda direta, na possibilidade de o consumidor estar em contato com o feirante produtor e de se apropriar de maiores detalhes sobre o alimento produzido e, assim, estabelecer um elo de confiança e amizade.

As feiras livres desempenham um importante papel para a economia local e para a reprodução social. Percebe-se, com esta pesquisa, o empenho dos feirantes, principalmente, os que são produtores, que muito se dedicam, se sacrificam, com muito trabalho e esforço buscam manter a atividade produtiva e a oferta de produtos.

As feiras livres, alvo de análise desta pesquisa, possibilitaram, por meio da compreensão de fatores endógenos e exógenos, compreender a gestão e organização desses espaços, como também, detectar problemáticas que possam interferir na sua sustentabilidade.

O objetivo geral deste estudo foi apontar ações que possibilitem a sustentabilidade dos empreendimentos gerenciados pelos feirantes. E, para tal, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

O primeiro deles é de caracterizar os empreendimentos de feiras livres, sob os aspectos social, econômico e ambiental. Iniciando pelo perfil dos feirantes, pode-se descrever que, majoritariamente, apresentam as seguintes características: estão atuando na feira livre pelo fato dessa atividade ter sido, naturalmente, herdada de seus pais; atuam nessa atividade há mais de 20 anos; são residentes de um dos distritos de Santa Maria/RS; o sexo masculino é predominante entre eles e possuem baixa formação escolar, com ensino fundamental incompleto.

No que tange aos aspectos sociais, verificou-se a falta de capacitação dos feirantes, a falta de assistência técnica, a falta de interesse do jovem pelas atividades do campo, a falta de articulação entre os feirantes e, por essa razão, não há uma organização de ação coletiva (associação ou cooperativa) e, por último, a dificuldade de acesso aos programas de incentivo à produção, disponibilizados pela prefeitura.

Quanto aos aspectos ambientais, a pesquisa aponta que os feirantes produtores mantêm o sistema de cultivo convencional, pois não há um programa de transição para agricultura orgânica. Também, observou-se a falta de atendimento às normas de higiene-sanitárias, além do uso de sacolas plásticas e a necessidade de aprimorar a coleta seletiva.

Dos aspectos econômicos, destaca-se que, majoritariamente, para os feirantes, a feira livre é a principal atividade econômica. Eles comercializam seus produtos exclusivamente para a feira, realizam sua própria produção, possuem propriedade rural e buscam diversificar seus produtos como método de agregar valor e gerar fonte de renda. Além disso, verificou-se que eles não fazem um efetivo controle financeiro, uma vez não possuem conhecimento mais aprofundado do que envolve a gestão financeira de um empreendimento.

O segundo objetivo específico foi descrever o papel e as ações do poder público para a agricultura familiar e para as feiras livres. O estudo revelou que, apesar do município de Santa Maria ter o setor terciário como sua força motriz da

atividade econômica, há uma expressiva área rural e um solo fértil e favorável para produção de diversas culturas, desvelando um grande potencial para produção primária. Mesmo com todas essas condições, o município necessita adquirir produtos hortifrutigranjeiros, bancando um alto preço para poder atender a sua demanda consumidora.

Sabe-se o quanto a produção primária pode ser desenvolvida, como também, sabe-se da necessidade desta, de ser ampliada. Haja vista, os vários programas implementados pelo poder público, como Pró-Agroindústria, Pró-Calcário, Pró-Cria, Pró-Flores, Pró-Floresta, Pró-Frango, Pró-Frutas, Pró-Horta, Pró-Leite, Pró-Mel, Pró-Oliveira, Pró-Ovino, Pró-Peixe e Redes, com a intenção de alavancar este setor e melhorar a qualidade de vida da família produtora.

Em adição a esses programas, a Prefeitura desenvolveu dois projetos: a construção de poços artesianos, de redes de distribuição e de cisternas e a construção de micro açudes e tanques para piscicultura. A Prefeitura também instituiu o fundo rotativo, lançou o selo de certificação “sabor do coração” e promove, atualmente, dois eventos de grande porte – Feira dos Distritos e Pátio Rural.

Para as feiras livres, especificamente, o poder público possui um projeto futuro que é construir um terminal de comercialização, para que os feirantes possam ter melhores condições de trabalho e uma infraestrutura mais equipada e qualificada para melhor atender seus clientes.

O terceiro objetivo específico desta tese foi relatar a percepção dos consumidores sobre a feira livre. O estudo desvela a preponderância de consumidores que vão às feiras, semanalmente; que frequentam as feiras há mais de 10 anos, que possuem preferência de bancas devido ao atendimento, e dizem não se importar de pagar um valor maior por um produto, pela certeza da qualidade e procedência do alimento. No que se refere à melhoria das feiras, percebe-se um foco na infraestrutura, pois os relatos dos consumidores apontam a fragilidade e o improviso das bancas e, principalmente, a ausência de lixeiras, a falta de banheiros químicos e a falta de acesso à água.

O quarto objetivo específico tratou de identificar as dificuldades e as potencialidades dos empreendimentos de feiras livres. As potencialidades estão

mais vinculadas à dimensão econômica, como a demanda existente de consumo, a diversificação de alimentos e a importância que as feiras livres representam para a vida social e econômica dos feirantes. Quanto às dificuldades/fragilidades, estão mais relacionadas a duas dimensões, social e ambiental. Do aspecto social assinala-se a falta de infraestrutura/padronização e organização da feira, a falta de capacitação dos feirantes, a falta de assistência técnica, a falta de preparação e incentivos para sucessão familiar e a desarticulação entre os feirantes. Vale ressaltar que estes programas, oferecidos pela Prefeitura, não são disponibilizados como forma de financiamento, e sim, como investimentos aos agricultores familiares, havendo apenas, como contrapartida, o comprometimento do produtor em efetivar a produção e de participar de todo o programa de capacitação determinado pela diretriz de cada programa.

Com relação ao aspecto ambiental, ressalta-se a dificuldade de mudar o sistema de cultivo, pois o que se predomina entre os produtores feirantes é o uso de insumos químicos e, somado a isso, os agricultores não cumprem as normas de higiênico-sanitárias, desvelando a falta de informação e a falta de supervisão e de acompanhamento por parte dos órgãos públicos.

A problemática descrita é preocupante e pode comprometer a sustentabilidade dos negócios e da feira livre propriamente dita. Essa premissa foi constatada pelos próprios feirantes, ao relatarem que muitos colegas de profissão saíram da feira para migrar para outro espaço de mercado, justamente para garantir seu espaço e renda. Segundo os relatos, percebe-se que os feirantes não vislumbram perspectivas de melhorias, pois afirmam que a “*feira livre vai acabar, está com os dias contados*”.

Tendo em vista o valor das feiras livres para os feirantes e para os consumidores, entende-se que esses espaços, assim como a produção desenvolvida pelos feirantes produtores, necessitam de incentivos que promovam os seus fortalecimentos e apoio que possibilitem as suas continuidades.

Por esta razão, maiores investimentos e ações políticas podem dar oportunidade ao feirante de melhorar o gerenciamento de seu empreendimento, bem como de alavancar sua produção, revigorando as feiras de rua.

Em síntese, o objetivo principal da tese foi atendido: apontar ações que possibilitem a sustentabilidade dos empreendimentos gerenciados pelos feirantes. Cita-se, como sugestão, um conjunto de ações, que são:

- Acesso aos programas da SMDR e readequação dos mesmos, sugere-se, então, uma revisão da cláusula desses programas que limita o acesso dos feirantes, visto que 62% destes não atendem ao critério de acesso por não pertencerem a nenhum tipo de organização coletiva.

- Articulação entre os feirantes, no sentido de não somente constituir uma associação ou cooperativa, uma decisão que cabe unicamente a eles, mas também no sentido de reconhecer a importância dessa articulação, que pode transcender a questão econômica, sobretudo, social. Dessa forma, estes trabalhadores (feirantes) serão vistos como grupo e terão a noção do valor do seu trabalho e do que representam para a sociedade e desenvolvimento local.

- Profissionalização dos feirantes por meio de uma parceria entre Prefeitura, Universidades e EMATER que possibilitaria uma estruturação de um programa que prestasse consultoria de como melhor gerenciar seu negócio, fomentando o empreendedorismo desse setor.

- Boas práticas agrícolas, de igual maneira, uma parceria entre entidades como EMATER, SENAR, Prefeitura e Universidades poderia ofertar um programa que tratasse sobre sistema de cultivo orgânico, gestão de resíduos, rotação de culturas, segurança do trabalho e outros temas e orientações técnicas que julgarem ser pertinentes para aprimoramento da produção.

- Qualificação das feiras livres, é necessário um programa que busque melhor organização e padronização das feiras. A proposta é de implementar um programa que promova uma maior divulgação das feiras pelas redes sociais, pelas mídias digitais e/ou impressas. É importante, também, que esse setor seja inserido nas pesquisas de preços de alimentos, visto que é um local onde se vendem produtos alimentícios; outra iniciativa que caberia é de proporcionar nas feiras, eventualmente, palestras e oficinas. Portanto, nesse programa deverão constar ações que estejam ancoradas nos seguintes eixos: infraestrutura, comunicação e formação.

As ações supracitadas não têm caráter determinista, mas buscam serem caminhos que condicione a sustentabilidade dos empreendimentos, estendendo-se às feiras livres.

Tais medidas podem proporcionar aos feirantes o que eles tanto desejam – apoio, reconhecimento da agricultura familiar e valorização das feiras livres. Aos consumidores, a garantia da permanência das feiras, já que são lugares revestidos de simbologias e de opções de compra de alimentos de valor agregado, como os *in natura* e os artesanais.

Portanto, para trabalhos futuros, sugere-se que as feiras livres sejam analisadas, periodicamente, sob a perspectiva de fatores endógenos e fatores exógenos como desenvolvido neste estudo. Que essa forma de análise seja testada em outras feiras livres e, dependendo do caso e do local onde estão inseridas, pode ser ampliado o número de variáveis para cada fator, na intenção de aprimorar essa metodologia.

Em adição, sugere-se a verificação da eficácia das ações propostas, averiguando, na prática, se os empreendimentos de feiras livres obtiveram melhorias em sua gestão, em suas condições de produção/trabalho e de atendimento ao público.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar:** desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA - ADESM. **Plano Estratégico de Desenvolvimento de Santa Maria 2014 – 2030**. 2013. Disponível em:<http://adesm.org.br/wpcontent/uploads/2013/10/Doc_Base_Plano_Estrategico_de_Desenvolvimento_SM.29.10.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

_____. **Santa Maria em Dados**. 2015. Disponível em: <http://santamariaemdados.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2016.

ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, n. 1 (ano 31), p. 31-53, jan./jun. 2007.

ALMEIDA, S. G. de; CORDEIRO, A; PETERSEN, P. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Mimeo. Rio de Janeiro, 50 p., 1996.

ALMEIDA, S. P. N. C. **Fazendo a Feira**: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da feira livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

ALMEIDA, W. F. Trabalho agrícola e sua relação com saúde/doença. In: **Patologia do Trabalho** (R. Mendes, org.). Rio de Janeiro: Editora Atheneu, p. 487-516, 1995.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.

AMADOR, M.B.M. Pequena Produção/Pequena Pecuária: uma abordagem sistêmica. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.4, n. 7, p. 167-184, fev. 2009. Disponível em < http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>. Acesso em: 27 set. 2016.

AMBRÓSIO, A.P. A pluriatividade e a reestruturação produtiva: transformações no meio rural da região do "circuito das águas paulista". **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. v.1, n.1. Araraquara: Unesp, p.1-4, 2008.

AMERICAN DIETETIC ASSOCIATION - ADA. Functional foods – Position of ADA. J. Am. **Dietetic Association**, v. 99, p. 1278-1285, 1999.

ANDRADE, Edelaine Cristina de. **Análise de uma proposta aplicada em sala de aula sobre geometria com foco na demonstração**. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

ANGLADE, J. **Agriculture durable et écologie**: les indicateurs de durabilitè de la IDEA. Mèmorie de maîtrese de biologie dês organismes à L'Université d'Orsay (Paris-Sud XI), 1999.

ANSOFF, H. I; MCDONNELL, E. J. **Implantando a administração estratégica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 590p., 1993.

ANTONIO, N. S. **Estratégia organizacional:** sua evolução nos últimos 50 anos. Instituto para o desenvolvimento da gestão empresarial. São Paulo: ISCTE/Indeg, 2002.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSOCIAÇAO DOS MUNICIPIOS DA MICROREGIAO DO VALE DO PARANAÍBA - AMVAP. **Uberlândia busca parceria com o SEBRAE para promover capacitação de feirantes**. 2014. Disponível em: <http://www.amvapmg.org.br/1/uberlandia-busca-parceria-com-o-sebrae-para-promover-capacitacao-de-feirantes/>. Acesso em: 10 out. 2016.

AVNER, Úrsula. **O canto do feirante**. 2009. Disponível em: <http://poesiasinfantisdeursulaavner.blogspot.com.br/2009/11/o-canto-do-feirante.html>. Acesso em: 07 jul. 2016.

AYRES, R.U. Sustainability economics: Where do we stand? **Ecological Economics**, v.67, n.2, p.281-310, 2008.

AZEVEDO, F. F.; QUEIROZ, T. A. N. As Feiras Livres e suas (Contra)Racionalidades: Periodização e Tendências a partir de Natal-RN-Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. v**ol. XVIII, nº 1009, 2013. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1009.htm#_edn13>. Acesso em: 22 ago. 2016.

AZEVEDO, P. F.; FAULIN, E. J. Comercialização na agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: Edufscar, 2005.

BACHA, M. L.; SANTOS, J.; SCHAUN, A. **Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade**. 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BALSAN, R. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: < http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/archive.php>. Acesso em: 04 maio 2014.

BANERJEE, S. B. Organisational strategies for sustainable development: developing a research agenda for the new Millennium. **Australian Journal of Management**. v. 27, Special Issue, 2002.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**. 4ª ed., nº 4, vol. 1, Jan./Jun., p. 1-11, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

_____. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal. Edições 70, LDA, 2009.

BARQUERO, Antonio V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2001.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v.43, n.2, abr/jun., p.225-247, 2005.

BARTELMUS, P. Dematerialization and capital maintenance: two sides of the sustainability coin. **Ecological Economics**, v.46, n.1, p.61-81, 2003.

BATALHA, M. O.; BUAINAIM, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER. v.1, 2004, Cuiabá, MT. **Anais**... Cuiabá: SOBER, 2004.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. In: CAMARGO, Gisele; CAMARGO FILHO, Maurício; FÁVARO, Jorge Luiz (Org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar.** Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

BENSO, A.; ALLEBRANDT, S. L. Territórios da Cidadania em Ação: Análise dos processos de Comunicação em Práticas de Gestão Social no Território da Cidadania Noroeste Colonial. In: VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional. 2013, Santa Cruz do Sul, RS. **Anais**... Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. VI. p. 1-20, 2013.

BERGAMIM, S. J.; HEMPE, C. Método Indutivo. In: XVI Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2011, Cruz Alta, RS. **Anais**... Cruz Alta, 2011.

Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/seminario/artigos/humanas/M%C3%89TODO%20INDUTIVO.pdf >. Acesso em: 15 jul 2016.

BERNARDINO, V. M. P. **A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR-Brasil) e de Leiria (Portugal)**: a resistência do setor no contexto do capitalismo global. 2015. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

BERNARDO, K. de T. **Análise do êxito dos sistemas estaduais de gestão de reservas legais com foco no mecanismo de compensação**. 2010. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Carlos, São Carlos, 2010.

BERTÉ, R. **Agricultura Familiar e os desafios da sustentabilidade econômica e ambiental**. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/agricultura-familiar-e-os-desafios-da-sustentabilidade-economica-e-ambiental-eangjl4y825ck6wk2tldvyi4u;jsessionid=7B02A4EA108D237EEBF04250E73953FD>. Acesso 03 set. 2016.

BERTUZZI, Idelmar. **Produtores rurais orgânicos de Antônio Prado e Ipê, Rio Grande do Sul**: analisando condições de sustentabilidade. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2012.

BOFF. L. **Sustentabilidade**: tentativa de definição. 2012. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BOUCINHA, H. **Seminário aponta crescimento da Agroecologia em Santiago**. 2016. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=24415#.WTWJzPn1C70>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BRANDEMBURG, A. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. XIII, nº 2, p. 417-428, 2010.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível e <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm.>. Acesso em: 28 jul. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.redejucara.org.br/legislacao/lei_10831_2003.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL**. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 22 jan. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696 de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 out. 2011b.

BRASIL. **Lei nº.12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em 28 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Resolução RDC n° 216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em: <www.anvisa.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Feiras Livres da Agricultura Familiar**: Roteiro de Implantação. 2007. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/feirasemercados/arquivos/feiras-livres-da-agricultura-familiar-roteiro-de-implantacao.pdf/view>. Acesso em: 02 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Edital nº 11/08** - Unidades Familiares de Produção Agroecológica Sustentável. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008. Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 22 set. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**. 1992. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em: 21 set. 2014.

BUAINAIN, A. M. **Transformações Estruturais Transformações Estruturais na Agricultura e Políticas de na Agricultura e Políticas de Comercialização**. 2006. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/nupin/antonio_marcio_buainain_100206_manha.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

CANCELIER, J. W.; CONCEIÇÃO, L.; PRADO, D. A. O turismo rural na rota gastronômica de Santa Maria - Silveira Martins: Região Central do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.9, n.21, set./dez., p.95-114, 2015.

CANUTO, J. C. Dimensão socioambiental da agricultura sustentável. In: **O desafio da agricultura sustentável**: alternativas viáveis para o Sul da Bahia (E-book). Organizado por Mariella Camardelli Uzêda – Ilheus: Editus – Editora da UESC, 2004.

CARMO. M. S. Agricultura sustentável: uma necessidade para o desenvolvimento. In: **O desafio da agricultura sustentável**: alternativas viáveis para o Sul da Bahia (E-book). Organizado por Mariella Camardelli Uzêda – Ilheus: Editus – Editora da UESC, 2004.

_____. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela D. D., BRANDENBURG, Alfio (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: ed. UFPR, 1998.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD. 230p., 2003.

CARNEIRO NETO, José A.; ANDRADE, Eunice M.; ROSA, Morsyleide F.; MOTA, Francisco S. B.; LOPES, José F. B. Índice de Sustentabilidade Agroambiental para o Perímetro Irrigado Ayres de Souza. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 32, n. 4, p.1272-1279, 2008.

CARVALHO, A.; DAVID, C. Realidades e Tendências do Campo em Santa Maria – RS: Territorialidades Rurais e a definição de Políticas Públicas. In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2009, São Paulo, SP. **Anais**... São Paulo, p. 1-23, 2009.

CARVALHO, T. **Feiras livres da agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <http://agrario.mg.gov.br/feiras-livres-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 09 jul. 2016.

CASSOL, K. P.; ZANON, J. S.; CONTI, V.; WIZNIEWSKY, C. R. F. Cooperativa Cooesperança/Projeto Esperança, Santa Maria, RS: uma estratégia de permanência no meio rural. In: XXI ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária -Territórios em Disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileira. 2012, Uberlândia, MG. **Anais**... Uberlândia, 2012.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2003.

CAXITO, Fabiano de Andrade. **Produção**: Fundamentos e Processos. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CHEMIN, B. F. **Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos**. 2ª ed. rev. e atual. Lajeado: Univates, 2012.

CHIAVENATO, I. **Princípios da administração**: o essencial da teoria geral da administração. 2ª edição revisada e atualizada. Edição digital, julho de 2013.

CHRISTEN, O. **Sustainable agriculture** – history, concept and consequences for research, education and extension. Berichte Uber Landwirtschaft, vol. 74, n. 1, 1996.

CIELO, D. P.; ZANINI, M. C. C. O Feirão Colonial como importante alternativa a pequenos produtores rurais da Região Central do estado do Rio Grande do Sul. In: **Somos todas mulheres iguais!** Estudos antropológicos sobre feira, gênero e campesinato (E-book). Organizado por Silvana Silva de Oliveira, Maria Rita Py Dutra e Maria Catarina Chitolina Zanini. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

COELHO, J. D. **Feiras livres de Cascavel e de Ocara: caracterização, análise da renda e das formas de governança dos feirantes**. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COELHO, O. M; PEREIRA, M. F. V. O circuito inferior da economia na área central de Uberlandia (MG): avaliação e caracterização. **Revista Geografia**. Londrina, v. 20, n. 1, p. 163-188, jan./abr. 2011.

COLLA, C.; STADUTO, J. A. R.; ROCHA JR, W. F.; RINALDI, R. N. A escolha da feira-livre como canal de distribuição para produtos da agricultura familiar de Cascavel/PR. In: XLV Congresso da SOBER. 2007, Londrina, PR. **Anais**... Londrina, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COSTA, M. Princípios da agricultura alternativa. In: 1º Simpósio de Agricultura Ecológica.1993, Campinas, SP. **Anais**.... Campinas: Cargil, p.1-16, 1993.

COUTINHO, E. P.; NEVES, H. C. N.; SILVA, E. M. G. ; NEVES, H. C. N. Feiras Livres do Brejo Paraibano: crise e perspectivas. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2006, Fortaleza, CE. **Anais**... Fortaleza, 2006.

DAL-FARRA, R. A. **Construção do conhecimento científico**. ULBRA: Canoas, 2015.

DAROLT, M. R. **As dimensões da sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba - PR. 2000. 310 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

DAYCHOUW, Merhi. **40 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento**. Brasport Editora, 2007.

DIDONET, M. O lixo pode ser um tesouro: um monte de novidades sobre um monte de lixo. **Livro do professor**, 8ª ed., Rio de Janeiro: CIMA, 1999.

DORNELES, J. L. B.; HILLESHEIM, L. P. O futuro do agricultor familiar na atividade leiteira no município de Entre-Ijuís/RS. In: **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**: [recurso eletrônico]. Produção acadêmica da Ascar / organizado por Décio Cotrim. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-Ascar, 2014.

DOVERS, S.R.; HANDMER, J.W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v.2, n.4, p.262-276, 1992.

DRAGONE, D. S. **Formas de Organização da Produção e Decisões de Terceirização na Citricultura.** 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.

DUARTE, V. M. N. **Pesquisas**: exploratória, descritiva e explicativa. 2012. Disponível em: <http://monografias.brasilescola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks**: The triple bottom line of 21st century business. Capstone: Oxford. 1997.

_____. **Enter the Triple Bottom Line**. 2004. Disponível em: <http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2012.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER/RS. Resumo de Atividades do ano de 2015. In: **Informe EMATER/RS** – Escritório Municipal de Santa Maria, 1.2, n. 11, 2015.

_____. **Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar**. 2016. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/gestao-sustentavel/>. Acesso em: 31 out. 2016.

_____. **Seminário aponta crescimento da agroecologia em Santiago**. 2016. Disponível em: <http://www.paginarural.com.br/noticia/229628/seminario-aponta-crescimento-da-agroecologia-em-santiago-destaca-emater>. Acesso: 16 jun. 2016.

ENCONTRO para orientar os feirantes da cidade. **Jornal A Razão**. Santa Maria, 14 abr. 2016.

ENDE, M. V.; FERREIRA, G. M. V.; ROSSÉS, G. F.; STECCA, J. P.; MADRUGA, L. R. R. G.; BARASUOL, A. Índices de Sustentabilidade de Projetos da Economia

Solidária: o caso Esperança/Coopesperança. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 45-60, 2012.

ESCOLA NACIONAL DE GESTÃO AGROPECUÁRIA - ENAGRO. **Glossário** – Capacitação. Disponível: <http://enagro.agricultura.gov.br/verificacao-de-conteudo/-/asset_publisher/7LuwsdtUm5Rb/content/glossario-capacitac-1;jsessionid=142C8324A97E67E05AC263A62D2D7375>. Acesso em: 28 set. 2016.

ESTIVAL. K.G.S.; BEHRMANN, D.G.M; BARBOSA, C.R.; CORRÊA, S.R.S.; ARIANI, M.A.P. Resistência dos mercados tradicionais: análise mercadológica da Feira do Malhado em Ilhéus (BA) sob as perspectivas dos consumidores. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.9, n.2, mai./jul., p.346-365, 2016.

ESTUDO mostra que o solo de Santa Maria é fértil para pelo menos 16 culturas. 2016. Disponível em: < http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/economia-politica/noticia/2016/01/estudo-mostra-que-o-solo-de-santa-maria-e-fertil-para-pelo-menos-16-culturas-4950269.html>. Acesso em: 11 jul. 2016.

FALEIRO, F. GLOBOECOLOGIA. **Revolução Verde foi um programa de Expansão da Produtividade Agrícola**. 2012. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2012/09/revolucao-verde-foi-um-programa-de-expansao-da-produtividade-agricola.html>. Acesso em: 27 ago. 2016.

FEIRAS livres resistem ao avanço das redes de supermercados. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, 23 ago. 2008. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/08/feiras-livres-resistem-ao-avanco-das-redes-de-supermercados-2137072.html>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FELIN, R. V.; MIORIN, V. M. F. **Ações em feiras livres do município de Santa Maria/RS**: O caso da feira da Rua Professor Teixeira. (Relatório de Pesquisa). Santa Maria: UFSM, 2006.

FERNANDES, B. M. Agronegócio nas Américas: O Mito do Desenvolvimento e a Resistência do Campesinato. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. 2005, São Paulo, SP. **Anais**... São Paulo, 2005.

FERNANDES, Cláudio. "25 de agosto – Dia do Feirante". **Brasil Escola**. 2016. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-feirante.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016.

FERREIRA, J. M. L; VIANA, J. H. M.; COSTA, A. M.; SOUSA, D. V.; FONTES, A. A. Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 33, n. 271, p. 12-25, 2012.

FLECK M. P. A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. **Revista Saúde Pública**, 34 (2): 178-83, 2000.

FOLLMANN, T. M.; CIPRANDI, O. Perfil dos consumidores agroecológicos da feira de Lages. **UDESC em Ação**, Santa Catarina, n. 1, 2007. Disponível em:

<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/udescemacao/article/viewFile/1685/1339>. Acesso em: 26 mai.2011.

FONSECA, L. P.; MADRUGA, L. R. R. G.; MAZZA, V. M. S.; TEIXEIRA, M. G.; STRECK, L. Cooperativismo e sustentabilidade: um estudo sobre a produção científica na base web of science**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. Santa Maria, n° 01, vol. 01, 1° sem., 2014.

FANCELLI, A. L. **Plantio Direto**. Piracicaba: Departamento de agricultura/ESALQ/USP, 1987.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Fundação de Economia e Estatística.** Porto Alegre, 2015. Disponível em <www.fee.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2016.

GALINDO, E. Em Pauta: Juventude Rural e Políticas Públicas. In: **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil** (E-book). Organizado por Marilda Aparecida de Menezes, Valmir Luiz Stropasolas e Sergio Botton Barcellos. Brasília: MDA, 2014.

GALLINA, L. S.; BORSÓI, A.; STANGA, P. Práticas alimentares de consumidores de feiras de hortifrutigranjeiros na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. In: I Congresso Virtual Brasileiro - Gestão, Educação e Promoção da Saúde. 2012, Brasília, DF. **Anais**... Brasília: Convibra, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 653p., 2001.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun., 1995.

GODOY, W. I. **As Feiras-Livres de Pelotas, RS**: Estudo sobre a Dimensão Sócio Econômica de um Sistema Local de Comercialização. 2005. 284 f. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto. Qualidade de Vida: identidades e indicadores. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de vida e atividade física**: explorando teorias e práticas. Barueri: Manole, p.03-25, 2004.

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G. DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A Importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus Estados. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e

Urbanos, 2007. **Anais** do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007.

GURAN, M. Linguagem fotográfica. In: GURAM, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, p. 15-22.,1992.

HAESBAERT, Rogério. Definindo Território para entender a Desterritorialização. In: HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à mutiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bretrand Brasil, 2 ed., 2006.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. **Administração Estratégica**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

HOFFMANN, R. et al. **Administração da empresa agrícola.** 7° ed. São Paulo: Pioneira,1992.

HORBACH, J. **Indicator systems for sustainable innovation**. Physica-Verlag, 1ª ed., 213p., 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em: 29 ago. 2014.

_____. **Censo Demográfico.** Santa Maria (RS), 2010. Disponível em: < http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 jul. 2016.

INSTITUTO KAIRÓS; BADUE, A. F. B.; GOMES, F. F. F. **Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras**. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Kit para feiras incentiva produção entre assentados de Júlio de Castilhos (RS)**. 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/kit-para-feiras-incentiva-producao-entre-assentados-de-julio-de-castilhos-rs>. Acesso em: 10 out. 2016.

IZQUIERDO, J.; FAZZONE, M. R.; DURAN, M. **Manual de práticas agrícolas para a agricultura familiar**. São Paulo: FAO, 2007.

JACQUES, V. **Shopping Independência completa um ano de funcionamento com programação voltada à comunidade**. 2011. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/acao/noticias/1952-shopping-independencia-completa-um-ano-de-funcionamento-com-programacao-voltada-a-comunidade>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **Produtos coloniais, artesanato e hortifrutigranjeiros: domingo é dia de feira no Monet Plaza Shopping**. 2016. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/12538-produtos-coloniais-artesanato-e-hortifrutigranjeirosdomingo-e-dia-de-feira-no-monet-plaza-shopping>. Acesso em: 12 ago. 2016.

JESUS, C. S.; BRITO, T. A. Estudo dos Acidentes de Trabalho no Meio Rural: Análise dos Processos e Condições de Trabalho. **Revista Saúde.Com**, 5(2), p. 141-146, 2009.

KINJO, T.; IKEDA, A. A. Comportamento do consumidor em feiras livres. In: XLIII Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. v. 1, 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais**... Ribeirão Preto: SOBER, p. 1-16, 2005.

KIPPER, T. E.; MARTINS, S. N.; BARDEN, J. E.; BRAIDO, G. M. Sugestões para o Processo Sucessório de uma Empresa Familiar localizada na Cidade de Lajeado/RS. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 8, n. 1, p. 6-20, 2016.

KLERING, L. R.; SCHRÖEDER, C. S. Políticas e estratégias públicas municipais: novos desafios e perspectivas para o desenvolvimento local. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 144 - 160, mai/ago. 2008.

LAZZARINI, S. G.; MACHADO FILHO, C. A. P. Os limites da agregação de valor: implicações estratégicas para o agribusiness. **Revista Preços Agrícolas**, Piracicaba, p. 15-20, abr., 1997.

LEHTONEN, M. The environmental social interface of sustainable development: capabilities, social capital, institutions. **Ecological Economics**, v.49, n.2, p.199-214, 2004.

LIMA, C. M. G. L.; DUPAS, G.; OLIVEIRA, I.; KAKEHASHI, S. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 4, n.1, p. 21-30, 1996.

LIMA, E. S.; SILVA, M. S. P. Currículo das escolas do campo: perspectivas de rupturas e inovação. In: LIMA, E. S.; SILVA, A. M. **Diálogos sobre Educação do Campo**.Teresina: EDUFPI, 2011. Disponível em: <http://educacaonosemiarido.xpg.uol.com.br/Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20e%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf.>. Acesso em: 05 ago. 2016.

LOPES, K.; WIZNIEWSKY, C. R. F. Economia Solidária: o Caso dos Agricultores Familiares Associados a Cooesperança, Santa Maria, RS. In: 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa. 2008, São Paulo, SP. **Anais**... São Paulo, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAROUELLI, Rodrigo P. **O Desenvolvimento Sustentável da Agricultura no Cerrado Brasileiro**. 2003. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso em Gestão Sustentável, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2003.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.424-438, 2000.

MARSDEN, Terry. Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. In: HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. **Qualities of food**. New York: Palgrave, p. 129-155, 2004.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 4, p. 72-87, ago. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=atelie&page=article&op=view&path[]=4710&path[]=3971>. Acesso em: 14 fev. 2016.

MATOS, J. G. R.; MATOS, R. M. B.; ALMEIDA, J. R. **Análise do Ambiente Corporativo**: do caos organizado ao planejamento. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. Ed. Atlas. 1996.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2006.

MEDEIROS, J. F. S. As Feira Livres em Belém (PA): Possibilidades e Perspectivas de (Re)Apropriação do Território na/da Cidade. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina - EGAL. 2009, Montevideo, Uruguai. **Anais**... Montevideo, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/250.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

MELCHOR, P. **Parecer Jurídico**. Núcleo de Informações. SEBRAE-SP. Revisado, 2000.

MELICZEK, Hans. A política da FAO para a promoção da agricultura familiar. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n.2, p. 45-66, maio/ago. 2003.

MELO, L. E. L. de; CÂNDIDO, G. A. O Uso do Método IDEA na Avaliação de Sustentabilidade da Agricultura Familiar no Município de Ceará-Mirim – RN. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. vol.3, nº 2, maio/ago., p. 1-19, 2013.

MENASCHE, Renata. Risco à Mesa: Alimentos Transgênicos, No Meu Prato Não? **Campos**: Revista de Antropologia Social. Curitiba, v. 5, n.1, p. 111-129, 2004.

MENEZES, V. P. L. **As feiras livres em Fortaleza - retrato da polissemia urbana**. 2005. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

MENEZES, E. J. C.; SANTOS, S. A. Fatores condicionantes ao crescimento empresarial: uma contribuição para a gestão do processo. **Revista de Administração** (FEA-USP), São Paulo, v. 32, nº 2, p. 23-35, 1997.

MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

MINNAERT, A. C. S. T. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Organizado por Maria do Carmo Soares de Freitas, Gardênia Abreu Vieira Fontes e Nilce de Oliveira – Salvador: EDUFBA, 2008.

MITCHELL, G. **Problems and fundamentals of sustainable development indicators**. 1996.

MODESTO, A. P. C.; CORTEZ, M. L. C. V. B. **Proposta de um Modelo Simplificado para Implementação e Gerenciamento da Segurança de Produto na Indústria Química Brasileira de Pequeno e de Médio Porte**. 2012. 93 f. Monografia (Graduação) - Curso de Engenharia Industrial Química, Universidade de São Paulo, Lorena, 2012.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

_____. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 224 p., 2007.

MORE, Jesús Domech ; VALLE, Mírian Rosa do ; VILLELA, L. E. Modelo Fuzzy para Avaliação de Influência de Fatores Endógenos e Exógenos no Desenvolvimento de um APL: Aplicação no Caso de Cabo Frio-RJ. In: XXXI Encontro da ANPAD - EnANPAD, **Anais**... Rio de janeiro: ANPAD, v. 1. p. 1-16., 2007.

MOREL, A. P. S.; REZENDE, L. T.; TANURE, P. T.; FERREIRA, C. A.; SETTE, R. S. Comportamento do consumidor das feiras livres: um estudo em um município de Minas Gerais**. Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 12, p. 14-31, 2015.

MOREIRA, R. J. **Críticas Ambientalistas à Revolução Verde**. 2000. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/leptrans/5.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

MOTA, L. H. S.; CRUZ, D. R. C.; LIMA, J. S.; SANTANA, M. I. **Práticas Extensionistas**: um Relato Experienciado na Feira Livre de Santo Antônio de Jesus – BA. 2012. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/Pra%C3%83%C3%85ticas-extensionistas-um-relato-experienciado-na-feira-livre-de-Santo-A-nto%C3%83%C3%87nio-de-Jesus-%E2%80%9A%C3%84%C3%AC-BA-.pdf.>. Acesso em: 15 fev. 2016.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Elementos de gestão na produção rural. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, p. 629-664, 2012.

NASCIMENTO, M.A.; KNAPP, L.L.; SANTOS, F.M.; BREIDENBACH JR.; T.C. **Avaliação da percepção dos consumidores em relação dos produtos orgânicos**. 2006. 15. f. Monografia (Graduação) - Curso de Engenharia Agrônoma, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

NETTO, A. H. **O testemunho das imagens**: a transformação da cidade de Santa Maria-rs retratada a partir do acervo dos arquivos históricos: 1885 – 2010. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 1, p. 57-71, 2006. Disponível em: < http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/Pesquisa-Acao_e_Etnografia..._-_VFA_Neves.doc.> Acesso em: 27 set. 2016.

NO DIA do feirante, produtores rurais contam os segredos para uma boa venda e a rotina de produção. **Jornal Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 25 ago. 2015.

NORA, F. D.; DUTRA, M. R. P. Etnografando feiras livres em praças de Santa Maria-RS: as feiras ecológicas da Praça Saturnino de Brito e da Praça Saldanha Marinho. In: **Somos todas mulheres iguais!** Estudos antropológicos sobre feira, gênero e campesinato (E-book). Organizado por Silvana Silva de Oliveira, Maria Rita Py Dutra e Maria Catarina Chitolina Zanini. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

NORMAN, Wayne; MaCDONALD, Chris. **Getting to the Bottom of "Triple Bottom Line"**. Virginia, EUA: Business Ethics Quarterly, 2003.

NUNES, O. M; KARNOPP, E. Análise das Potencialidades Econômicas Endógenas no desenvolvimento do Município de Santa Maria/RS. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**. vol.1, nº. 01, 2013.

OLALDE, A. R. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. 2004. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm.>. Acesso em: 27 set. 2016.

OLIVEIRA, A.F.S. **A Sustentabilidade da Agricultura Orgânica Familiar dos Produtores Associados à APOI (Associação dos Produtores Orgânicos da Ibiapaba-CE).** 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, N. D. A.; ALEIXO, A. D.; SATO, S. A. S.; BELETE, N. A. S.; HABITZREUTER, P. B. Práticas produtivas da agricultura familiar: um estudo no município de Espigão D'oeste (RO). In: XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 2015, Fortaleza, CE. **Anais**... Fortaleza, 2015, p. 1-20. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_206_219_27741.pdf.>. Acesso em: 25 jul. 2016.

OLIVEIRA, N. S.; CARVALHO, K. M. G. A. S.; SOUZA FILHO, T. A.; SOUZA, M. P.; RIVA, F. R. Agricultura Familiar do Agronegócio do Leite em Rondônia, Importância e Características. In: 48º Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2010, Campo Grande, MS. **Anais**... Campo Grande, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/606.pdf.>. Acesso em: 22 set. 2016.

OLIVEIRA, S. S. **Pegando feira**: trocas, reciprocidade e mercado no feirão colonial em Santa Maria-RS. 2015. 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO – FAO. **World Food Day**: Family Farming is the focus of World Food Day. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/world-food-day/home/en/>. Acesso em: 19 abr. 2015.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Core set of indicators for environmental performance reviews:** a synthesis report by the group on the environment. Paris: OECD, 1993.

PASQUETTI, Elir Paulo; HILLESHEIM, Luis Pedro. A Sucessão na Agricultura Familiar no Município de Nova Candelária (RS). In: **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**: recurso eletrônico. Produção acadêmica da Ascar / organizado por Décio Cotrim. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-Ascar, p.267-291, 2014.

PASTRO, I. I.; GOMES, M. C.; GODOY, W. I. É dia de feira. In: III Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - EGEPE. 2003, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: UEM/UEL/UnB, p. 71-84, 2003.

PAZ, F. J.; KIPPER, L. M. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **GEPROS** - Gestão da Produção, Operações e Sistemas, ano 11, nº 2, abr./jun., p. 85-102, 2016.

PECHE FILHO, A. **Boas práticas ambientais na agricultura**. 2015. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=31697&secao=Artigos%20Especiais>. Acesso em: 14 out. 2016.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão**: uma análise da indústria de defensivos agrícolas. 2209. 331 f. Tese (Doutorado em Ciências) - CPDA/UFRRJ, Seropédica, 2009.

PEREIRA FILHO, O. P. **Implicações ecológicas da utilização de energia em agroecossistemas**. 1991. 132 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

PICOLOTTO, E. L.; BREMM, C; SCHREINER, B. T. Experiências de ecologização na agricultura familiar: atores sociais, produção artesanal e feiras na região Central do RS. In: **Mercados, campesinato e cidades**: abordagens possíveis (E-book). Organizado por Maria Catarina Chitolina Zanini. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

PIERRI, M. C. P.; VALENTE, A. L. E. F. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. In: XLVIII Congresso da SOBER, 2010, Campo Grande, MS. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/234.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

PIETRAFESA, J. P. Agricultura Familiar e Reprodução Social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia - Go, v. V.3, p. 185-216, 2000.

PINTO, Moisés Augusto Tavares; MORAES, André de Oliveira. Espaço e economia: Crise e perspectivas no abastecimento em Manaus, Amazonas, Brasil**. Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011, p. 1-14. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/2672/2554>. Acesso em: 10 fev. 2016.

PORTAL ESPERANÇA/COOESPERANÇA. Disponível em: <http://www.esperancacooesperanca.org/>. Acesso em: 11 jan. 2016.

PORTAL ONUBR. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 18 set. 2014.

QUEIRÓZ, M. I. de P. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: Lang, A.B.S.G., org. **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, p. 13-29, 1992.

RAMÍREZ, E.; BERDEGUÉ, J. Acción coletiva y mejoras en las condiciones de vida de poblaciones rurales. **Fundo Mink'a de Chorlaví**. 2003. Disponível em: <http://www.fondominkachorlavi.org/ac/>. Acesso em: 13 jul. 2015.

RAMOS, L.M.A. O papel da Psicologia na promoção do desenvolvimento humano. In: **Viva a ciência '94'**. Viseu: Departamento Cultural do I.S.P.V., p. 253-256, 1995.

REIS, F.; VIEIRA, S. M. F. Tudo junto: pessoas, relações e peculiaridades na feira livre de Viçosa. In: Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação. 18., 2011, São Paulo. **Anais**..., São Paulo: Intercom, 2011.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**. v.35, p.393-410, 2003.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Decreto nº 53.052, de 02 de junho de 2016**. Institui o Programa de Gestão Sustentável da Agricultura Familiar. 2016. Disponível em: <http://www.pge.rs.gov.br/upload/doe%20-%20atos%20do%20governador,%20p.2(22).pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDR. **Manual de identidade visual do selo sabor gaúcho**. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20120813111140miv___manual_de_identidade_visual_selo_sabor_gaucho.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDR. **Resolução SDR nº 01, de 21 de junho de 2013**. Regulamenta o Programa Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, o uso do selo de marca de certificação “Sabor Gaúcho”, 2013. Disponível em: <www.sdr.rs.gov.br/.../20130701142024resolucao_n__01_de_21_de_julho_de_2013>. Acesso em: 22 jun. 2016.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo – SDR. **Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa**. 2016. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20160525095610manual_programa_de_apoio_à_agricultura_familiar_e_camponesa_campones_2016.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2016.

RIQUEZAS dos nove distritos de Santa Maria reunidas em um só evento. 2015. Disponível em: < http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/geral-policia/noticia/2015/04/riquezas-dos-nove-distritos-de-santa-maria-reunidas-em-um-so-evento-4736773.html>. Acesso em: 11 mar. 2016.

RISSATO, M. **O cliente por um fio: o que você precisa saber sobre o marketing e Call Center**. São Paulo: Nobel, 2004.

RISTOW, D. T. **Gestão de design aplicada à valorização de produtos da agricultura familiar**. 2015. 133 f. Monografia (Graduação) - Curso em Design, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

RIZZATTI, C. B.; LORENZETT, J. B.; LORENZETT, D. B.; GODOY, L. P. Sacolas retornáveis: uma alternativa para redução do impacto de larga escala causado pela eliminação irregular de sacolas descartáveis. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET**, v. 18, n. 1, p. 25-33, abr. 2014.

ROBERTO, F. R. A.; SOUZA, K. S. F.; SALES, R. O. S.; PEREIRA, F. R. R.; AIRES, M. Y. L. Análise das Estratégias Organizacionais em uma Empresa no Setor de Construção: Estudo de Caso na Cidade de Sumé-PB. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP, **Anais**, 2015, Fortaleza. Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção, 2015.

ROCHA, C. H.; COSTA, C.; CASTOLDI, F. L.; CECCHETTI, D.; CALVETE, E. O.; LODI, B. S. Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, RS, v. 40, n. 12. 2010.

ROCHA, L. C**. Orientação Para Clientes**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 120p., 2004.

ROSAS, C. A. R. F. Concepções de produção e transformação no espaço rural contemporâneo. **Ciência Geográfica**, Vol. XVIII (1): Jan./Dez., p. 29-38, 2014.

ROSAURO, M. **Estudo Edafoclimático aponta as culturas mais indicadas para desenvolver em SM**. 2016. Disponível em: <https://claudemirpereira.com.br/2016/01/agricultura-estudo-edafoclimatico-aponta-as-culturas-mais-indicadas-para-desenvolver-em-sm/>. Acesso em: 04 out. 2016.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**; BURSZTYN, M. (Org.) et al., Ed. Brasiliense, p.29-56, 2004.

SALGADO, G. S. M. **Economia e gestão de áreas protegidas: o caso do Parque Nacional de Brasília**. 2000. 124f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) - Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

SANTA MARIA (Município). **Lei Municipal nº 2.049, de 19 de junho de 1979**. Regulamenta o comércio e funcionamento das feiras livres e vendedores ambulantes autônomos. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/legislacao/LM/1979/2049.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SANTA MARIA (Município). **Lei nº 3.962, de 27 de março de 1996**. Cria o Conselho de Desenvolvimento Rural de Santa Maria, o Fundo Rotativo (disciplina os artigos 144, 148 e 149 da LOM) a ele vinculado e dá outras providências. Disponível em: <http://camara-municipal-da-santa-maria.jusbrasil.com.br/legislacao/540683/lei-3962-96>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTA MARIA (Município). **Lei Municipal Complementar nº 50, de 11 de outubro de 2007**. Regulamenta o comércio de hortifrutigranjeiros fixo, móvel e das feiras livres nas vias públicas do município de Santa Maria. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-complementar/2007/5/50/lei-complementar-n-50-2007-regulamenta-o-comercio-de-hortifrutigranjeiros-fixo-movel-e-das-feiras-livres-nas-vias-publicas-do-municipio-de-santa-maria>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SANTA MARIA (Município). **Lei nº 4.292, de 04 de janeiro de 2000**. Autoriza a colocação de placas indicativas dos dias e horários das feiras livres, nos logradouros destinados a estas, localizados no Município de Santa Maria. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/lei-ordinaria/2000/5/0/1675>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTA MARIA (Município). **Lei nº 5.612, de 05 de Janeiro de 2012**. Cria o Programa Municipal de Desenvolvimento Rural. Disponível em: < https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/2012/562/5612/lei-ordinaria-n-5612-2012-cria-o-programa-municipal-de-desenvolvimento-rural>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **Sabor do Coração é o Selo de Origem lançado pelo prefeito na 43ª Expofeira**. 2010. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/80-sabor-do-coracao-e-o-selo-de-origem-lancado-pelo-prefeito-na-43a-expofeira>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **É dia de feira: 15 lugares para comprar frutas e verduras em Santa Maria**. 2015. Disponível em: < http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br/rs/economia-politica/noticia/2015/08/>. Acesso em: 26 ago. 2016.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **Feira dos Distritos**. 2015. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/80-eventos-anuais>. Acesso em: 15 maio 2016.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **Feira dos Distritos vai mostrar as potencialidades do município na 48º Expofeira de Santa Maria**. 2015. Disponível em: <

http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/11522-feira-dos-distritos-vai-mostrar-as-potencialidades-do-municipio-na-48o-expofeira-de-santa-maria>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **Programa Rede de Desenvolvimento Rural**. *Folder*. 2015.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **Programas**. 2015. Disponível em: < http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/68-programas-da-secretaria>. Acesso em: 20 jan. 2016.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **Santa Maria se prepara para a 3ª edição do Pátio Rural, no final de Semana. Abertura será na sexta**. 2015. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/10673-santa-maria-se-prepara-para-a-3a-edicao-do-patio-rural-no-final-de-semana-abertura-sera-no-sabado>. Acesso em: 18 maio 2016.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **Com entrega de 100 mil alevinos produtores comemoram aumento de 500% na produção de pescados**. 2016. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/12851-com-entrega-de-100-mil-alevinos-produtores-comemoram-aumento-de-500-na-producao-de-pescados>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SANTA MARIA (Município). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Santa Maria - SMDR. **Pátio Rural III: Empresa investe no poder dos óleos essenciais e das ervas aromáticas e medicinais**. 2016. Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/turismo/noticias/13703-patio-rural-iii-empresa-investe-no-poder-dos-oleos-essenciais-e-das-ervas-aromaticas-e-medicinais>. Acesso em: 05 set. 2016.

SANTOS, E. G. L.; ROCHA, A. S.; COUTO, V. A. A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil: uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. In: XLIII Congresso da SOBER. v.1, 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais**... Riberão Preto: SOBER, p. 1-9, 2005.

SANTOS, G. R.; PIASENTIN, F. B. Estado e Desenvolvimento Rural no Brasil: contradições e desafios à sustentabilidade. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 3, p. 59-79, 2010.

SANTOS, H. M. N.; FEHR, M. Educação ambiental por meio da compostagem de resíduos sólidos orgânicos em escolas públicas de Araguari-MG. **Caminhos de Geografia**, v. 8, n. 24, p. p. 163 – 183, dezembro, 2007.

SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. **A Sustentabilidade da Agricultura Orgânica Familiar dos Produtores Vinculados a Associação de Desenvolvimento Econômico, Social e Comunitário (ADESC) de Lagoa Seca- PB**. 2010. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT7-750-830-20100902232439.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

SANTOS, L. P. **Agricultura convencional x orgânica**: há um sistema intermediário entre elas? 2016. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=33644&secao=Artigos Especiais>. Acesso em: 14 out. 2016.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SARTORI, S.; LATRONICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**. 2014, vol.17, n.1, pp.01-22. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a02.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sergio. As Cadeias Agroalimentares Curtas e Desenvolvimento Local – um Estudo de Caso no Município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, vol. 14, nº 19, Jan/Jun, p. 101-130, 2012.

SCHNEIDER, S.. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, v. 1, p. 132-161. 2009.

SCHWARTZ, C. **A recepção das tecnologias de informação e comunicação entre os agricultores familiares de Santa Maria, Rio Grande do Sul**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SCOLARI, D. D. G. **Produção Agrícola Mundial**: o potencial do Brasil. Embrapa. 2007. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/19030/1/Producao-agricola-mundial.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Controles financeiros são essenciais para a gestão do capital de giro**. 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/Portalsebrae/artigos/controles-financeiros-sao-essenciais-para-a-gestao-do-capital-de-giro,df395415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 29 set. 2016.

_____. **D-olho na feira**. Organizado por José Alberto C. Muricy. SEBRAE: Bahia, 2009.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR. **Associações Rurais**: Práticas associativistas, características e formalização. Brasília: SENAR, 56p., 2011.

SHETH, J; MITTAL, B.; NEWMAN, B. **Comportamento do cliente**: indo além do comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, A. A.; BAPTISTA, J. A.; BARBOSA, V. A.; HENRIQUE, M. R.; SILVA, N. S. A utilização da matriz Swot como ferramenta estratégica – um estudo de caso em uma

escola de idiomas de São Paulo. In: VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET. 2011, Resende, RJ. **Anais**... Resende, 2011.

SILVA, D. **De onde vêm as palavras**: origens e curiosidades da língua portuguesa. 7 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

SILVA, D. O.; CASTRO, J. R. B.; LOPES, K. P. S.; SILVA, A. O. Caracterização e Análise da Feira Livre de Cruz das Almas-BA sob a Ótica do Planejamento e Gestão Municipal. **Caminhos de Geografia** (UFU), v. 15, nº 49, p. 1-13, 2014.

SILVA, J. S. Agricultura Familiar Camponesa e Cooperativismo no Maranhão. **Revista IDeAS**, v. 6, n. 1, p.50-82, 2012.

SILVA, T. L. C. V. Etnografando mercados: trabalho, sociabilidade e lazer no Ver-o-Peso. **Somanlu**, ano 11, n. 1, jan./jun. 2011.

SILVA, M. R. **Avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas de agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco – PR**. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco. 2015.

SILVA, J. F; OLIVEIRA, R. M. É dia de feira. In: **Somos todas mulheres iguais!** Estudos antropológicos sobre feira, gênero e campesinato (E-book). Organizado por Silvana Silva de Oliveira, Maria Rita Py Dutra e Maria Catarina Chitolina Zanini. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Ambiente & Sociedade**. vol.13, nº.2, 2010.

SILVA, S. S.; SILVA, C. S.; SILVA, L. B.; MIRANDA, P. C. Fabricação de composteira artesanal para produção de adubo orgânico na Escola Municipal Maria José de Albuquerque – Arara-PB. **Revista Acadêmico-Científica Scire**, vol. 09, num. 01, janeiro, 2016.

SILVEIRA, M. L. R.; BERTAGNOLLI, S. M. M. Avaliação da qualidade do leite cru comercializado informalmente em feiras livres no município de Santa Maria-RS. **Revista Visa em Debate**: Sociedade, Ciência e Tecnologia, nº 2, p. 75-80, 2014.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (SNA). **Mapeamento do MDS identifica em torno de 64 mil feiras livres e agroecológicas em todo país**. 2015. Disponível em: <http://sna.agr.br/mapeamento-do-mds-identifica-em-torno-de-64-mil-feiras-livres-e-agroecologicas-em-todo-pais/>. Acesso em: 14 jul. 2016.

SOUZA, C. R. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo Trabalho-Educação. **Trabalho Necessário**, v. 13, p. 1-19, 2015.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, R. A. M. **Mudanças no consumo e na distribuição de alimentos** – o caso da distribuição de hortaliças de folhas na cidade de São Paulo. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, R. A. M. Nível de exigência do consumidor faz mudar a forma de distribuição de frutas e hortaliças. **Revista Batata Show**, nº 15, ano 6, ago., 2006. Disponível em: <http://www.abbabatatabrasileira.com.br/revista15_019.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SOUZA, D. N. Z.; SILVA, E. M.; PAPA, M. C. O. Analysis environment by SWOT method: An application in automotive industry. **Espacios** (Caracas), v. 34, 2013.

SPANEVELLO, R.M. **A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SUCESSÃO rural – saída pela educação. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 nov. 2012.

TEIXEIRA, E. C. O **Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: **<**http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

TEIXEIRA, J.C. **Modernização da Agricultura no Brasil**: impactos econômicos, sociais e ambientais. 2005. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Revista/Revista_ano2_numero2/jodenir.pdf>. Acesso em 02 de julho de 2011.

TERUCHKIN, S. R. U. **As estratégias empresariais para os vinhos finos no Brasil e no Uruguai**: uma análise comparada. Porto Alegre: FEE (Fundação de Economia e Estatística), n. 7. Tese (Doutorado) - UFRGS, Escola de Administração, 2003.

TOFANELLI, M. B. D. et al. Avaliação de perdas de frutas e hortaliças no mercado varejista de Mineiros-GO: Um estudo de Caso. **Scientia Agraria**, Curitiba, v.10, n.4, p. 331-336, jul./ago., 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

VEIGA, J. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

VERONA, L. A. F. **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul**. 2008. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências: Produção Vegetal) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2008.

VILCKAS, M.; NANTES, J. F. D. Planejamento e Agregação de Valor nos Empreendimentos Rurais. In: ZUIN, L. F. S.; QUEIROZ, T. R. **Agronegócios**: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Agregação de valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. Lavras, v. 9, n. 1, p. 26-37, 2007.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: 20º Encontro Anual da ANPOCS. 1996, Caxambu, MG. **Anais**... Caxambu: ANPOCS, p. 1-17, 1996.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura Familiar:** realidade e perspectivas. 3ª Ed. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

ZANCHETTA, M. I.; TELLES, P.; BARRETTO, R. **Radar Rio+20**: Por dentro da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. São Paulo, 2011. E-book. Disponível em: <http://www.radarrio20.org.br/arquivos/files/radarRio20-baixares.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. de O. Políticas públicas e trabalho familiar na agricultura do Sul do Brasil. In: **Mercados, campesinato e cidades**: abordagens possíveis (E-book). Organizado por Maria Catarina Chitolina Zanini. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

ZIEGLER, M. F. **Por que a sacola de plástico é prejudicial ao meio ambiente**: entenda o problema das sacolas plásticas e quais as alternativas ambientalmente corretas para transportar suas compras. iG: São Paulo, 2010. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/por-que-a-sacola-de-plastico-e-prejudicial-ao-meio-ambiente/n1237730908104.html>. Acesso em: 21 set. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Estamos lhe convidando para participar da pesquisa intitulada: **Sustentabilidade em Empreendimentos Familiares Rurais**. Este trabalho faz parte da tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, e tem como orientador o Prof. Dr. Claus Haetinger.

O projeto tem como objetivo analisar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental de empreendimentos familiares rurais, que comercializam produtos em feiras livres. A partir destes dados poderemos propor ações que visam fortalecer esses empreendimentos.

Como método de coleta de dados será utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, com produtores rurais, consumidores e representantes do segmento rural que respondem pelas cadeias curtas de abastecimento (as feiras livres). Os encontros com cada entrevistado serão previamente agendados, de acordo com a disponibilidade dos participantes, em locais acordados.

As entrevistas serão gravadas e os relatos serão mantidos em sigilo, servindo apenas para os fins da pesquisa, não se revelando os nomes dos participantes. Os registros de voz serão transcritos para o papel e posteriormente serão apagados. Todos os registros escritos ficarão de posse do pesquisador por 5 (cinco) anos e após esse período serão incinerados.

A sua participação não oferece risco algum, sendo o único desconforto o tempo que será gasto para participar da entrevista. Caso seja verificado algum constrangimento durante a entrevista, o entrevistado poderá cancelar sua participação.

É lhe garantido também:

- receber a resposta de qualquer pergunta, ou esclarecimento a qualquer dúvida à cerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa.

- poder retirar seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de prejuízo.

- que você não será identificado quando da divulgação dos resultados e que todas as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados à pesquisa.

- que, se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Este termo documento deverá ser assinado em duas vias, sendo que uma delas será retida pelo sujeito da pesquisa e a outra pelos pesquisadores. A responsável pela pesquisa é a doutoranda Andrea da Silva, fone: (55) 99.....

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo minha participação nesta pesquisa, pois fui devidamente informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos instrumentos de coletas de informação que serão utilizados, dos riscos e benefícios, conforme já citados neste termo.

Data_____/_____/_____

_____ _____

Nome do participante da pesquisa **Assinatura do participante da pesquisa**

_____

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE B - Questões Norteadoras para os Feirantes

PERFIL DOS FEIRANTES E DOS EMPREENDIMENTOS DE FEIRAS LIVRES	
Caracterização do Feirante	
Sexo	( ) Feminino ( ) Masculino
Idade	( ) Menos de 20 anos ( ) Entre 21 a 30 anos ( ) Entre 31 a 40 anos ( ) Entre 41 a 50 anos ( ) Entre 51 a 60 anos ( ) Mais de 60 anos
Escolaridade	( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo Especifique:_____
Procedência	( ) Reside em Santa Maria. Bairro: _____ ( ) Reside em Distrito de Santa Maria. Qual: _____ ( ) Reside em outra cidade. Qual: _____
DIMENSÃO SOCIAL	
Indicadores	**Questões**
Ocupação	( ) Na atividade rural. Quanto tempo que atua: ____ ( ) Além da atividade rural, possui outra ocupação em paralelo. Especifique:_____ ( ) A renda, nos últimos 5 anos, melhorou, piorou ou não teve mudança significativa.
Sucessão Familiar	Em relação aos seus filhos: a) São envolvidos com as atividades da propriedade. ( ) Sim ( ) Não. Estudam. ( ) Sim ( ) Não.

	Qual curso:_____ b) Há interesse em seguir com todas atividades da propriedade. ( ) Sim ( ) Não. Se for parcialmente, quais atividades seriam? c) Você os incentivam a prosseguir com as atividades da propriedade? Caso não, por quê?
Capacitação	Participa de palestras e/ou cursos da área agrícola. ( ) Sim ( ) Não Proporcionado por: ( ) EMATER ( ) Prefeitura Municipal ( ) Universidade ( ) Outro. Qual.
Qualidade de Vida	Comparando uns 5 anos atrás, como você e sua família, consideram que (melhorou, piorou e não houve mudança significativa) na: - Qualidade de Vida (realiza atividades de lazer (quais), participa de eventos da comunidade (quais), cuidados com a saúde (como), alimentação saudável...)
DIMENSÃO ECONÔMICA	
Indicadores	**Questões**
Propriedade	O número de hectares da propriedade rural: ____
	Posse da Terra: ( ) Própria. De herança: ( ) Sim ( ) Não ( ) Arrendatária ( ) Parceria
	Mão de obra: ( ) Familiar ( ) Contratados Quantos: ____ Contratados possuem carteira assinada: ( ) Sim ( ) Não
	Assistência Técnica: ( ) Particular – Téc. Agrícola, Veterinário, Agrônomo... ( ) EMATER ( ) Outro órgão. Qual?
Custeio	Os recursos financeiros para custeio de produção. ( ) Próprio ( ) Financiamento de Banco ( ) Próprio e Banco

Associação ou Cooperativa de Entidade Rural	O produtor é associado/cooperado de uma Entidade Rural. Não ( ) Sim: ( ) Sindicato ( ) Cooperativa ( ) Associação Especifique: _____
Programas Governamentais	Participa de algum programa de governo, como Bolsa Família, PRONAF. ( ) Sim ( ) Não Especifique: _____
Mercado	Comercializa os produtos: ( ) Exclusivamente em Feiras Livres ( ) Minimercado ( ) Na residência ( ) Outro. Especifique: _____ Como estabelece o(s) preço(s) de seu(s) produto(s)? Como consegue embalagens para seus produtos? Faz um controle financeiro? ( ) Sim ( ) Não Como determina a importância da feira livre para o sustento da família. ( ) Muita ( ) Pouca ( ) Razoável Quais as vantagens da venda de produtos em feiras livres? Quais produtos são mais vendidos nas feiras livres?
DIMENSÃO AMBIENTAL	
Indicadores	**Questões**
Destino dos Resíduos	a) Os resíduos sólidos da propriedade têm como destino: ( ) Coletado - Aterro Sanitário ( ) Enterrado ( ) Jogado em terreno baldio ( ) Queimado b) Os resíduos sólidos da feira livre têm como destino: ( ) Coletado - Aterro Sanitário ( ) Enterrado ( ) Jogado em terreno baldio ( ) Queimado
Sistema de Cultivo	Como é feito o controle de pragas, invasores na produção agrícola.
	Há uma transição da agricultura convencional para produção

	orgânica. ( ) Sim ( ) Não Quais as dificuldades: _____ Custos/Benefícios: _____
Recursos Naturais	Propriedade possui Área de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal. ( ) Sim ( ) Não
Supervisão na venda de produtos	Há supervisão/acompanhamento por parte da Prefeitura, Vigilância Sanitária ou outro órgão durante a feira livre. ( ) Sim ( ) Não Qual periodicidade: _____
SUGESTÕES	
Quais as principais demandas/sugestões para melhoria do processo de produção e comercialização de produtos.	
Quais principais necessidades de cursos de capacitação e/ou orientação.	

APÊNDICE C - Questões Norteadoras para os Representantes de Órgãos Públicos e Entidades do Segmento Rural

1. Quantas feiras livres são realizadas no município, em quais os bairros ocorre e quantos produtores participam?

2. Há um acompanhamento/supervisão durante os dias que se realizam as feiras livres? Como se realiza? Explique.

3. Há algum programa/projeto/política pública, específico, aos produtores familiares rurais, participantes de feiras livres? Quantos são beneficiados? Explique.

4. Existe algum programa que vise dar apoio aos produtores na transição de uma produção agroecológica? Explique.

5. Há promoção de encontro/diálogo com estes produtores para saber demandas e avanços deste setor? Quais foram realizados? Que resultados foram obtidos desses encontros? Que mudanças foram realizadas?

6. Você destacaria alguma sugestão de melhoria, desafio, perspectiva com relação a este setor – cadeia curta de abastecimento?

APÊNDICE D - Questões Norteadoras para os Consumidores de Feiras Livres

1. Há quanto tempo você frequenta a feira livre? Vai à feira toda semana? Em todos os dias que há feira? Quais os produtos que você mais compra na feira livre? Por que comprar esses produtos na feira e não em outro local?
2. Tem preferência por alguma banca? Por quê?
3. Como você avalia a questão de custos. Você se importa com o preço, mesmo que alguns produtos possam a vir ser mais caros do que estão dispostos no mercado?
4. Você destacaria algum ponto negativo da feira, produtos...?
5. Você teria alguma sugestão de melhoria, seja para feira livre, produtos ou algum outro detalhe que acredite ser necessário?

APÊNDICE E - Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

CENTRO UNIVERSITÁRIO
UNIVATES

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SUSTENTABILIDADE EM EMPREENDIMENTOS FAMILIARES RURAIS
Pesquisador: Andrea da Silva
Área Temática:
Versão: 2
CAAE: 48785215.4.0000.5310
Instituição Proponente: FUNDACAO VALE DO TAQUARI DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.254.417

Apresentação do Projeto:
O projeto de pesquisa "Sustentabilidade em Empreendimentos Familiares Rurais" apresenta como questão problema:
Quais estratégias os empreendimentos familiares rurais de cadeia curta de abastecimento deveriam utilizar para atingir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental?
Sobre as técnicas da pesquisa de campo, tem-se:
- Observação não participante: para realização do estudo proposto, a observação será in loco, ou seja, nas feiras livres, fazendo anotações em um diário de campo sobre as atividades desenvolvidas, as relações entre produtor-consumidor e a apresentação do ambiente (o local) que se realiza a feira livre.
- Entrevistas semi-estruturadas: constituídas de questões abertas, guiadas por um roteiro dividido por dimensões propostas por este estudo, que são: social, econômica e ambiental. As entrevistas serão gravadas e aplicadas com produtores e consumidores, que participam de feiras livres, e com representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, órgão este que tem total gerência sobre as feiras livres do município.

Objetivo da Pesquisa:
Objetivo Geral

Endereço: Rua Avelino Talini, 171 - Sala 309 - Prédio 01
Bairro: Bairro Universitário **CEP:** 95.900-000
UF: RS **Município:** LAJEADO
Telefone: (51)3714-7000 **Fax:** (51)3714-7001 **E-mail:** coep@univates.br



Identificar quais estratégias os empreendedores familiares rurais de mercado de cadeia curta estão utilizando para obter a sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

Objetivos Específicos
- Caracterizar o perfil dos produtores familiares rurais, participantes de feiras livres de Santa Maria/RS;
- Relacionar as diferenças e semelhanças entre as práticas de produção e de gestão dos produtores e da cadeia curta de abastecimento, existentes no município de Santa Maria/RS;
- Identificar o papel e ações dos órgãos públicos e privados ligados à atividade rural e sua relação com os produtores de feiras livres;
- Relatar a percepção dos consumidores sobre os produtos comercializados, a relação com os produtores e do evento feira livre;
- Apresentar um modelo estratégico de sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos agricultores familiares de feiras livres, do município de Santa Maria/RS.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
A pesquisa não apresenta riscos aos participantes, uma vez que trabalha com a "observação in loco" e entrevistas. Pode ser atribuído como risco o desconforto de ter que destinar um tempo para poder conceder uma entrevista. Também há a possibilidade do entrevistado sentir-se desconfortável em conceder a entrevista, devido ao número de questões, mas que de nenhum modo essas questões levarão ao constrangimento do entrevistado, o que buscará a pesquisadora assegurar o bem-estar de todos os participantes, deixando claro também, que não haverá nenhum risco que envolve questões físicas. Como benefícios, os autores pretendem apresentar o modelo estratégico de sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos agricultores familiares de feiras livres, do município de Santa Maria/RS. Como também, revelar a interface das feiras livres do município, características, semelhanças e diferenças existentes entre elas, sendo possível servir como fonte de informação para futuros estudos, implementação de ações futuras para melhoria no gerenciamento e atendimento dos produtores e consumidores de feiras livres, além de prestar como base para construção de políticas públicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
A pesquisa apresentada é bastante relevante no que se refere à agricultura familiar, especialmente na região central do RS.

CENTRO UNIVERSITÁRIO
UNIVATES

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados com o projeto.

Recomendações:

...

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa está bem estruturada e justificada para sua execução. As pendências apontadas no texto do TCLE foram todas atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_572746.pdf	23/09/2015 14:54:44		Aceito
Outros	CartarespostaaoCOEP_AndreadaSilva.pdf	23/09/2015 14:47:13	Andrea da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_setembro2015.pdf	23/09/2015 14:45:50	Andrea da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodeTeseQualificado.pdf	28/08/2015 22:29:25	Andrea da Silva	Aceito
Outros	CartadeAnuencia_SDRuraldeSM.pdf	28/08/2015 18:48:54	Andrea da Silva	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_UNIVATES_assinado.pdf	28/08/2015 18:40:39	Andrea da Silva	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

LAJEADO, 01 de Outubro de 2015

Assinado por:
Cátia Viviane Gonçalves
(Coordenador)

Endereço: Rua Avelino Tallini, 171 - Sala 309 - Prédio 01
Bairro: Bairro Universitário **CEP:** 95.900-000
UF: RS **Município:** LAJEADO
Telefone: (51)3714-7000 **Fax:** (51)3714-7001 **E-mail:** coep@univates.br